

À

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA

A/C: Sr. Felipe Rigoni Lopes - Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Por meio do contrato SEAMA nº 008/2023 ("Contrato") e da Ordem de Execução do Serviço nº 024/2024 o Estado do Espirito Santo, através da Secretária Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos ("SEAMA" ou "Secretaria") contratou a Ernst Young Assessoria Empresarial Ltda ("EY") para a prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria, de natureza singular, para elaboração de modelagem econômico-financeira e apoio à elaboração do Edital de Concessão do Parque Estadual Paulo César Vinha ("Parque" ou "PEPCV"), incluindo a elaboração e criação do Plano de Negócios que garanta o equilíbrio econômico-financeiro da exploração das áreas de uso público do Parque. Tal contrato refere-se à prestação de serviços de assessoria por até 15 (quinze) meses, de janeiro de 2024 a abril de 2025.

Este relatório ("Relatório") foi desenvolvido em atendimento as especificações técnicas do Termo de Referência (Anexo I) do Contrato, correspondente a Primeira Etapa: Estudo de vocação e diagnóstico de limitações e ao Produto 1.4: Proposta Preliminar de Uso Sustentável para o Parque Estadual Paulo César Vinha (PEPCV).

Ressalta-se que este Relatório foi elaborado a partir do contexto do Contrato e não deverá ser utilizado para nenhum outro fim. Portanto, deve ser de uso exclusivo da SEAMA e Governo do Estado do Espírito Santo, no contexto do Projeto de Concessão do Parque. A EY não assumirá qualquer responsabilidade caso o Relatório seja utilizado por terceiros e/ou fora dos propósitos mencionados.

O profissional **Diogo MacCord**, foi responsável pela coordenação técnica e supervisão deste Produto.

Diogo MacCord

EY - Sócio Líder de Infraestrutura e Mercados Regulac

Índice Geral

1	1 Glossário	7
2	2 Considerações Gerais	8
3	3 Restrição de Acesso ao Produto	o10
4	4 Introdução	11
5	5 Objetivo do Trabalho	14
6	6 Sumário Executivo	15
7	7 O Parque Estadual Paulo César	Vinha17
8	8 Norteadores para o Uso Susten	tável25
	8.2 A Visão do Futuro	25
9		28
		Visitação em Unidades de Conservação29
		31
		Geral do Uso Público do Parque e de Seu 33
	_ `	de Caraís35
		dos Atrativos ou Áreas de Visitação35
	9.4.2 Etapa 3: Intenção de M	anejo40
	9.4.2.1 Portaria Principal	41
	9.4.2.2 Mirante do Alagado)43
	, s	44
	9.4.2.4 Lagoa de Caraís	46
		to dos Atrativos ou Áreas de Visitação nejo48
	5	ia51 dos Atrativos ou Áreas de Visitação51
		anejo55
		55
		57
	9.5.2.3 Alagado	
	7 MANUALIA	



	Etapa 4: Deta ando a Intençã						-
	a 5: Classifi						
Capacidade	a 6: Indicadore Suporte	•••••	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •				64
	a 7: Espacializa Ierações Finais						
10.1 Diret	rizes e Recom Programa de	,		_			
	al com o Apoio		=				-
10.1.2	Programa de	Mitigação c	le Atrope	lamento d	le Fauna	Э	.68
10.1.3	Programa de	Conservaçã	io da Veg	etação Na	ativa		.68
10.1.4	Programa de 69	Monitoram	iento, Co	ntrole e (Combat	e a Incênd	oit
10.1.5	Programa de	Valorização	do Patri	mônio His	tórico e	Cultural.	.69
10.1.6	Programa de	Gestão de I	Resíduos	e Efluente	2		.70
10.1.7	Diretrizes Co	nstrutivas .	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		•••••	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	71
10.1.8	Democratiza	ção do Aces	so				73
10.1.9	Atividades Co	omplementa	res				73
l1 Anexo	S	•••••					74
11.1 Plan	o de Manejo	•••••					74
	8065						
_	rama de De						
Conservaç	ĭооĭ	•••••	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	•••••	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	.02

Índice de Tabelas

Tabela 1: Relação entre as classes de experiência e o grau de intervenção	da
visitação nos atributos do ROVUC	30
Tabela 2: Caracterização Geral PEPCV	
Tabela 3: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Biofísico	38
Tabela 4: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Sociocultural	39
Tabela 5: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Sociocultural	39
Tabela 6: Núcleo Portaria Principal - Intenção de Manejo	
Tabela 7: Núcleo Mirante do Alagado - Intenção de Manejo	
Tabela 8: Núcleo <i>Glamping -</i> Intenção de Manejo	
Tabela 9: Núcleo Lagoa de Caraís - Intenção de Manejo	
Tabela 10: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Biofísico Revisa	ıdc 48
Tabela 11: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Sociocultu Revisado	ra
Tabela 12: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Sociocultu Revisado	
Tabela 13: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Biofísico	53
Tabela 14: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Sociocultural	53
Tabela 15: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Sociocultural	
Tabela 16: Núcleo Acesso Secundário - Intenção de Manejo	
Tabela 17: Núcleo Lagoa Feia - Intenção de Manejo	
Tabela 18: Núcleo Alagado - Intenção de Manejo	
Tabela 19: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Biofísico Revisado	
Tabela 20: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Sociocultural Revisa	
Tabela 21: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Sociocultural Revisa	
Tabela 22: PEPCV - Classe de Experiências	

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa da parte sul do PEPCV	19
Figura 2: Mapa da parte norte do PEPCV	19
Figura 3: Entrada do PEPCV	20
Figura 4: Vista aérea da entrada do PEPCV	20
Figura 5: Vista aérea parcial do PEPCV	21
Figura 6: Vista aérea do Porto de Caiaque	21
Figura 7: Vista aérea do Mirante do Alagado	22
Figura 8: Lagoa de Caraís	22
Figura 9: Vista aérea da Lagoa de Caraís	23
Figura 10: Vista aérea da Lagoa Feia	23
Figura 11: Vista aérea da trilha de Tropical	24
Figura 12: Vista aérea das Dunas	24
Figura 13: Imagem Aérea Área Lagoa de Caraís	37
Figura 14: Imagem Aérea Núcleo Portaria Principal	41
Figura 15: Imagem Aérea Núcleo Mirante do Alagado	43
Figura 16: Imagem Aérea Núcleo <i>Glamping</i>	44
Figura 17: Imagem Aérea Núcleo Lagoa Caraís	46
Figura 18: Imagem Aérea Área Lagoa Feia	52
Figura 19: Imagem Aérea Núcleo Acesso Secundário	55
Figura 20: Imagem Aérea Núcleo Lagoa Feia	57
Figura 21: Imagem Aérea Núcleo Alagado	58
Figura 22: Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA)	70
Figura 23: Trilha na zona do alagado	71
Figura 24: Mapa de zoneamento do Parque Estadual Paulo César Vinha	75



1 Glossário

- BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Social
- CNUC Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
- DER ES Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado
- ES Espírito Santo
- GLAMPING Acampamento de luxo
- GSTC Global Sustainable Tourism Council
- ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IEMA Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos e Hídrico
- ITA Índice de Atratividade Turística
- PEDUC Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação do Estado do Espírito Santo
- PEPCV Parque Estadual Paulo César Vinha
- PN Parque Nacional
- PPP Parceria Público-Privada
- ROVAP Rol de Oportunidades de Visitação em Áreas Protegidas
- ROVUC Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação
- SEAMA Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- SISEUC Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Espírito
 Santo
- SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
- TCE Tribunal de Conta do Estado
- UC Unidade de Conservação



2 Considerações Gerais

As informações apresentadas neste Relatório de diagnóstico de vocações e limitações para o desenvolvimento sustentável do Parque, resultam da análise de dados quantitativos e qualitativos, merecendo as seguintes considerações:

- Todas as considerações que serão apresentadas estão baseadas em opiniões dos profissionais da EY, e fundamentam-se em dados e fatos contidos neste Relatório;
- O trabalho envolve questões de julgamento objetivo e subjetivo face aos dados disponibilizados pelas diversas fontes de informações consultadas;
- Nenhum dos sócios ou profissionais da EY tem qualquer interesse financeiro no empreendimento analisado, caracterizando assim sua independência;
- Os honorários estabelecidos para a execução deste trabalho não são baseados e não têm qualquer relação com os resultados aqui reportados;
- Este trabalho foi desenvolvido com base em informações fornecidas pelos colaboradores da SEAMA, do Governo do Estado do Espírito Santo, além de fontes primárias e secundárias de informações levantadas pela EY. Tais informações foram consideradas verdadeiras, uma vez que não faz parte do escopo deste Projeto qualquer tipo de procedimento de auditoria. Dessa forma, a EY não assume qualquer responsabilidade pela precisão das informações oriundas de relatórios e/ou demais documentos fornecidos pela SEAMA, Governo do Estado do Espírito Santo ou demais fontes consultadas;
- As conclusões apresentadas pela EY neste Relatório não devem ser utilizadas para nenhuma outra finalidade, exceto a descrita no contexto do Contrato firmado;
- Destacamos que as análises deste Relatório não contemplam nem incluem a avaliação dos impactos potenciais resultantes da Reforma Tributária brasileira promulgada em 20 de dezembro de 2023. A análise dos efeitos dessa reforma dentro do escopo de trabalho estabelecido em nossa Carta de Contratação exigiria uma apuração detalhada e específica, a qual não fez parte de nosso escopo contratado. Portanto, destacamos que os resultados apresentados neste Relatório podem divergir dos resultados reais, principalmente atribuíveis às alterações e circunstâncias advindas da referida Reforma Tributária, e tais divergências podem ser significativas.



• Qualquer usuário deste Relatório deverá estar ciente das condições que nortearam o trabalho.



3 Restrição de Acesso ao Produto

Este Relatório, bem como as opiniões e conclusões nele contidas, são de uso exclusivo da SEAMA e do Governo do Estado do Espírito Santo, que se reserva o direito de transferir a propriedade dos documentos para os beneficiários da concessão do Parque. Os materiais produzidos podem, se necessário, ser distribuídos pela SEAMA e pelo Governo do Estado do Espírito Santo para seus funcionários, diretores, consultores, Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE) e demais órgãos de fiscalização, regulação e controle relacionados a este trabalho e às partes envolvidas, eximindo a EY, no entanto, quanto a quaisquer responsabilidades oriundas da divulgação efetuada. De qualquer modo, ressalta-se que este Relatório é constituído de 179 páginas, incluindo seus anexos, e somente poderá ser manuseado ou distribuído em partes caso seu conteúdo não seja desconfigurado e seus direitos autorais não sejam violados.

Qualquer usuário deste documento deve estar ciente das condições que nortearam este trabalho.



4 Introdução

A Lei nº 9.985/2000¹ instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. No Brasil as Unidades de Conservação (UCs) estão distribuídas em 12 categorias divididas em dois grandes grupos: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. O § 1º do Artigo 7º estabelece que o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei. O § 2º estabelece o objetivo das Unidades de Uso Sustentável como sendo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Os Parques são unidades de proteção integral de posse e domínio público e têm como finalidade principal a conservação de ecossistemas naturais de grande importância ecológica e beleza cênica. Nessas áreas é permitida a condução de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

No estado do Espírito Santo, merece registro a Lei Estadual nº 9.462/2010², que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Espírito Santo (SISEUC) e traz idêntica definição para os Parques.

A nível federal, a Lei 11.516/2007³ estabelece a opção de conceder serviços, áreas ou instalações das UCs sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para atividades turísticas e educacionais ambientais, por meio de procedimento licitatório, seguindo os princípios estabelecidos na Lei 8.987/ 1995⁴, conhecida como Lei das Concessões e Permissões. Em âmbitos municipais e estaduais, é necessário que o órgão concedente tenha uma base jurídica semelhante para viabilizar

¹ Fonte: Brasil. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm . Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

² Fonte: Espírito Santo. Lei Estadual nº 9.642, de 12 de maio de 2010. Disponível em https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L09462.html. Acesso em: 15 de abril de 2024.

³ Fonte: Brasil. Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes (ICMBio) e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm >. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

⁴ Fonte: Brasil. Lei nº Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l8987cons.htm >. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.



Parcerias Público-Privadas (PPPs) dessa natureza. Neste sentido, em 2013, o governo do estado Espírito Santo sancionou a Lei nº 10.094, que trata da possibilidade de concessão dos Parques. A lei indica que cada Parque pode estabelecer um Plano de Uso público, em consonância com seu Plano de Manejo. Adicionalmente, que "a prestação de serviços para a execução de atividades relacionadas ao uso público poderá ser desenvolvida através de parcerias com instituições públicas, privadas ou da sociedade civil organizada (Art. 5º do capítulo 3)"⁵.

A concessão de UCs é um modelo de administração que permite que os serviços de apoio ao ecoturismo sejam transferidos para o setor privado, com ênfase na melhoria das áreas, atrações e instalações voltadas para o uso público. Isso ocorre após investimentos realizados para a requalificação, modernização, operação e manutenção dessas unidades.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)⁶ o Brasil possui 545 Parques, sendo 75 federais, 231 estaduais e 239 municipais, elegíveis para concessões e ou parceria público-privadas. Apesar do destaque que as concessões de serviços em áreas naturais à iniciativa privada têm tomado, ainda há um grande potencial a ser explorado. Segundo o Instituto Semeia⁷ até o início de março de 2024, haviam sido concedidos 46 Parques em estágio de contrato assinado, dos quais 15 são federais, 17 estaduais e 14 municipais. Entre os leilões que ocorreram recentemente e ainda estão em fase de assinatura de contrato estão o Parque Nacional de Jericoacoara e Parque Nacional Chapada dos Guimarães. Outros 15 Parques estão no pipeline de projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES⁸ para serem concedidos entre o 1º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Em 13 de junho de 2023, a partir do Decreto nº 5409-R, o Governador do Espírito Santo criou o Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação do Estado do Espírito Santo - PEDUC⁹. A responsabilidade de coordenação e gestão do programa, que tem prazo de 24 meses, foi designada à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos -

Fonte: Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Disponível em < https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L010094.html Acesso em 24 de abril de 2024.

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Disponível em: < https://cnuc.mma.gov.br/powerbi Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

⁷ Fonte: Instituto Semeia. Disponível em < https://mapadeparcerias.org.br/mapa.html >. Acesso em 04 de março de 2024.

⁸ Fonte: BNDES. Disponível em < https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Parques >. Acesso em 04 de março de 2024.

⁹ Fonte: Diário Oficial dos Poderes do Estado. Edição Extra. Vitória, Espírito Santo, 13 de junho de 2023. Disponível

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjc5NmH3tu FAxVlqZUCHTP1DjEQFnoECBsQAQ&url=https%3A%2F%2Fioes.dio.es.gov.br%2Fportal%2Fedicoes%2Fdownload%2F8 152&usq=AOvVaw1 HIFGyQ5EFsAWRKtF9iW&opi=89978449 >. Acesso em 24 de abril de 2024.



SEAMA. A SEAMA deve propor ajustes aos Planos de Manejo dos Parques, além de estudar e propor modelos para desenvolvimento de turismo sustentável e outras atividades econômicas.

O PEDUC foi criado com o objetivo de preservação ambiental dos Parques estaduais, por meio do desenvolvimento de atividades turísticas e econômicas sustentáveis. O inciso I e II do artigo 2 do decreto que criou o programa estabelece que tal desenvolvimento deve ser feito levando em conta (i) "o equilíbrio entre as despesas previstas para a conservação das unidades e as receitas auferidas pelo desenvolvimento de atividades econômicas" e (ii) "o equilíbrio entre os pilares ambiental, social e econômico nos Planos de Manejo, especialmente pelo incentivo ao turismo sustentável, com impactos positivos na geração de empregos que leve ao significativo desenvolvimento das comunidades locais, dos municípios de abrangência dos Parques Estaduais e do Estado do Espírito Santo".

Nesse contexto, no âmbito do Contrato nº 008/2023 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a EY foi contratada para a execução de atividades a serem prestadas à SEAMA, em consonância com o PEDUC, com vistas à elaboração de modelagem econômico-financeira e apoio à elaboração do Edital de Concessão do Parque Estadual Paulo César Vinha incluindo a elaboração e criação de Plano de Negócios que garanta o equilíbrio econômico-financeiro da exploração da área.



5 Objetivo do Trabalho

O objetivo desse trabalho é apresentar uma proposta de Uso Sustentável da Unidade de Conservação que considere o equilíbrio entre os pilares ambiental, social e econômico, especialmente através do incentivo ao turismo sustentável, com impactos positivos na geração de empregos que leve ao significativo desenvolvimento das comunidades locais, dos municípios de abrangência dos Parques Estaduais e do Estado do Espírito Santo.

O Uso Sustentável é uma iniciativa propositiva que explora como a área pode ser gerida não apenas para proteger seus valores naturais, mas também para fomentar atividades que gerem receitas e benefícios sociais sem comprometer a integridade ambiental. Este passo é fundamental na preparação para uma futura concessão, pois cria um quadro que alinha o potencial econômico da área com os objetivos de conservação.



6 Sumário Executivo

Este Relatório traz a proposta de uso sustentável do Parque Estadual Paulo César Vinha, através de uma caracterização e detalhamento das condições atuais e das intenções de manejo do Parque considerando o atributo biofísico, que diz respeitos às características naturais, avaliando a conservação da paisagem, as evidências de presença humana contemporânea e o isolamento das áreas com relação ao seu acesso, o atributo sociocultural que diz respeito à presença humana que influencia na experiência do visitante, considerando a frequência dos encontros, tamanho dos grupos, presença de moradores nas UCs, ou não, e as oportunidades recreativas e socioculturais e atributo de manejo, seja direto ou indireto, considerando o nível de desenvolvimento do Parque, como o tipo de acesso, a qualificação da infraestrutura, os tipos de serviços e as conveniências oferecidas aos visitantes.

No capítulo "O Parque Estadual Paulo César Vinha", é apresentado um resumo sobre a leitura do território, conteúdo detalhado no produto P1.3 - Diagnóstico de vocações para o desenvolvimento sustentável de cada área. O breve diagnóstico serve de norteador para as intenções de manejo identificadas e apresentadas nos capítulos subsequentes. Já o capítulo "Norteadores para o uso sustentável" descreve o arcabouço legal direcionado para o uso sustentável dos Parques, detalhando as principais atividades permitidas para esta classificação de unidade de conservação. Além disso, apresenta-se a visão de futuro que se pretende alcançar para o Parque, considerando as fortalezas e as fraquezas identificadas durante a leitura e o diagnóstico do território.

O capítulo "Proposta de Uso Sustentável" apresenta uma caracterização e um detalhamento das condições atuais do Parque, bem como das intenções de manejo vislumbradas a partir da visão do futuro, com base em uma combinação entre as expertises da consultoria e nas recomendações da publicação "Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação" do ICMBio. A análise é realizada tanto para o Parque como uma unidade, quanto para as principais áreas de visitação, nas quais se planeja uma intenção de manejo. Os detalhes do programa, como áreas, capacidades e masterplan propostos, são apresentados nos capítulos "4.1 Diretrizes" e "5.1 Masterplan" do book "Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Disponível em https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/rovuc_rol_de_oportunidades_de_visitacao_em_unidades_de_conservacao.pdf >. Acesso em 30 de maio de 2024.



anexo. É importante mencionar que o book apresenta um masterplan conceitual, desta forma, as imagens apresentadas são fotomontagens meramente ilustrativas, com o intuito de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.

Por fim, o Relatório encerra-se com o capítulo "Considerações Finais", no qual são apresentadas as diretrizes e recomendações para o produto P2.1 - Plano de Negócio, produto que se utilizará de todo o programa, dimensões e capacidades definidos nesta Primeira Etapa.



7 O Parque Estadual Paulo César Vinha

O Parque Estadual Paulo César Vinha ("PEPCV"), inicialmente denominado Parque de Setiba, foi criado pelo decreto nº 2.993-N de 1990, com o intuito de preservar uma faixa contínua de restinga, um dos ecossistemas mais ameaçados da Mata Atlântica. O Parque abrange uma área de 1.500 hectares¹¹.

O Parque recebe visitantes diariamente das 08h às 17h, com acesso permitido às trilhas somente até às 15h. Não é necessário agendamento prévio e a entrada é gratuita para todos os públicos. Para grupos organizados de 15 a 40 pessoas, como escolas e excursões, é necessário agendar a visita previamente.

O Parque Estadual Paulo César Vinha oferece recursos para tornar a experiência mais acessível aos visitantes com deficiência visual e auditiva através do projeto "Trilha Cidadã" ¹².

As principais atrações do Parque são:

- Lagoa de Caraís: Lagoa de água doce junto à praia e ao único costão rochoso do Parque. A lagoa só é acessada por uma trilha de 2,5 km a partir da sede administrativa, sendo uma parte pela praia em trajeto predominante de areia de granulação fina e estrutura pouco compactada, que dificulta o deslocamento de maneira significativa. Além disso, após sair da trilha e chegar-se à praia, não há sinalização indicando a direção e distância da Lagoa.
- Mirante da Lagoa de Caraís: Elevação rochosa natural com vista panorâmica da Lagoa de Caraís e da serra de Buenos Aires, acessível por uma trilha curta a partir da lagoa.
- Mirante do Alagado: Estrutura antiga de madeira com cerca de 3 metros, atualmente fechada devido à degradação da madeira.
- Lagoa Feia: Lagoa de água escura localizada na parte interior do Parque, próxima ao antigo loteamento, e que pode ser acessada à 10 km da Portaria principal do Parque, no sentido norte, via RodoSol. Porém, não há estacionamento nesse ponto e nem meio de acesso por dentro do Parque, o que obriga os visitantes que desejam conhecer a lagoa a

¹¹ Fonte: IEMA. Disponível em < https://iema.es.gov.br/PEPCV >. Acesso em 28 de fevereiro de 2024.

¹² Fonte: IEMA. Disponível em < https://iema.es.gov.br/educacao_ambiental/trilha >. Acesso em 24 de abril de 2024.



estacionarem nas margens da rodovia. Além disso, não existe sinalização do caminho e chegando no local, a lagoa é envolta de mata nativa o que dificulta sua visualização, mesmo estando bem próximo a ela.

- Praias: Praia de Caraís e a Praia de Setiba, cada uma com trilhas específicas.
- Trilhas: Trilha da Restinga (2,5 km), Trilha de Tropical (1,1km), Trilha do Alagado (498m), Trilha da Capivara (1,6 km) Trilha de Caraís (133m) e Trilha da Clusia (137m), que proporcionam diferentes experiências de contato com a natureza. Com exceção da Trilha da Restinga, que leva até a praia de Caraís, as demais são mal sinalizadas.
- Dunas: Próximo à praia da Sereia, existem Dunas que proporcionam uma vista panorâmica através da parte norte do Parque.
- Porto de caiaque: Existe uma entrada para passeios de caiaque por dentro da Lagoa de Caraís. Porém, não há nenhuma infraestrutura neste ponto.

A infraestrutura do Parque se concentra no centro administrativo, que possui um banheiro feminino e um masculino, alojamento para pesquisadores, portaria, vigilância armada e um pequeno estacionamento. A pouca capacidade do estacionamento obriga os visitantes, principalmente na alta temporada, a estacionarem às margens da ES-060, rodovia que conecta Guarapari ao PEPCV. Além disso, não há estrutura para os visitantes ao longo das trilhas e nas atrações principais, como banheiros, pontos de alimentação, assistência de segurança, como salva vidas, ou qualquer estrutura de primeiros socorros. Além disso, as principais atrações, como Lagoa Feia, Lagoa de Caraís, Dunas e Mirantes, não possuem acesso fácil, dependendo de longas trilhas, com acessibilidade precária devido à falta de pavimento em solo impróprio para longas caminhadas, e de estacionamento inadequado. Por fim, notou-se a ausência de hospedagem dentro do Parque, que poderia proporcionar ao visitante uma experiência de alojamento integrada a natureza, como em outros Parques visitados.

O Parque Estadual Paulo César Vinha tem dois acessos principais: o oficial e um de serviço para o IEMA, além de acessos francos pela faixa de areia em ambas as extremidades e um acesso informal fechado ao sul. A infraestrutura de conectividade é deficiente, especialmente no sentido norte-sul, dificultando o trabalho de guardas e pesquisadores e o acesso de turistas.

Os dois pontos de acesso coincidem com duas áreas antropizadas do Parque, onde nota-se impacto maior no trecho norte por conta do antigo loteamento que ainda conserva parte de seu arruamento marcado na vegetação. A configuração sugere dois polos de visitação distintos, com maior presença de visitantes perto do acesso principal.

A Rodovia do Sol cria uma barreira para animais e, com o pedágio desativado, pode ser uma barreira para visitantes, se reativado. Isso também gera insegurança em alguns visitantes, principalmente no acesso norte. A flora diversificada do Parque, com diferentes tipos de vegetação de restinga e brejos, oferece riqueza ambiental e um visual impressionante do interior em direção ao mar.

Figura 1: Mapa da parte sul do PEPCV



Fonte: EY

Figura 2: Mapa da parte norte do PEPCV

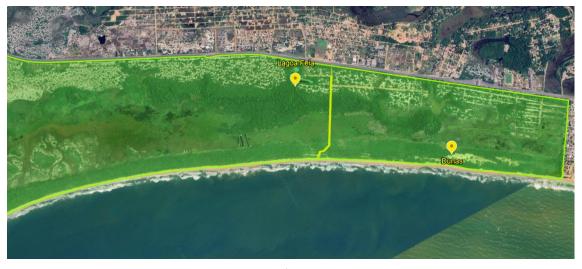




Figura 3: Entrada do PEPCV

Fonte: RoteMix

Figura 4: Vista aérea da entrada do PEPCV



Figura 5: Vista aérea parcial do PEPCV



Figura 6: Vista aérea do Porto de Caiaque



Figura 7: Vista aérea do Mirante do Alagado



Figura 8: Lagoa de Caraís



Figura 9: Vista aérea da Lagoa de Caraís



Figura 10: Vista aérea da Lagoa Feia

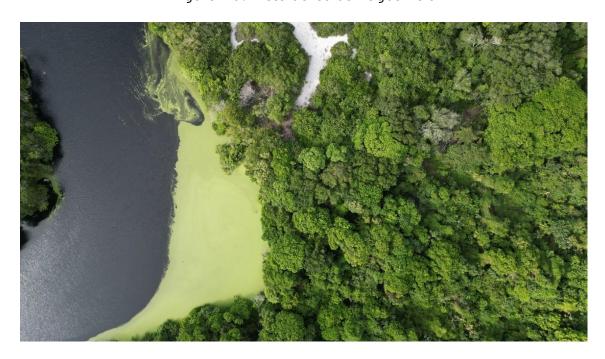


Figura 11: Vista aérea da trilha de Tropical



Figura 12: Vista aérea das Dunas





8 Norteadores para o Uso Sustentável

8.1 Delimitação Legal

Os objetivos gerais dos Parques são delimitados pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e traz como seu objetivo básico a "preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico".

Assim, todo o planejamento e gestão do Parque devem ter como orientação que as atividades de pesquisa científica e de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico devem estar em harmonia com os propósitos de preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.

A exploração turística, portanto, é permitida e considerada aliada do desenvolvimento sustentável quando a experiência propiciada contribui para a educação e conscientização ambiental, bem como pelo fato de gerar renda para financiar as atividades de conservação. A geração de renda e a inclusão das comunidades locais nas atividades turísticas tende a favorecer uma percepção de responsabilidade compartilhada, salutar ao processo de conservação da natureza.

Para além do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza cabe observar as disposições gerais previstas na Lei Estadual nº 10.094, de 15 de outubro de 2013, que estabelece em seu Art. 5º A que as atividades de uso público nos Parques estaduais serão permitidas, desde que estejam em conformidade com o plano de manejo e se enquadrem nas seguintes categorias:

I - **visitação para lazer e recreação**, com o objetivo de proporcionar momentos de relaxamento e entretenimento aos visitantes, de acordo com as diretrizes estabelecidas no plano de manejo;

II - prática de esportes de aventura, que compreendem atividades físicas e emocionantes realizadas em ambientes naturais, seguindo as normas de segurança e preservação ambiental;



III - prática de esportes radicais, os quais envolvem atividades de alto desafio, realizadas com equipamentos adequados e sob supervisão qualificada, garantindo a segurança dos praticantes e a integridade dos recursos naturais;

IV - desenvolvimento de turismo de aventura, que consiste em atividades turísticas que exploram as belezas naturais e a adrenalina proporcionada pelos ambientes dos Parques estaduais, conforme estabelecido no plano de manejo;

V - **promoção de ecoturismo**, com o intuito de valorizar e preservar a natureza, por meio de atividades turísticas que buscam a sustentabilidade ambiental, o conhecimento da fauna e da flora local e a conscientização sobre a importância da conservação dos Parques estaduais;

VI - realização de programas de educação ambiental, visando informar, sensibilizar e conscientizar o público sobre a importância da preservação ambiental, por meio de atividades pedagógicas e interpretativas;

VII - execução de programas de interpretação ambiental, com o propósito de proporcionar aos visitantes uma compreensão mais aprofundada sobre a fauna, a flora, os ecossistemas e a história dos Parques estaduais, por meio de guias especializados e materiais educativos;

VIII - realização de pesquisas científicas, com o intuito de contribuir para o conhecimento e a preservação dos recursos naturais, mediante a obtenção de dados e informações relevantes sobre os Parques estaduais, mediante aprovação prévia dos órgãos competentes;

IX - prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas, com o objetivo de registrar a beleza natural dos Parques estaduais e promover a valorização do patrimônio ambiental;

X - realização de outras atividades compatíveis com os propósitos e os objetivos dos Parques estaduais, a critério do Órgão Central do SISEUC, desde que estejam em conformidade com o plano de manejo e não comprometam a preservação e a sustentabilidade dos recursos naturais.



8.2 A Visão do Futuro

Como indicado no Produto 1.3: Diagnóstico de vocações para o desenvolvimento sustentável de cada área, o Plano de Manejo de 2007¹³ define que o Parque Estadual Paulo César Vinha visa proteger a biodiversidade, atuar como uma zona de amortecimento, desenvolver planos setoriais e preservar a vegetação de restinga. Desta forma, o futuro do Parque foca em ampliar o uso público, reforçar o envolvimento comunidades locais, melhorar a acessibilidade, inovar na gestão e promover a educação ambiental, sem prejuízo das atribuições originalmente previstas.

Já após uma primeira leitura minuciosa do território, vislumbra-se que, por estar situado próximo a centros urbanos e em uma área de rica biodiversidade, o Parque Estadual Paulo César Vinha tem potencial para se tornar um destino de referência em ecoturismo e educação ambiental. Com sua vasta área e vegetação diversificada, o Parque pode oferecer atividades para visitantes diurnos e aqueles que desejam hospedar-se e explorar por mais tempo.

Trilhas interpretativas, mirantes e observatórios podem permitir a imersão na natureza local e a observação de fenômenos como a desova de tartarugas marinhas. Centros de educação ambiental na praia podem educar sobre a conservação marinha e os ciclos de vida animal. O lazer pode ser contemplado através de esportes aquáticos e da possibilidade de apreciar a paisagem de pontos elevados, como tirolesas e teleféricos. O Parque também tem potencial para oferecer hospedagem sustentável, como glamping e bangalôs privativos, integrando conforto e natureza.

O PEPCV aspira ser um exemplo de turismo sustentável, promovendo a valorização da natureza e a conscientização ambiental, destacando-se como um modelo para a conservação ambiental através do turismo.

Diante desta Visão de Futuro e de toda leitura do território feita nos produtos anteriores, a seguir será apresentado o planejamento para o uso sustentável do Parque Estadual Paulo César Vinha, aproveitando as suas vocações e buscando trazer ferramentas para apoiar o planejamento e a gestão de visitação e turismo.

¹³ Fonte: IEMA. Disponível em < <u>IEMA - Parque Estadual Paulo César Vinha</u> >. Acesso em 28 de maio de 2024.



9 Proposta de Uso Sustentável

O uso público é reconhecido como uma ferramenta crucial para a preservação ambiental e um aliado estratégico na proteção das unidades de conservação. A presença de turistas, bem como de pesquisadores e voluntários, ajuda a monitorar as atividades e contribui para desencorajar atos ilegais que possam ocorrer nessas áreas. Além disso, o uso público oferece aos visitantes a chance de se conectar com a natureza, entender a importância da preservação e estabelecer laços com as áreas protegidas e sua biodiversidade. Desta forma, uma vez conscientizados, os visitantes podem se tornar defensores e apoiadores da preservação ambiental.

Para que as unidades de conservação atinjam seus propósitos de criação, são estabelecidos regulamentos e estratégias nos planos de manejo dessas áreas. No que diz respeito ao uso público, cada área protegida tem potencial e capacidade para oferecer um conjunto específico de experiências de visitação, que variam conforme a categoria de manejo e suas características paisagísticas, naturais, culturais e sociais.

Os visitantes de uma área de conservação ou de suas proximidades procuram por locais com características específicas que atendam às suas expectativas e desejos pessoais. Entender o perfil dos visitantes, suas necessidades e oferecer uma variedade de atividades é crucial para o planejamento do acesso público. Oferecer experiências diversificadas aumenta as chances de atender às motivações dos visitantes, incentivando-os a retornar e apoiar economicamente a região, além de se tornarem defensores da preservação dessas áreas. Embora não seja possível garantir que todas as expectativas sejam atendidas, a ampliação das opções de visitação eleva a probabilidade de proporcionar experiências gratificantes para os visitantes.

Diante deste contexto sobre a importância de um bom planejamento das unidades de conservação, para a determinação do uso sustentável do Parque, será utilizado o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação ("ROVUC")¹⁴, publicado pelo ICMBio, como metodologia orientadora.

¹⁴ Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Disponível em < https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/rovuc_rol_de_oportunidades_de_visitacao_em_unidades_de_conservação.pdf >. Acesso em 30 de maio de 2024.



9.1 Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação -ROVUC

A criação do ROVUC emergiu da urgência em aprimorar e enriquecer as atividades disponíveis ao público nas áreas protegidas, valorizando as particularidades de cada uma e oferecendo instrumentos que reforcem o planejamento e a administração das visitas e do turismo. Embora o ROVUC se concentre nas categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), ele também pode orientar o planejamento de visitação em outras áreas protegidas. As diretrizes estabelecidas para o uso do ROVUC incluem:

- Atuar como um dos critérios na determinação do zoneamento durante a criação ou atualização dos planos de manejo das UCs;
- Fornecer critérios claros para diferenciar os tipos de experiências de visitação;
- Ser aplicável a todas as categorias de UCs do SNUC;
- Ser relevante para o planejamento de UCs em ambientes terrestres e aquáticos (abrangendo todos os biomas);
- Ser financeira e operacionalmente viável para implementação em curto prazo.

A publicação pode ser utilizada para inventariar as diferentes oportunidades de visitação existentes ou potenciais, auxiliar na diversificação, orientar a implantação e promover o manejo mais adequado dos ambientes naturais para proporcionar as experiências de visitação desejadas na UC. O ROVUC preconiza a complementariedade por meio das oportunidades recreativas oferecidas no entorno, nas áreas protegidas próximas ou limítrofes (públicas ou privadas) e demais áreas turísticas existentes na região. Desta forma, a visão de planejamento deve considerar toda a região, como destino turístico, e não apenas o interior da UC.

Para desenvolver uma oportunidade de visitação eficaz, é essencial entender a dinâmica entre quatro componentes fundamentais de (i) experiências desejadas; (ii) atividades realizadas; (iii) ambiente, que engloba características biofísicas, socioculturais e de gestão; e (iv) benefícios obtidos, que podem ser de natureza pessoal, social, econômica, cultural ou ambiental.

Para a correta determinação e planejamento do uso sustentável das unidades de conservação, o ROVUC criou uma matriz de análise, na qual a primeira linha é composta por cinco classes de experiências relacionadas ao grau de intervenção: Prístina, Natural, Seminatural, Ruralizada e Urbanizada.

Tabela 1: Relação entre as classes de experiência e o grau de intervenção da visitação nos atributos do ROVUC

Classe de Experiência	Definição do grau de intervenção nos atributos	
Prístina	Visitação de baixo grau de intervenção: corresponde às formas primitivas de visitação e recreação que ocorrem em áreas com alto grau de conservação, possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. Os encontros com outros grupos de visitantes são improváveis ou ocasionais. A infraestrutura, quando existente, é mínima e tem por objetivo a proteção dos recursos naturais e a segurança dos visitantes. É incomum a presença de estradas ou atividades motorizadas.	
Natural	Visitação de médio grau de intervenção: É possível experimentar alto grau de naturalidade do ambiente, no entanto, já se pode detectar algum nível de alteração ambiental ou evidências de atividades humanas. O acesso a essas áreas pode ser realizado por veículos motorizados. Em ambientes terrestres, as estradas em geral não são pavimentadas. Os encontros com outros visitantes são mais comuns e, nas unidades de conservação de uso sustentável, pode haver a presença de moradores isolados possibilitando experimentar o modo de vida local. A infraestrutura é mínima ou moderada, tendo por objetivo, além da segurança e a proteção dos recursos naturais, melhorar a experiência e proporcionar comodidade ao visitante. São exemplos: ponte, pequenas edificações, mirante, escada, deck, acampamento, abrigo, banheiro, estrada com revestimento permeável, etc.	
Seminatural	Visitação de alto grau de intervenção: a visitação é intensiva e planejada para atender maior demanda. Ainda que haja oportunidade para a privacidade, os	
Ruralizada	encontros e a interação podem ser frequentes entre os visitantes, funcionários e comunidade local. É comum a presença de grupos maiores de visitantes ou excursões. Há mais atenção na segurança dos visitantes, na proteção de áreas sensíveis próximas aos atrativos e menos ênfase em promover autonomia ou	
Urbanizada	desafios. A infraestrutura geralmente é mais desenvolvida, com a presença comum de edificações e estradas, inclusive pavimentadas, podendo resultar em alterações significativas da paisagem. Centro de visitantes, museu, auditório, estacionamento, posto de gasolina, estrada pavimentada, piscina, hotel, pousada, teleférico, pista de pouso, paisagismo, estábulo, podem ocorrer nas zonas de manejo com alto grau de intervenção, dependendo da categoria de manejo da UC.	

Fonte: ICMBio / ROVUC

As linhas abaixo representam a variação dos indicadores por classe de experiência, dentro dos seguintes atributos:



- Biofísico: conjunto de fatores físico e biológicos, que compõe as características naturais, avaliando a conservação da paisagem, as evidências de presença humana contemporânea e o isolamento das áreas com relação ao seu acesso.
- Sociocultural: conjunto de fatores da presença humana que influenciam na experiência do visitante, considerando a frequência dos encontros, tamanho dos grupos, presença de moradores nas UCs e as oportunidades recreativas e socioculturais.
- Manejo: conjunto de fatores relacionados ao manejo direto ou indiretos, considerando o nível de desenvolvimento, como o tipo de acesso, a intensidade de infraestruturas, os tipos de serviços e as conveniências oferecidas aos visitantes.

Desta forma, ao combinar as classes de experiência com os diferentes atributos, o ROVUC apresenta um leque de oportunidades de experiências que podem ser ofertados aos visitantes e turistas.

9.2 Metodologia Aplicada

Para a definição da proposta de uso sustentável do Parque, considerou-se as etapas recomendadas pela publicação do ROVUC combinadas com análises realizadas considerando a expertise da EY. As etapas aplicadas estão descritas a seguir.

• Etapa 1 - Caracterização geral do uso público do Parque e de seu entorno (destino turístico): A primeira etapa refere-se à uma caracterização geral do Parque e seu entorno com base na Matriz ROVUC. Além da matriz a publicação indica o uso de outras informações disponíveis, como o Índice de Atratividade Turística - IAT¹⁵, e Autoavaliação e Especificação Técnica de Auditoria, de acordo com a ISO 18065:2015¹⁶, ambos previamente apresentados no Produto 1.3: Diagnóstico de vocações para o desenvolvimento sustentável de cada área. Esta etapa é importante para visualizar a realidade e a oferta de

¹⁵ Parcerias Ambientais Público-Privadas. Disponível em < https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/editais-diversos/editais-diversos-2019/indice_de_atratividade_turistica_das_ucs_brasileiras.pdf >. Acesso em 15 de abril de 2024.

Fonte: International Organization for Standardization. Disponível em https://www.iso.org/obp/ui/en/#iso:std:iso:18065:ed-1:v1:en. Acesso em 19 de abril de 2024.



uso público atual do Parque, possibilitando entender o programa de necessidade.

- Etapa 2 Detalhamento dos atrativos ou áreas de visitação: Na segunda etapa as condições dos atuais atrativos ou áreas de visitação serão caracterizadas através da matriz de ROVUC, bem como será identificada a zona de manejo na qual estas áreas se encontram e mapeado o tipo de visitante cada área atrai.
- Etapa 3 Intenção de Manejo: Apesar de não ser uma etapa propriamente recomendada pelo ROVUC, indicar a perspectiva das condições que se almejam alcançar é uma recomendação da publicação para a correta classificação das experiências nos atrativos ou áreas de visitação do Parque. Sendo assim, considerando o conceito de diversificação das experiências frente às oportunidades e demandas observadas durante as visitas, reuniões e análises dos produtos anteriores, nesta etapa são indicados os atrativos propostos pela consultoria para serem implementados, considerando de forma equilibrada os impactos ambientais, sociais e econômicos.
- Etapa 4 Detalhamento dos atrativos ou áreas de visitação após intenção de manejo: Após o detalhamento dos atrativos ou áreas de visitação considerando suas condições atuais e identificação das intenções de manejo, é importante revisitar todo detalhamento realizado na Etapa 2, considerando as intervenções e atividades sugeridas. Nesta etapa, também se apresenta qual o impacto das intenções de manejo para cada indicador que compõe os atributos.
- Etapa 5 Classificação das experiências e sistematização dos resultados: Nesta etapa, as classes de experiências mais apropriada para cada área de visitação são definidas, utilizando-se das matrizes de ROVUC elaboradas nas etapas anteriores. A sistematização é realizada para avaliar o percentual de classes que estão sendo propostas para o Parque. A diversidade das classes oferecidas deve ser verificada frente a vocação e potenciais do Parque, sendo uma importante diretriz no processo de planejamento do uso público.
- Etapa 6 Indicadores de sustentabilidade e de avaliação dinâmica da capacidade suporte: Definição de indicadores de sustentabilidade a serem monitorados nas áreas de uso público e seu entorno, a fim de verificar o impacto dinâmico das atividades nessas áreas, para promover a melhoria contínua na prestação de serviços e garantir nível de



informação adequado para a gestão ambiental e para a definição do limite de capacidade de permanência simultânea de visitantes em cada área do Parque.

• Etapa 7 - Espacialização das classes de experiência no mapa: a espacialização auxilia na integração do roteiro e no compreendimento de questões relacionadas ao fluxo e ao ordenamento geral de visitação do Parque.

Como já apresentado no Produto 1.3: Diagnóstico de vocações para o desenvolvimento sustentável de cada área, a leitura do território indicou a presença de dois polos diferentes de visitação, o primeiro localiza-se junto ao acesso principal que se estende até a Lagoa de Caraís, área onde a presença de visitantes é maior, e o segundo no acesso secundário, que se estende da Lagoa Feia e até as dunas da Praia D'ulé. Desta forma, o detalhamento das áreas nas condições atuais e com as intenções de manejo será feito a partir da divisão do Parque entre estes dois polos.

9.3 Etapa 1: Caracterização Geral do Uso Público do Parque e de Seu Entorno (Destino Turístico)

Conforme tabela apresentada a seguir e análises realizadas anteriormente, a caracterização geral do PEPCV mostra que, apesar de apresentar grande beleza cênica, presença de biodiversidade de fauna e flora, com potencial de atratividade em nível nacional, as atividades são pouco exploradas, com uma carência marcante de infraestrutura mínima necessária às demandas dos visitantes. Além disso, o resultado do questionário realizado pela equipe técnica durante as visitas aponta que o PEPCV, conforme requisitos da normal ISO 18065:2015, cumpre insuficientemente a todos os requisitos de gestão de qualidade, gestão de uso público, prestação de serviços, instalações, subcontratação, segurança e gestão de resíduos, limpeza e manutenção, sobretudo, pela ausência de materiais informativos e melhores condições aos visitantes de segurança, acessibilidade e sinalização. A tabela com o resultado da avaliação pode ser vista no anexo ISO 18065:2015

O Parque pode ser beneficiado pelo potencial turístico já existente no entorno, com o turismo de veraneio e litorâneo das cidades de Guarapari e da Região Metropolitana de Vitória e, se bem planejado, pode se destacar como um



modelo exemplar de turismo sustentável, onde a preservação ambiental e a educação ocupam posições de destaque.

Assim, o atual perfil de uso público do PEPCV está bastante relacionado com as classes de experiência Prístina e Natural do ROVUC. Apesar de possuir aspectos de classe Seminatural, esta classificação se deve a fatos que podem ser contraditórios, como a presença da Rodovia do Sol, que, apesar de facilitar o acesso ao Parque, funciona como uma barreira física para os animais que se deslocam entre o Parque e as zonas vegetadas na zona de amortecimento e barreira socioeconômica pela presença do pedágio desativado. Outro exemplo é a presença de uma infraestrutura básica de banheiros, lixeiras, estacionamento. Apesar de existir, esta infraestrutura está concentrada apenas na portaria principal do Parque que possui aproximadamente 1.500ha e não atende, de forma mínima, à demanda dos visitantes por completo.

Estes fatores devem ser considerados no momento de planejar o uso público do Parque, para dimensionar e direcionar os investimentos de forma adequada às experiências, respeitado as realidades internas e externas.

Tabela 2: Caracterização Geral PEPCV

Atributo	Caracterização Geral
Biofísico	Ambiente Interno - O PEPCV, situado na região costeira do Espírito Santo, Brasil, é um ecossistema de imensa riqueza cênica e biofísica, o que constitui um grande atrativo à visitação. Abrangendo uma diversidade de ecossistemas como restingas, lagoas costeiras e dunas o Parque é um mosaico de habitats que sustentam uma biodiversidade notável. As formações de restinga apresentam diferentes fitofisionomias, como a mata seca, a floresta permanentemente inundada, a formação aberta de clúsia, brejo herbáceo, apresentando espécies adaptadas a condições de solos arenosos e salinos. Na fauna, o Parque busca proteger aves migratórias, répteis, anfíbios e mamíferos, muitos dos quais são endêmicos ou estão em risco de extinção. Os recursos hídricos do Parque, como a Lagoa de Caraís, são essenciais para a vida aquática e avifauna migratória. A geomorfologia da área é diversa, com destaque para a planície fluvio-marinha, planície marinha, terraço marinho, planície fluvial e dunas.
	Ambiente Externo - O entorno do Parque Estadual Paulo César Vinha, localizado na costa do Espírito Santo, é marcado por uma interação dinâmica entre atividades humanas e os ecossistemas naturais. A área adjacente ao Parque é considerada uma zona de amortecimento e é utilizada para agricultura, turismo e urbanização, o que pode impactar os habitats protegidos através da introdução de poluentes e alterações no fluxo de água. As zonas costeiras próximas, com suas praias e falésias, são essenciais para a biodiversidade marinha e proteção contra eventos climáticos extremos. Exceto pelas praias da zona costeira, não existem tantos atrativos naturais no entorno.
Socio- Cultural	Ambiente Interno - O turismo ecológico é uma atividade vital no Parque, proporcionando aos visitantes a oportunidade de explorar e apreciar a beleza



Atributo	Caracterização Geral
Attibuto	
	cênica e a diversidade ecológica do local. Essas experiências promovem uma maior consciência sobre a importância da conservação e incentivam práticas responsáveis que respeitam o meio ambiente. Além disso, o Parque serve como um local para pesquisa e estudo, onde cientistas e estudantes podem aprender sobre os ecossistemas locais e contribuir para a ciência da conservação. O conhecimento gerado por essas atividades de pesquisa ajuda a informar as estratégias de manejo e proteção do Parque.
	Ambiente Externo - O entorno do PEPCV é composto pelo município de Guarapari, conhecido por suas belas praias e águas claras, é um destino turístico popular que atrai visitantes de todo o Brasil e do exterior, especialmente durante os meses de verão.
	As comunidades adjacentes ao PEPCV são: Setiba, Village do Sol e Recanto da Sereia e apresentam características econômicas diferenciadas do entorno, influenciadas pelas dinâmicas locais e pelo desenvolvimento imobiliário.
Manejo	Ambiente Interno - PEPCV já possui plano de manejo elaborado em 2007 e uma visitação consolidada na ordem de 9.500 visitantes por ano. O acesso motorizado ao Parque é facilitado pela presença da Rodovia do Sol. O acesso interno às áreas de visitação ocorre por meio de trilhas pouco sinalizadas e rústicas e com pouca acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida por conta da presença de trajetos na areia e em rochas desregulares. Também há acesso franco pela faixa de areia. O Parque possui uma pequena infraestrutura no seu acesso principal, contando com portaria, estacionamento, centro de visitação, alojamento, banheiros e estruturas de apoio. Contudo, o Parque não oferece serviço de pernoite, ou de alimentação e bebidas.
	Ambiente Externo - O entorno do Parque é uma área de transição entre os ecossistemas protegidos e as zonas de uso humano, como áreas urbanas, agrícolas e turísticas, oferecendo infraestrutura turística e restaurantes, postos de gasolina e supermercados. O aeroporto mais próximo fica a 50 minutos e aproximados 45km, com boa pavimentação, sinalização, segurança e acessibilidade.

Fonte: ICMBio / ROVUC / EY

9.4 Área de Visitação da Lagoa de Caraís

9.4.1 Etapa 2: Detalhamento dos Atrativos ou Áreas de Visitação

Plano de Manejo: Hoje a área de visitação da Lagoa de Caraís é predominantemente envolta pela Zona de Manejo Primitiva, mas também conta com uma Zona de Uso Intensivo 3 na região da portaria do acesso principal, onde encontram-se as infraestruturas construídas e uma Zona de Uso Intensivo 2, na lagoa propriamente dita e de uma Zona de Uso Intensivo 1 no trajeto da trilha. No decorrer da trilha também é



possível identificar duas pequenas áreas classificadas como Zonas de Recuperação. Para visualização do mapa do Plano de Manejo atual, referir-se ao Anexo "Plano de Manejo".

Embora o Plano de Manejo da Unidade possua um capítulo específico (6.1) destinado ao monitoramento e avaliação do plano como instrumento para assegurar a interação entre o planejamento e a execução, de modo a permitir o aperfeiçoamento das atividades delineadas, não foram encontrados dados sistematizados sobre a avaliação dos impactos ou do mapeamento de oportunidades de melhoria. De todo modo, as visitas técnicas realizadas no âmbito do contrato e os relatos dos profissionais que atuam na unidade indicam a Lagoa de Caraís como um dos locais mais visitados, sendo possível vislumbrar a implantação de infraestrutura de apoio ao turista nas proximidades, de forma a qualificar a experiência e garantir que a interação com o meio ambiente se dê de forma equilibrada e responsável. Nesse sentido, é recomendável que a revisão do Plano de Manejo internalize o aprendizado acumulado nesses anos de visitação e contemple medidas de gerenciamento para o uso sustentável da área.

 Visitantes: Acessada por pequenos grupos de públicos variados, como famílias, excursões e amantes da natureza e só é acessível a pessoas com mobilidade reduzida na trilha que conecta a portaria principal a praia. Apesar da trilha ter baixo nível de complexidade, o percurso não é pavimentado e dificultado pela areia no trajeto da praia e possui alguns obstáculos rochosos ao chegar na Lagoa.

Acesso Principal

Trajeto trilha

Rodovia Sol

Lagoa de Caraís

Figura 13: Imagem Aérea Área Lagoa de Caraís

Fonte: Google Earth / EY

• Atributo Biofísico: A Lagoa do Caraís é uma área de conservação com formações de restinga, lagoas e costões rochosos. Seu meio biofísico combina flora de restinga, como cactos e bromélias, e fauna diversa, incluindo aves e peixes. A Lagoa é influenciada por variações de chuva, afetando sua salinidade e nível de água. O clima tropical úmido da região e os solos arenosos são cruciais para a biodiversidade local, tornando a Lagoa essencial para o equilíbrio ecológico, sendo área de interesse para pesquisa ambiental.

A Lagoa do Caraís possui acesso pela portaria principal do Parque, que conta com uma área adjacente, significativa, antropizada e sem uso. O acesso à Lagoa de Caraís é feito em duas partes: a primeira é composta



por uma trilha que conecta o acesso principal do Parque à praia e a segunda é uma caminhada da praia até a Lagoa. O percurso total mede aproximadamente 2,7km, sendo que a segunda parte do acesso não atende a pessoas com mobilidade reduzida e o percurso conta apenas com pequenas placas de sinalização, sem ambientes de paradas para descanso.

Tabela 3: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Biofísico

Indicadores	Classe de experiência
Conservação da Paisagem	NATURAL Eventuais interferências antrópicas percebidas no ambiente terrestre ou aquático (ex: presença de pequenas clareiras, alguma presença de espécies exóticas, invasoras e nativas oportunistas de ambiente degradado).
Evidência de atividade humana contemporânea	PRÍSTINA Pouca ou nenhuma evidência de atividade humana.
Isolamento (distância das entradas da UC e dificuldade de acesso)	NATURAL Pode estar a uma distância moderada das principais entradas da UC e o acesso pode ser levemente facilitado.

Fonte: ROVUC / EY

Atributo Sociocultural: No centro de visitação, os monitores realizam uma variedade de atividades pedagógicas, incluindo a exibição de vídeos e slides para introduzir os visitantes às informações do Parque. Adicionalmente, passeios guiados são oferecidos. A Lagoa é outro atrativo, onde os visitantes podem desfrutar de mergulhos em águas pouco profundas, explorando a rica biodiversidade. A lagoa, de água doce, possui coloração avermelhada devido à decomposição da matéria orgânica presente nos alagados que a abastecem. Também estão disponíveis passeios de caiaque, no entanto o local não possui nenhuma infraestrutura. Além disso, os visitantes têm a oportunidade de explorar a diversidade da vegetação local, incluindo restingas e áreas úmidas, contando inclusive com um pequeno mirante. Por ser a área com mais fácil acesso, é também a que recebe a maior quantidade de visitantes. Em certos períodos anuais, os visitantes têm a chance de observar marinhas desovando, evento um que conscientização e apoia a conservação desses animais em risco de extinção.

Tabela 4: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Sociocultural

Indicadores	Classe de experiência
Frequência de encontros	NATURAL Encontros ocasionais.
Tamanho dos grupos	NATURAL Grupos pequenos ou médios.
Presença de moradores	PRÍSTINA Sem presença de moradores.
Atividades recreativas e em contato com a natureza e turismo ecológico	NATURAL Atividades prístinas: caminhada, caminhada de longo curso, contemplação de paisagem, fotografia e filmagem amadora, observação da vida silvestre, banho, canoagem e corrida a pé. Atividades naturais: educativas e piquenique.
Atividades socioculturais	PRÍSTINA Visita em áreas naturais, sem atividades de extrativismo.
Eventos	PRÍSTINA Sem eventos culturais, esportivos ou religiosos.

Fonte: ROVUC / EY

• Atributo Manejo: A entrada principal do Parque situa-se nesta área, onde se encontra a portaria principal, acessível pela Rodovia do Sol, que é pavimentada. Contudo, o local carece de um estacionamento com capacidade suficiente para acomodar todos os veículos dos visitantes. O monitoramento do fluxo de visitantes é realizado na portaria, e, uma vez dentro do Parque, não há estradas asfaltadas ou acesso por veículos motorizados. O acesso à praia e a outras áreas só pode ser feito por trilhas ou caminhando pela orla da praia, com pouca sinalização e pouco acessível para visitantes com baixa mobilidade. O trajeto para se chegar da praia para a Lagoa conta com um caminho em rochas, dificultando o acesso para pessoas com baixa mobilidade.

Além disso, a área concentra a maior parte da estrutura do Parque como o centro de vivências, banheiros, alojamento para pesquisadores, portaria e vigilância, mas sem nenhum serviço de alimentação ou bebidas.

Tabela 5: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Sociocultural

Indicadores	Classe de experiência
Acesso motorizado	PRÍSTINA Inexistente para visitantes. Permitido apenas para funcionários em caminho alternativo somente de serviço.



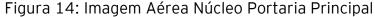
Indicadores	Classe de experiência
Estradas	NATURAL Estrada de serviço e estacionamentos não pavimentados.
Trilhas	PRÍSTINA Pista sem revestimentos, com manejo utilizando materiais locais. Caminho contínuo ou intermitente, sendo possíveis obstáculos. Intervenções possíveis para proteger recursos naturais ou garantir a segurança do visitante.
Sinalização e interpretação nas trilhas	PRÍSTINA Sinalização direcional de baixa frequência, usualmente limitada a cruzamentos e pontos de descontinuidade da trilha. A interpretação é nada desenvolvida, sendo realizada principalmente por meio de folheteria e do condutor de visitantes.
Edificações e equipamentos facilitadores	NATURAL A SEMINATURAL Na sede do Parque há edificações como centro de visitantes, estacionamentos e alojamento para funcionários, mas no restante da área encontra-se apenas pequenos mirantes e decks.
Pernoite	PRÍSTINA Não existe alojamento para visitantes e não é permitido pernoite tipo bivaque.
Sanitários e lixo	SEMINATURAL Sanitários com água, sistemas com fossa séptica ou outra forma de tratamento, lavabo e às vezes ducha e facilidades para se lavar roupa. Presença de lixeiras, coleta de lixo e tratamento de esgoto.
Acessibilidade	PRÍSTINA Sem estruturas de acessibilidade.
Presença Institucional	SEMINATURAL Indireta ou direta, realizada por postos de controle e patrulhas ocasionais e monitoramento, todos precários para as condições necessárias.
Delegação de serviços	PRÍSTINA Serviços básicos para acesso a área.

Fonte: ROVUC / EY

9.4.2 Etapa 3: Intenção de Manejo

A área de visitação da Lagoa de Caraís é composta por 5 núcleos de intervenção que possuem diferentes conjuntos de atrativos e intenções de manejo.

9.4.2.1 Portaria Principal





Fonte: EY

A proposta de intervenção para este núcleo considera a construção de um portal de entrada adequado, que transmita ao visitante a sensação de adentrar em uma área de conservação ambiental. Este espaço será o local das primeiras instalações de apoio, incluindo centro de recepção, instalações sanitárias, vestiários, café, loja de souvenirs, entre outros. Além de garantir o conforto dos visitantes, esses ambientes também servirão de suporte para as operações dos funcionários do Parque. Os bolsões de estacionamento serão situados em áreas onde a vegetação ainda está em processo de recuperação, minimizando assim o impacto ambiental. Esses bolsões poderão formar pequenos núcleos, de modo a reduzir ao máximo sua interferência na paisagem.

Outros elementos do programa do Parque, como um memorial em homenagem a Paulo César Vinha, um auditório e viveiros de plantas, podem ser implantados nessa mesma área de chegada. Essas instalações complementares



enriquecerão a experiência dos visitantes e contribuirão para a preservação e divulgação dos valores do Parque.

A sede do Parque representa o ponto de partida da jornada dos visitantes, a partir do qual podem ser disponibilizadas estruturas de apoio essenciais para a exploração do Parque, como locação de bicicletas e o acesso a um teleférico, que fará o trajeto até a Lagoa de Caraís, com opções de estação de entrada e saída durante o percurso. Essas facilidades ajudarão no deslocamento alternativo dentro do Parque, promovendo uma experiência mais completa e acessível aos visitantes.

Desta forma, o programa e intervenções propostos para a Portaria Principal estão sumarizados a seguir, indicando-se as categorias de atividade que cada intenção de intervenção poderá oferecer. Para mais detalhes do programa, como áreas, capacidades e masterplan propostos, referir-se aos capítulos "4.1 Diretrizes" e "5.1 Masterplan" do book "Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em anexo.

Tabela 6: Núcleo Portaria Principal - Intenção de Manejo

Intervenção	Categoria de atividade de Uso Público Lei 10.094
Reestruturação do portal de entrada	Visitação para lazer e recreação
Bolsões de estacionamento	Visitação para lazer e recreação
Pavilhão programático contemplando recepção com bilheteria, cafeteria, centro de visitantes, sede IEMA, memorial do Parque e receptivo	Visitação para lazer e recreação
Escritório e alojamento IEMA para vinte funcionários	n/a
Mirante com estação de teleférico	Promoção de ecoturismo, prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas e execução de programas de interpretação ambiental
Trilha suspensa, com sinalização e pontos de descanso.	Visitação para lazer e recreação, execução de programas de interpretação ambiental e prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas

Fonte: EY

9.4.2.2 Mirante do Alagado





Fonte: EY

A Trilha do Alagado conduz os visitantes a uma área de potencial contemplativo excepcional. Nesse ponto, onde o alagado se revela em toda a sua grandiosidade, a proposta de intervenção para este núcleo considera a construção de um mirante, que ofereceria aos visitantes uma vista panorâmica única de todo o Parque. Ao término da trilha, estruturas de lazer com baixo impacto ambiental podem se tornar um atrativo significativo, especialmente para famílias com crianças. Essas instalações proporcionariam momentos de descanso e entretenimento, enriquecendo a experiência dos visitantes e incentivando a conexão com a natureza de forma responsável.

Desta forma, o programa e intervenções propostos para a Portaria Principal estão sumarizados a seguir, indicando-se as categorias de atividade que cada intenção de intervenção poderá oferecer. Para mais detalhes do programa, como áreas, capacidades e masterplan propostos, referir-se aos capítulos "4.1

Diretrizes" e "5.1 Masterplan" do book "Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em anexo.

Tabela 7: Núcleo Mirante do Alagado - Intenção de Manejo

Intervenção	Categoria de atividade de Uso Público Lei 10.094
Trilha suspensa, com sinalização e pontos de descanso	Visitação para lazer e recreação, execução de programas de interpretação ambiental e prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas
Estrutura de arvorismo no percurso da trilha até o mirante	Prática de esportes de aventura
Mirante	Promoção de ecoturismo, prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas e execução de programas de interpretação ambiental

Fonte: EY

9.4.2.3 Glamping

Figura 16: Imagem Aérea Núcleo Glamping



Fonte: EY

A área do Parque, onde a presença de clúsias cria um arquipélago de vegetação, apresenta-se como o cenário ideal para a implantação de uma estrutura de *glamping* - forma de acampamento que combina a experiência da natureza com o luxo e as comodidades de um hotel. Esta forma de hospedagem não apenas ofereceria aos visitantes uma experiência imersiva na natureza, mas também estaria alinhada com os princípios do turismo sustentável. Ao integrar-se harmoniosamente ao ambiente natural, o *glamping* promoveria práticas de baixo impacto ambiental, contribuindo para a conservação do ecossistema local e para o desenvolvimento sustentável da região.

Desta forma, o programa e intervenções propostos para a Portaria Principal estão sumarizados a seguir, indicando-se as categorias de atividade que cada intenção de intervenção poderá oferecer. Para mais detalhes do programa, como áreas, capacidades e masterplan propostos, referir-se aos capítulos "4.1 Diretrizes" e "5.1 Masterplan" do book "Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em anexo.

Tabela 8: Núcleo Glamping - Intenção de Manejo

Intervenção	Categoria de atividade de Uso Público Lei 10.094
Trilha suspensa com sinalização e pontos de descanso	Visitação para lazer e recreação, execução de programas de interpretação ambiental e prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas
Cabanas de <i>Glamping</i>	Promoção de ecoturismo
Estrutura de apoio ao <i>Glamping</i> (sanitários, restaurante e etc)	Visitação para lazer e recreação
Estação intermediária de teleférico	Promoção de ecoturismo, prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas e execução de programas de interpretação ambiental

Fonte: EY

9.4.2.4 Lagoa de Caraís

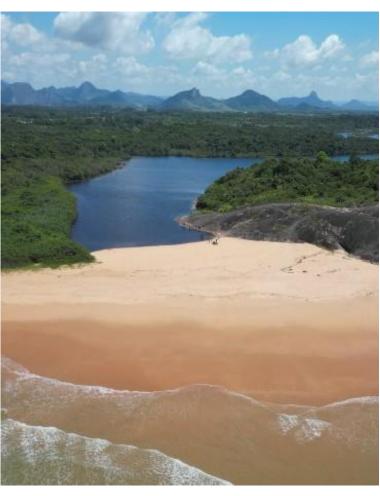


Figura 17: Imagem Aérea Núcleo Lagoa Caraís

Fonte: EY

Na trilha que segue da portaria principal em direção ao mar, uma das primeiras paradas do usuário se dá na chegada ao píer que adentra a Lagoa de Caraís. A adequação dessa estrutura pode gerar um importante primeiro contato do visitante com o alagado e a lagoa. Além disso, o píer pode ser considerado importante ponto de parada para esportes como caiaque e *stand up paddle*.

Seguindo o percurso da trilha, chega-se à praia que contará com uma trilha suspensa até a chegada na Lagoa de Caraís (Coca-Cola). Neste percurso, indicase a construção de um centro de educação ambiental sobre as desovas das tartarugas, contando com uma pequena estrutura de café, loja e sanitários.

Ao seguir o percurso da trilha, o visitante chegará no encontro da Lagoa de Caraís com a praia, que, apesar de ser o principal atrativo do Parque e figura

como o destino da grande maioria dos visitantes, não possui nenhuma infraestrutura de apoio. Desta forma, propõe-se a construção de decks flutuantes, que podem fomentar a prática de esportes aquáticos de baixo impacto, ponte engastadas à rocha, café e restaurante com sanitários, que podem usufruir das vistas privilegiadas para a lagoa e para o mar, fazendo um papel de mirante. Além disso, um mirante com tirolesa com quedas para piscina e lagoa podem trazer uma atividade de aventura e a construção de uma torre de estação de teleférico favorecem um deslocamento alternativo para pessoas com mobilidade reduzida e para os visitantes que querem contemplar uma vista deslumbrante.

Desta forma, o programa e intervenções propostos para a Lagoa de Caraís estão descritos a seguir. Para mais detalhes do programa, como áreas, capacidades e masterplan propostos, referir-se aos capítulos "4.1 Diretrizes" e "5.1 Masterplan" do book "Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em anexo.

Tabela 9: Núcleo Lagoa de Caraís - Intenção de Manejo

Intervenção	Categoria de atividade de Uso Público Lei 10.094
Trilha suspensa com sinalização e pontos de descanso	Visitação para lazer e recreação, execução de programas de interpretação ambiental e prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas
Píer na primeira parada da Lagoa	Visitação para lazer e recreação e prática de esportes de aventura
Centro de educação ambiental	Visitação para lazer e recreação, promoção de ecoturismo e realização de programas de educação ambiental e de interpretação ambiental
Decks flutuantes	Visitação para lazer e recreação e prática de esportes de aventura
Ponte seca engastada à rocha	Visitação para lazer e recreação e prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas ática de esportes de aventura
Restaurante	Promoção de ecoturismo e prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas ática de esportes de aventura
Tirolesa com queda para Lagoa e praia	Desenvolvimento de turismo de aventura
Estação final do teleférico	Promoção de ecoturismo, prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas e execução de programas de interpretação ambiental

Fonte: EY



9.4.3 Etapa 4: Detalhamento dos Atrativos ou Áreas de Visitação Considerando a Intenção de Manejo

- Visitantes: O Parque continuará sendo acessado por pequenos grupos de públicos variados, como famílias, excursões e amantes da natureza. Além disso, o acesso será facilitado para pessoas com baixa mobilidade com a inclusão das trilhas suspensas e com a inclusão do teleférico durante todo o trajeto da área de visitação.
- Atributo Biofísico: Os atributos mencionados previamente se mantêm, entretanto, as intenções de manejo evidenciarão a experiência dos visitantes e o reforço da conservação ambiental. O acesso de pessoas com mobilidade reduzida será moderado, tanto pela melhoria das trilhas, quanto pelo recurso do teleférico, que junto com as estações e mirantes, propiciarão grande experiência de apreciação da beleza cênica e da fauna e flora do Parque.

Tabela 10: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Biofísico Revisado

Indicadores	Classe de experiência	Impacto Intenção de Manejo
Conservação da Paisagem	SEMINATURAL A interferência humana no ambiente terrestre é percebida com maior frequência nos núcleos de intervenção.	Impacto negativo leve
Evidência de atividade humana contemporânea	SEMINATURAL Presença frequente de impactos visual, sonoro e de iluminação artificial.	Impacto negativo moderado
Isolamento (distância das entradas da UC e dificuldade de acesso)	NATURAL Pode estar a uma distância moderada das principais entradas da UC e o acesso pode ser levemente facilitado.	Sem impacto

Fonte: ROVUC / EY

 Atributo Sociocultural: Contando com intenções de manejo para atividades diversificadas, de visitação para lazer e recreação, como as trilhas e restaurantes, práticas de esportes de aventura, como arvorismo, caiaque e stand up paddles, desenvolvimento de turismo de aventura com as tirolesas, promoção de ecoturismo através do glamping e teleférico e realização de programas de educação ambiental e de interpretação ambiental com os centro educacional e mirantes, em



conjunto com a beleza cênica da paisagem natural da área, o Parque contará com visitantes de todas as idades e interesses, prometendo uma experiência rica e memorável em meio à natureza, gerando um turismo ecológico eficiente.

Tabela 11: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Sociocultural Revisado

Indicadores	Classe de experiência	Impacto com a Intenção de Manejo
Frequência de encontros	NATURAL Encontros ocasionais.	Sem impacto
Tamanho dos grupos	NATURAL Grupos pequenos ou médios.	Sem impacto
Presença de moradores	PRÍSTINA Sem presença de moradores.	Sem impacto
Atividades recreativas e em contato com a natureza e turismo ecológico	NATURAL Todos os permitidas anteriormente de arvorismo, tirolesa e teleférico.	Impacto positivo leve
Atividades socioculturais	SEMINATURAL Visita em áreas naturais, sem atividades de extrativismo, entretanto com atrativo sociocultural com a presença do memorial para o Paulo César Vinha.	Impacto positivo leve
Eventos	PRÍSTINA Sem eventos culturais, esportivos ou religiosos.	Sem impacto

Fonte: ROVUC / EY

• Atributo Manejo: Para um manejo eficiente da visitação no Parque, será implementada uma sinalização clara com mapas e informações sobre as atividades, auxiliando na orientação e distribuição dos visitantes. As trilhas suspensas, bem como passeio de teleférico e pontes engastadas darão acesso moderado às pessoas com mobilidade reduzida. A gestão de tráfego e estacionamento será aprimorada para uma chegada e saída eficientes dos visitantes considerando a nova estrutura de apoio e bolsões de estacionamento. Com a intenção de manejo de construção de um centro educacional, cafés, restaurantes e acomodações, uma ampla gama de serviços será oferecida aos visitantes.



Tabela 12: Área Lagoa de Caraís - Indicadores do Atributo Sociocultural Revisado

Indicadores	Classe de experiência	Impacto com a Intenção de Manejo
Acesso motorizado	SEMINATURAL A inclusão do teleférico com pontos de parada em todo percurso garantirá acesso motorizado aos visitantes.	Impacto positivo significativo ¹⁷
Estradas	SEMINATURAL Estrada de serviço e novos bolsões de estacionamento com alternativas para evitar a impermeabilização do solo.	Impacto positivo leve ¹⁸
Trilhas	SEMINATURAL Trilha suspensa com pista contínua e óbvia, com o uso de materiais ecológicos, harmonizando com o meio ambiente.	Impacto positivo significativas
Sinalização e interpretação nas trilhas	NATURAL Sinalização direcional mais frequente ao longo da trilha e em cruzamentos ou pontos de descontinuidade. Presença eventual de sinalização confirmatória e calmante. A sinalização indicativa é incomum. A interpretação pode ser realizada por meio de placas que harmonizem com o ambiente.	Impacto positivo leve
Edificações e equipamentos facilitadores	Presença comum de equipamentos facilitadores (pontes, corrimão, mirantes, escadas, decks, píer para desembarque, etc). Haverá edificações como centro de visitantes, museus, auditórios, estacionamentos, abrigos para a observação da vida silvestre, piscinas, etc.	Impacto positivo leve
Pernoite	NATURAL Possibilidade de abrigos rústicos a serem implantados em áreas degradadas e com padrões construtivos sustentáveis (ex: glamping).	Impacto positivo leve
Sanitários e lixo	SEMINATURAL Sanitários com água, sistemas com fossa séptica ou outra forma de tratamento, lavabo e às vezes ducha e facilidades para se lavar roupa. Presença de lixeiras, coleta de lixo e tratamento de esgoto.	Sem impacto
Acessibilidade	SEMINATURAL Possibilidade de acessibilidade moderada. Apesar da inclusão das trilhas suspensas e do teleférico, a topografia natural do Parque com elementos rochosos, não permite o acesso pleno.	Impacto positivo moderado

¹⁷ O ajuste foi considerado positivo por favorecer a acessibilidade, hoje comprometida em função da falta de estrutura

adequada.

18 O ajuste foi considerado positivo por incorporar estrutura de estacionamento na parte interno do Parque, garantindo a segurança daqueles que atualmente acabam estacionando seus veículos às margens da rodovia. A localização dos novos estacionamentos privilegiou a ocupação de áreas degradadas e exigirá a adoção de técnicas construtivas sustentáveis, alcançando bons resultados com impactos ambientais baixos.



Indicadores	Classe de experiência	Impacto com a Intenção de Manejo
Presença Institucional	SEMINATURAL Indireta ou direta, realizada por postos de controle e patrulhas ocasionais e monitaramento através de melhorias no sistema de monitoramento e controle e combate ao incêndio.	Impacto positivo leve
Delegação de serviços	SEMINATURAL Ampla gama de serviços oferecidos (teleférico, glamping, restaurante, lojas e centros educacionais e apoio ao turismo).	Ajuste positivo significativo

Fonte: ROVUC / EY

9.5 Área de Visitação Lagoa Feia

9.5.1 Etapa 2: Detalhamento dos Atrativos ou Áreas de Visitação

 Plano de Manejo: Hoje a área de visitação da Lagoa Feia possui um plano de manejo com uma diversidade de zonas, encontrando-se Zona Primitiva, Zonas de Recuperação 2, 3, 4, 5, 6 e 7, Zona de Uso Extensivo 1 e Zona de Uso Intensivo 1.

Dado o potencial de utilização da área para as atividades turísticas, as quais priorizaram justamente a utilização de áreas degradadas por atividades antrópicas pretéritas, recomenda-se a revisão do plano de manejo na área de influência da Lagoa Feia, a fim de permitir usos intensivos, especialmente de contato com a água.

• Visitantes: O acesso para esta área é restrito pois o portão encontra-se fechado com cadeado.

Figura 18: Imagem Aérea Área Lagoa Feia



Fonte: Google Earth / EY

• Atributo Biofísico: A Lagoa de água escura, situada no interior do Parque e próxima ao antigo loteamento, é um exemplo notável do meio biofísico do Parque Estadual Paulo César Vinha. Esta lagoa, que se destaca por suas águas turvas e rica biodiversidade, cercada por uma exuberante mata nativa que abriga uma diversidade de espécies de flora e fauna, tem sua visibilidade prejudicada pela vegetação densa, mesmo quando se está próximo a ela. Este ambiente natural proporciona um habitat para várias espécies aquáticas e terrestres, refletindo a complexa interação entre os elementos biológicos e físicos que compõem o ecossistema da lagoa.



Tabela 13: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Biofísico

Indicadores	Classe de experiência
Conservação da Paisagem	NATURAL Eventuais interferências antrópicas percebidas no ambiente terrestre ou aquático (ex: presença de pequenas clareiras, alguma presença de espécies exóticas, invasoras e nativas oportunistas de ambiente degradado).
Evidência de atividade humana contemporânea	PRÍSTINA Pouca ou nenhuma evidência de atividade humana.
Isolamento (distância das entradas da UC e dificuldade de acesso)	NATURAL Pode estar a uma distância moderada das principais entradas da UC e o acesso pode ser levemente facilitado.

Fonte: ROVUC / EY

 Atributo Sociocultural: Na Lagoa Feia, visitantes podem engajar-se na observação de aves, capturando a rica biodiversidade aquática e terrestre. Apesar de contar com acesso restrito, caminhadas e trilhas, incluindo uma que leva a praia local, oferecem um contato íntimo com a natureza e oportunidades para fotografia ambiental. Além disso, a lagoa serve como campo de estudo para pesquisas ecológicas e como espaço para atividades de educação ambiental, promovendo a conscientização sobre a conservação do ecossistema local.

Tabela 14: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Sociocultural

Indicadores	Classe de experiência
Frequência de encontros	PRÍSTINA Encontros improváveis.
Tamanho dos grupos	PRÍSTINA Tendência para grupos pequenos ou individuos sozinhos.
Presença de moradores	PRÍSTINA Sem presença de moradores.
Atividades recreativas e em contato com a natureza e turismo ecológico	PRÍSTINA Inexistente.
Atividades socioculturais	PRÍSTINA Visita em áreas naturais, sem atividades de extrativismo ou atrativos socioculturais.
Eventos	PRÍSTINA Sem eventos culturais, esportivos ou religiosos.

Fonte: ROVUC / EY



• Atributo Manejo: Localizado a 10 km da portaria principal, os visitantes que desejam acessar o local também podem chegar através da Rodovia Sol, mas podem encontrar um impeditivo por essa região não possuir estacionamento e o acesso ser restrito, com portão que encontra-se fechado por cadeado. Além disso a trilha que leva até a lagoa e que depois conecta-se com a praia possui mata densa, pouca visibilidade e sem sinalização. Sem nenhuma infraestrutura ou edificações, esse local é o menos visitado do Parque.

Tabela 15: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Sociocultural

Indicadores	Classe de experiência
Acesso motorizado	PRÍSTINA Inexistente.
Estradas	PRÍSTINA Inexistente.
Trilhas	PRÍSTINA Pista sem revestimentos, com manejo utilizando materiais locais. Caminho contínuo ou intermitente, sendo possíveis obstáculos. Intervenções possíveis para proteger recursos naturais ou garantir a segurança do visitante.
Sinalização e interpretação nas trilhas	PRÍSTINA Sinalização direcional de baixa frequência, usualmente limitada a cruzamentos e pontos de descontinuidade da trilha. A interpretação é nada desenvolvida, sendo realizada principalmente por meio de folheteria e do condutor de visitantes.
Edificações e equipamentos facilitadores	PRÍSTINA Inexistente.
Pernoite	PRÍSTINA Inexistente.
Sanitários e lixo	PRÍSTINA Inexistente.
Acessibilidade	PRÍSTINA Sem estruturas de acessibilidade.
Presença Institucional	NATURAL Indireta ou direta, realizada por patrulhas ocasionais e monitoramento, todos precários para as condições atuais.
Delegação de serviços	PRÍSTINA Inexistente.

Fonte: ROVUC / EY

9.5.2 Etapa 3: Intenção de Manejo

A área de visitação da Lagoa Feia é composta por 4 núcleos de intervenção que possuem diferentes conjuntos de atrativos.

9.5.2.1 Acesso Secundário





Fonte: EY

O segundo acesso do Parque, hoje fechado ao público, tem potencial para se tornar o ponto de chegada para o visitante que, pela rodovia, procura a área da Lagoa Feia. Esse acesso torna-se fundamental para o desenvolvimento desse segundo setor onde diversos atrativos são propostos, dada a notória dificuldade de acesso no sentido norte-sul, causada pelas características naturais do Parque.

É esperado que o deslocamento pela Rodovia do Sol seja bastante utilizado, demandando bolsões de estacionamento e infraestrutura de chegada para o turista que busca as opções de hospedagem que podem se configurar nesse setor.

Desta forma, o programa e intervenções propostos para a Portaria Principal estão sumarizados a seguir, indicando-se as categorias de atividade que cada intenção de intervenção poderá oferecer. Para mais detalhes do programa, como áreas, capacidades e masterplan propostos, referir-se aos capítulos "4.1 Diretrizes" e "5.1 Masterplan" do book "Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em anexo.

Tabela 16: Núcleo Acesso Secundário - Intenção de Manejo

Intervenção	Categoria de atividade de Uso Público Lei 10.094
Portaria	Visitação para lazer e recreação
Bolsões de estacionamento	Visitação para lazer e recreação
Caminho suspenso, com sinalização e pontos de descanso.	Visitação para lazer e recreação, execução de programas de interpretação ambiental e prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas

Fonte: EY

9.5.2.2 Lagoa Feia





Fonte: EY

Completamente subutilizada até o momento, a região da Lagoa Feia desponta como um espaço potencialmente valioso para contemplação e lazer aquático. Atualmente, a área encontra-se antropizada, com áreas sem vegetação, o que a torna propícia para o desenvolvimento de construções de baixo impacto ambiental, especialmente voltadas para a estruturação de empreendimentos hoteleiros sustentáveis.

Desta forma, o programa e intervenções propostos para a Portaria Principal estão sumarizados a seguir, indicando-se as categorias de atividade que cada intenção de intervenção poderá oferecer. Para mais detalhes do programa, como áreas, capacidades e masterplan propostos, referir-se aos capítulos "4.1 Diretrizes" e "5.1 Masterplan" do book "Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em anexo.

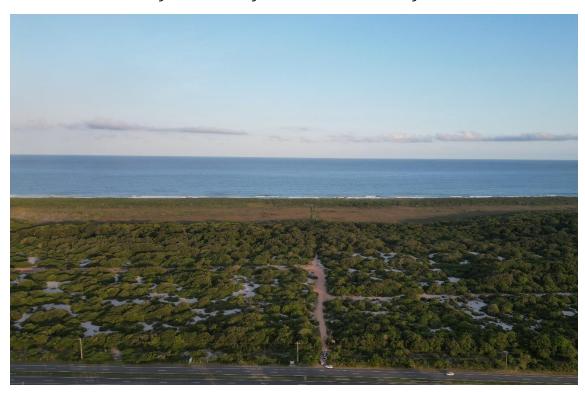
Tabela 17: Núcleo Lagoa Feia - Intenção de Manejo

Intervenção	Categoria de atividade de Uso Público Lei 10.094
Caminho suspenso, com sinalização e pontos de descanso.	Visitação para lazer e recreação, execução de programas de interpretação ambiental e prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas
Deck com piscina flutuante	Visitação para lazer e recreação e prática de esportes de aventura
Restaurante	Visitação para lazer e recreação e promoção de ecoturismo
Bangalôs suspensos	Promoção de ecoturismo
Estrutura para passeio de pedalinho na Lagoa	Visitação para lazer e recreação

Fonte: EY

9.5.2.3 Alagado

Figura 21: Imagem Aérea Núcleo Alagado



Fonte: EY

Esse setor do Parque apresenta um imenso potencial para o desenvolvimento de hospedagens no formato de pequenos bangalôs, cuidadosamente integrados ao ambiente natural. Uma abordagem interessante seria a



construção desses bangalôs de forma elevada, descolados do solo e conectados por caminhos suspensos, minimizando o impacto sobre a fauna e a flora e permitindo o livre fluxo das águas em todos os períodos do ano. Essa configuração permitiria aos visitantes desfrutar de uma experiência única, oferecendo vistas panorâmicas dos diversos cenários da vegetação e das águas circundantes.

Ao andar pelas passarelas suspensas, os hóspedes testemunhariam a beleza em constante transformação da natureza ao seu redor. Esse contato com o ambiente incentivaria uma conexão mais profunda e significativa com o meio ambiente.

Desta forma, o programa e intervenções propostos para a Portaria Principal estão sumarizados a seguir, indicando-se as categorias de atividade que cada intenção de intervenção poderá oferecer. Para mais detalhes do programa, como áreas, capacidades e masterplan propostos, referir-se aos capítulos "4.1 Diretrizes" e "5.1 Masterplan" do book "Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em anexo.

Tabela 18: Núcleo Alagado - Intenção de Manejo

Intervenção	Categoria de atividade de Uso Público Lei 10.094
Trilha suspensa, com sinalização e pontos de descanso	Visitação para lazer e recreação, execução de programas de interpretação ambiental e prática de atividades artísticas de fotografia, filmagem e artes plásticas
Bangalôs	Promoção de ecoturismo
Pavilhão programático de apoio aos Bangalôs	Visitação para lazer e recreação e promoção de ecoturismo
Restaurante	Visitação para lazer e recreação e promoção de ecoturismo

Fonte: EY

9.5.3 Etapa 4: Detalhamento dos Atrativos ou Áreas de Visitação Considerando a Intenção de Manejo

 Visitantes: Com a intenção de manejo proposto, o Parque passará a ser acessado por pequenos grupos de públicos variados, como famílias, excursões e amantes da natureza. Além disso, o acesso será facilitado para pessoas com baixa mobilidade com a inclusão das trilhas suspensas.



• Atributo Biofísico: A intenção de manejo indica um aumento da evidência de atividade humana e maior interferência humana, mas indica também uma melhor acessibilidade. Entretanto, o grau de intervenção é considerado baixo quando a intervenção é comparada ao todo.

Tabela 19: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Biofísico Revisado

Indicadores	Classe de experiência	Impacto com a Intenção de Manejo
Conservação da Paisagem	A Interferencia numana no ampiente terrestre ou	
Evidência de atividade humana contemporânea	SEMINATURAL Presença frequente de impactos visual, sonoro e de iluminação artificial.	Impacto negativo moderado
Isolamento (distância das entradas da UC e dificuldade de acesso)	NATURAL Pode estar a uma distância moderada das principais entradas da UC e o acesso pode ser levemente facilitado.	Sem impacto

Fonte: ROVUC / EY

 Atributo Sociocultural: A intenção de manejo indica que com a construção de uma portaria estruturada, com bolsões de estacionamento e uma gama de atividades apropriadas à região podem aumentar o número de visitantes e, consequentemente, a frequência de encontros. Entretanto, as atividades recreativas não sugerem nenhum grau de intervenção elevado.

Tabela 20: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Sociocultural Revisado

Indicadores	Classe de experiência	Impacto com a Intenção de Manejo
Frequência de encontros	NATURAL Encontros ocasionais.	Impacto positivo leve
Tamanho dos grupos	PRÍSTINA Tendência para grupos pequenos ou indivíduos sozinhos.	Sem impacto
Presença de moradores	PRÍSTINA Sem presença de moradores.	Sem impacto

Indicadores	Classe de experiência	Impacto com a Intenção de Manejo
Atividades recreativas e em contato com a natureza e turismo ecológico	PRÍSTINA Caminhada, caminhada de longo curso, contemplação de paisagem, fotografia e filmagem amadora, observação da vida silvestre, banho e pedalinho.	Impacto positivo leve
Atividades socioculturais	PRÍSTINA Visita em áreas naturais, sem atividades de extrativismo.	Sem impacto
Eventos	PRÍSTINA Sem eventos culturais, esportivos ou religiosos.	Sem impacto

Fonte: ROVUC / EY

 Atributo Manejo: A criação de uma portaria estruturada com estacionamento facilitará o acesso à esta zona do Parque. Além disso, a criação de trilhas suspensas com as devidas sinalizações garantirá a acessibilidade plena aos visitantes. Por fim, a presença de estruturas de acomodação e apoio sugerem uma gama de atividades e serviços benéficos para o retorno esperado para a região e sua devida valorização, principalmente diante de sua beleza cênica.

Tabela 21: Área Lagoa Feia - Indicadores do Atributo Sociocultural Revisado

Indicadores	Classe de experiência	Impacto com a Intenção de Manejo
Acesso motorizado	PRÍSTINA Inexistente.	Sem impacto
Estradas	SEMINATURAL Estrada de serviço e novos bolsões de estacionamento com alternativas para evitar a impermeabilização do solo.	Impacto positivo leve
Trilhas	SEMINATURAL Trilha suspensa com pista contínua e óbvia, com o uso de materiais ecológicos, harmonizando com o meio ambiente.	Impacto positivo signficativo
Sinalização e interpretação nas trilhas	NATURAL Sinalização direcional mais frequente ao longo da trilha e em cruzamentos ou pontos de descontinuidade. Presença eventual de sinalização confirmatória e calmante. A sinalização indicativa é incomum. A interpretação pode ser realizada por meio de placas que harmonizem com o ambiente.	Impacto positivo significativo

Indicadores	Classe de experiência	Impacto com a Intenção de Manejo
Edificações e equipamentos facilitadores	SEMINATURAL Presença comum de equipamentos facilitadores (pontes, corrimão, mirantes, escadas, decks, píer para desembarque, etc). Pode haver edificações como bangalôs, recepção, estacionamentos, piscinas, etc.	Ajuste positivo significativo
Pernoite	SEMINATURAL Presença de hotéis.	Ajuste positivo significativo
Sanitários e lixo	SEMINATURAL Sanitários com água, sistemas com fossa séptica ou outra forma de tratamento, lavabo e às vezes ducha e facilidades para se lavar roupa. Presença de lixeiras, coleta de lixo e tratamento de esgoto.	Ajuste positivo significativo
Acessibilidade	SEMINATURAL Possibilidade de acessibilidade plena.	Ajuste positivo significativo
Presença Institucional	SEMINATURAL Indireta ou direta, realizada por postos de controle e patrulhas ocasionais e monitaramento através de melhorias no sistema de monitoramento e controle e combate ao incêndio.	Ajuste positivo leve
Delegação de serviços	SEMINATURAL Ampla gama de serviços oferecidos (hospedagem, alimentação e etc.).	Ajuste positivo significativo

Fonte: ROVUC / EY

9.6 Etapa 5: Classificação das Experiências e Sistematização da Informação

Considerando a gama de serviços e atividades atuais e propostas na intenção de manejo e qualidade de acesso pretendido, ambas áreas de visitação da assemelham-se à classe Seminatural, que indica um alto grau de intervenção, em que a visitação é intensiva e planejada para atender maior demanda. Convém destacar que essas classes de experiência ficarão restritas às zonas delimitadas no plano de manejo como de uso intensivo ou de infraestrutura, não alcançando as zonas destinadas à conservação e recuperação.

Ainda que haja oportunidade para a privacidade, os encontros e a interação podem ser frequentes entre os visitantes e funcionários. Na área de visitação da Lagoa de Caraís pode ser mais comum a presença de grupos maiores de visitantes ou excursões, entretanto, na área de visitação da Lagoa Feia os grupos menores de famílias e amigos serão o tipo mais comum.

Nestas áreas, há mais atenção na segurança dos visitantes, na proteção de áreas sensíveis próximas aos atrativos e menos ênfase em promover autonomia ou desafios. A infraestrutura é desenvolvida, com a presença de edificações, podendo resultar em alterações significativas da paisagem.

Diante disso, a revisão do planejo, caso internalize as atividades aqui propostas, precisa recategorizar algumas zonas de uso, prevendo-se as respectivas medidas de controle para prevenir, mitigar e compensar os impactos associados.

Tabela 22: PEPCV - Classe de Experiências

Área de Visitação	Núcleo de Intervenção	Zona de Manejo	Observação sobre os visitantes com Intenção de Manejo	Classe de Experiência ROVUC
Lagoa de Caraís	Portaria Principal	Primitiva, Uso Extensivo 1 (trilha), Uso Intensivo 3 e 4	O Parque continuará sendo acessado por pequenos grupos de públicos variados, como famílias, excursões e amantes da natureza. Entretanto, o acesso será facilitado para pessoas com baixa mobilidade com a inclusão das trilhas suspensas com pavimentação ecológica e com a inclusão do teleférico durante todo o trajeto da área de visitação.	
	Mirante do Alagado	Primitiva		Comingtural
	Glamping	Primitiva, Uso Extensivo 1 (trilha), Recuperação 1,		Seminaturar
	Lagoa de Caraís	Primitiva, Uso Extensivo 1 (trilha e faixa de areia), Uso Extensivo 2 (Lagoa)		
Lagoa Feia	Acesso Secundário	Recuperação 2, Uso Intensivo 1 (caminho)	Com a intenção de manejo proposto, o Parque passará a	
	Lagoa Feia	Primitiva, Recuperação 4, Uso Intensivo 1 (caminho)	ser acessado por pequenos grupos de públicos variados, como famílias, excursões e amantes da natureza. Além	Seminatural
	Alagado	Primitiva, Recuperação 6, Uso Intensivo 1 (caminho)	disso, o acesso será facilitado para pessoas com baixa mobilidade com a inclusão das trilhas suspensas com	
	Centro Educacional	Não está dentro do Plano de Manejo	pavimentação ecológica.	

Fonte: ROVUC / EY

Para mais detalhes do programa, como áreas, capacidades e masterplan propostos, referir-se aos capítulos "4.1 Diretrizes" e "5.1 Masterplan" do book



"Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em anexo.

9.7 Etapa 6: Indicadores de Sustentabilidade e de Avaliação Dinâmica da Capacidade Suporte

O manejo de unidades de conservação da natureza tem evoluído consideravelmente nos últimos anos, a partir do aprendizado coletivo que demonstrou a necessidade de conferir maior dinamicidade ao processo de melhoria contínua baseado no ciclo de conceituação, planejamento, implementação e monitoramento, análise e adaptação, documentação e compartilhamento do aprendizado.

Diante das atividades turísticas aqui propostas para o PEPCV, alguns indicadores específicos são sugeridos a fim de permitir a análise dinâmica de seus impactos, viabilizando ajustes tempestivos na gestão para melhor conciliar a presença de visitantes com a conservação da natureza.

São recomendados os seguintes indicadores específicos:

- Indicador de qualidade da água a ser monitorado nas áreas em que podem ser praticadas atividades de esporte náutico ou onde seja permitida a presença de banhistas;
- Indicador de eficiência da captação e tratamento dos efluentes gerados no interior da unidade de conservação;
- Indicador de eficiência das diferentes etapas do gerenciamento de resíduos sólidos gerados no interior da unidade de conservação;
- Indicador de conforto acústico:
- Indicador de incidentes com a fauna, incluindo registros de colisão de avifauna com as infraestruturas destinadas ao turismo, perturbação ou outras interações irregulares;
- Indicador de ocorrência de pichações ou outras formas de degradação do patrimônio histórico e cultural;
- Indicador de cobertura vegetal e estágio de conservação, registrando-se o total de áreas degradadas ao início da concessão e o progresso da recuperação;



Indicador de ocorrência de processos erosivos nas trilhas.

Com esses indicadores, associados à análise dos dados de visitação em seus diferentes perfis, será possível verificar de forma dinâmica a ocorrência de eventuais impactos decorrentes da atividade turística, permitindo a adoção de medidas tempestivas para sua prevenção, mitigação ou compensação.

9.8 Etapa 7: Espacialização das Classes de Experiência no Mapa

A espacialização das intenções de manejo encontra-se no capítulo "5.1 masterplan/Parque estadual Paulo César Vinha" do book "Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em anexo. Nele é possível identificar as áreas de visitação, os núcleos de intervenção e os roteiros programados.



10 Considerações Finais

A proposta de uso sustentável do Parque Estadual de Paulo César Vinha representa uma oportunidade valiosa para alinhar a conservação ambiental com o desenvolvimento socioeconômico da região. As intenções de manejo, voltadas para a melhoria das condições de permanência, apreciação e engajamento ambiental atuais do Parque, têm o potencial de enriquecer a experiência dos visitantes por meio de uma gama diversificada de atividades. Estas atividades, cuidadosamente planejadas, não só promovem o equilíbrio entre as despesas previstas para a conservação das unidades e as receitas auferidas pelo desenvolvimento de atividade econômicas, como também promovem o equilíbrio entre os pilares ambiental, social e econômico nos Planos de Manejo, especialmente pelo incentivo ao turismo sustentável, com impactos positivos na geração de empregos que leve ao significativo desenvolvimento das comunidades locais, dos municípios de abrangência dos Parques Estaduais e do Estado do Espírito Santo.

Apesar da classe de experiência das áreas de visitação propostas indicar um alto grau de intervenção, é importante ressaltar que as intenções de manejo somam uma área de projeção horizontal (área coberta por uma estrutura ou objeto quando vista diretamente de cima) de aproximadamente 15.000 m², que frente aos 1.500 ha do Parque, representam apenas 0,10% da dimensão do PEPCV. É importante ressaltar que a capacidade de manejo para o Parque como um todo foi considerada como sendo de 30%, seguindo a proposta de um estudo realizado em 1999¹9, para áreas protegidas de países em desenvolvimento. Tanto nas condições atuais quanto nas intenções de manejo aqui propostas este percentual não será alcançado.

Em virtude dessa pequena extensão, os possíveis impactos negativos biofísicos e de manejo ambiental, ao serem combinados às recomendações e diretrizes do Plano de Negócios, que contará com as obrigações a serem alocadas sob a responsabilidade do concessionário, são mínimos e amplamente superados pelos benefícios socioculturais e econômicos previstos. Esses benefícios são de grande importância para a valorização das tradições locais, educação ambiental, turismo sustentável e geração de renda, alinhando-se aos objetivos de conservação e uso público do Parque.

¹⁹ Conforme Plano de Manejo do Parque Estadual, Capítulo 5, p. 34.



10.1 Diretrizes e Recomendações para o Plano de Negócio

Tendo em vista que o Plano de Negócios buscará dimensionar, entre outras coisas, os custos associados a cada uma das estruturas e obrigações a serem alocadas sob a responsabilidade do concessionário, este tópico traz recomendações de programas e ações a serem consideradas no escopo da concessão, a fim de garantir o adequado equilíbrio entre a atividade econômica afeta à atividade turística e os aspectos sociais e ambientais a serem valorizados.

10.1.1 Programa de Conservação da Biodiversidade e de Educação Ambiental com o Apoio de Espécie Bandeira da Fauna

As denominadas espécies-bandeira têm o potencial de agregar valor econômico e ambiental às unidades de conservação quando aplicadas como símbolo e propaganda do Parque que as abriga. Essas espécies também podem gerar incremento no número de visitantes e no engajamento da sociedade em atividades conservacionistas, pelo apelo afetivo gerado.

No Brasil, temos o exemplo do Mico-Leão-Dourado (Leontopithecus rosalia) e do Muriqui-do-Sul (Brachyteles arachnoides), espécies-bandeira que representam a conservação da Mata Atlântica, a onça-pintada (Panthera onca), representando os diversas biomas brasileiros (Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Pantanal); o tamanduá-bandeira (Myrmecophaga tridactyla) para o Cerrado e as araras-azuis (Anodorhynchus spp.), também do Cerrado e Pantanal.

Cabe destacar que eventual escolha de uma espécie-bandeira para o parque não tem o objetivo de concentrar toda a atenção da atividade de conservação sobre ela, mas sim de atrair a atenção dos visitantes para o tema, o que acaba gerando efeitos colaterais positivos para todo o ecossistema que a envolve.

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, o Parque Estadual Paulo César Vinha tem grande potencial para o desenvolvimento de programas de conservação da fauna marinha, como as tartarugas, assim como podem ser selecionadas outras espécies-alvo para a estruturação de projetos de conservação.

Para tanto, podem ser vislumbradas tanto ações diretas do concessionário, com a atuação de profissionais habilitados e sob a orientação do órgão gestor, como também repasses de recurso para que o próprio gestor possa executar os programas de conservação na área.

Além da mensuração dos custos associados, é importante que a matriz de responsabilidade de programas dessa natureza seja especificada em contrato.

10.1.2 Programa de Mitigação de Atropelamento de Fauna

Diante da estreita relação da unidade de conservação com a rodovia que a margeia e considerando os impactos negativos do tráfego para a biodiversidade do Parque, especialmente em função do atropelamento da fauna, pode-se vislumbrar a inclusão de programa de mitigação de atropelamentos na rodovia como parte da concessão do Parque.

É fato que a responsabilidade precípua pela mitigação desse impacto é daquele que opera a rodovia (atualmente o DER/ES), mas diante da situação fática em que a mesma esfera de governo atua sobre ambos - Parque e rodovia - podese aproveitar a *expertise* dos profissionais que atuam na conservação de espécies da fauna no Parque para melhor gerenciar esse conflito.

10.1.3 Programa de Conservação da Vegetação Nativa

Sendo o propósito da unidade de conservação preservar uma faixa relevante de vegetação de restinga na faixa litorânea, é importante que o Plano de Negócios preveja ações de monitoramento e recuperação da vegetação degradada, o que pode contemplar controle e manejo de espécies exóticas, cercamento de áreas em recuperação, sinalização e educação ambiental associadas à atividade turística.

O programa de conservação da vegetação nativa também deve contemplar o plantio compensatório de eventuais espécimes nativas que precisem ser suprimidas para a implantação da infraestrutura turística.

Para dar suporte a essas atividades, foi prevista a construção de um viveiro de mudas no Parque, o que contribuirá para a perenidade das ações de conservação, assim como para as ações de conscientização e educação ambiental dos colaboradores e visitantes. A estrutura também tem potencial de sinergia com atividades de pesquisa e desenvolvimento sobre a flora.

10.1.4 Programa de Monitoramento, Controle e Combate a Incêndios

O Parque tem enfrentado incêndios recorrentes, o que pode acabar sendo intensificado pelo incremento da visitação, razão pela qual se justifica a inclusão, no plano de negócios, de estruturas de apoio ao monitoramento, controle e combate a incêndios, o que pode contemplar tanto estruturas físicas quanto a alocação de pessoal especializado para a formação de brigada.

10.1.5 Programa de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural

Além da biodiversidade e beleza cênica do Parque Estadual Paulo César Vinha, destacam-se na unidade os aspectos históricos e culturais, o que motivou a inclusão de um museu memorial no rol de infraestruturas a serem instaladas e mantidas pelo concessionário.

Um exemplo de unidade de conservação brasileira que também alia de forma equilibrada o turismo, a conservação da biodiversidade e a valorização do patrimônio histórico e cultural é o Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA), que protege a segunda maior ilha do Litoral Norte de São Paulo.

Possui 828 hectares, 17 km de costões rochosos e sete praias de águas cristalinas que contrastam com o verde da Mata Atlântica, conferindo uma paisagem única. Criado em 1977, o PEIA preserva e conserva os ecossistemas naturais, amplia o desenvolvimento de pesquisas e a realização de atividades de educação ambiental. Ao turista, oferece atividades como caminhadas,

mergulho e contemplação da paisagem, além do patrimônio histórico do local, que conta com um presídio desativado.²⁰



Figura 22: Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA)

Fonte: Tamoios News²¹

10.1.6 Programa de Gestão de Resíduos e Efluentes

O Parque possui aspectos bastante sensíveis em relação aos recursos hídricos, o que é característico em ambientes de transição e reforça a necessidade de evitar o lançamento irregular de resíduos e efluentes. Nessa linha, deve ser previsto um plano de gerenciamento, com medidas eficazes de coleta, tratamento e destinação.

²⁰ Fonte: Governo de São Paulo. Disponível em <<u>https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/Parques-e-reservas-naturais/Parque-estadual-ilha-anchieta/ > Acesso em 30 de majo de 2024</u>

naturais/Parque-estadual-ilha-anchieta/ >. Acesso em 30 de maio de 2024.

21 Fonte: Tamoio News. Disponível em < https://www.tamoiosnews.com.br/tamoios-tur/ilha-anchieta-em-ubatuba/ >. Acesso em 30 de maio de 2024.

10.1.7 Diretrizes Construtivas

O estudo de vocações e limitações do Parque, assim como das potencialidades de uso turístico, priorizaram a alocação das estruturas em áreas degradadas, o que já diminui significativamente os impactos negativos sobre o meio ambiente.

Ainda assim, são recomendadas algumas boas práticas construtivas a serem consideradas no detalhamento dos projetos e na execução das obras, a fim de melhor conciliar sua instalação e operação com a manutenção dos atributos que motivaram a criação da unidade de conservação.

As técnicas construtivas têm como objetivo minimizar os impactos aos recursos hídricos, ao solo, à fauna e a flora. Um exemplo de boa prática a ser adotada e áreas alagadiças é o uso de estruturas elevadas e vazadas, que dispensem a necessidade de aterros.

Com isso, evita-se a interrupção do fluxo natural das águas e a formação de barreiras à flora e a fauna, como se observa atualmente em algumas intervenções realizadas no Parque, como a trilha na zona do alagado ilustrada na Figura a seguir.



Figura 23: Trilha na zona do alagado

Fonte: EY, 2024.



Nessa linha, recomenda-se²²:

- Evitar estruturas que demandem a construção de aterros;
- Privilegiar desenhos arquitetônicos que permitam o livre fluxo das águas e da fauna;
- Privilegiar desenhos arquitetônicos sustentáveis que promovam o aproveitamento da luz solar ou que utilizem fontes renováveis e de baixo carbono;
- Usar paleta de cores e desenhos arquitetônicos que favoreçam a integração das estruturas à natureza, a exemplo das técnicas de biomimetismo;
- Prever tratamento adequado dos efluentes gerados nas diferentes estruturas a serem implantadas na unidade de conservação;
- Em caso de implantação de calçamento ou pavimentação, utilizar materiais permeáveis;
- Adotar medidas de controle em áreas suscetíveis ao desenvolvimento de processos erosivos;
- Considerar o regime hidrológico no desenho do projeto, a fim de evitar a alocação de estruturas em áreas alagáveis ou de adaptá-las a essa condição;
- As estruturas de baixo impacto ambiental a serem instaladas em áreas de preservação permanente de curso d'água ou em suas proximidades, como píeres, atracadouros e bangalôs, devem usar desenhos arquitetônicos que preservem a função ambiental da APP, especialmente a de "preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas", conforme prescreve o inciso II do art. 3º Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. (Lei de Proteção da Vegetação Nativa).

²² É importante mencionar que as imagens apresentadas no book "Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação" em anexo são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.



10.1.8 Democratização do Acesso

A conservação do Parque é fundamental, contudo, é de igual importância assegurar o acesso para todos os indivíduos. O compromisso com a promoção da inclusão e da equidade no acesso não apenas reflete uma postura ética e responsável na gestão do Parque, mas também amplia sua abrangência, atraindo uma diversidade de visitantes.

Ao priorizar a democratização do acesso, a administração do Parque reforça o papel dos espaços naturais como agentes de transformação social, contribuindo para a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da preservação da natureza. Esse objetivo pode ser alcançado por meio de programas de inclusão, aplicação de tarifas diferenciadas, estabelecimento de parcerias com escolas e organizações comunitárias e oferta de atividades culturalmente relevantes e acessíveis.

Ao democratizar o acesso ao Parque também se fortalece o vínculo emocional e cultural das pessoas com o ambiente natural, incentivando-as a se tornarem defensoras da conservação e do desenvolvimento sustentável. A democratização do acesso representa, portanto, uma manifestação concreta da responsabilidade social do Parque e um investimento na construção de um legado duradouro de respeito e cuidado com o meio ambiente e com as gerações futuras.

10.1.9 Atividades Complementares

Além das intervenções sugeridas ao longo deste Relatório, é possível e importante oferecer serviços que não exigem uso ou intenção de manejo, e nenhum investimento. No caso de PEPCV é possível oferecer:

- Passeios náuticos para avistamento de cetáceos, durante a temporada de baleias Jubarte entre os meses de julho a novembro;
- Possibilidade de naming rights²³; e
- Locação para ensaios fotográficos.

²³ Os naming rights são um tipo de acordo comercial onde uma empresa ou indivíduo adquire o direito de nomear uma propriedade ou evento, geralmente por um período determinado, em troca de compensação financeira. Esse tipo de acordo é comum em instalações esportivas, eventos culturais e instituições acadêmicas, onde o nome do patrocinador é associado ao nome da propriedade ou evento, proporcionando visibilidade e reconhecimento de marca.



11 Anexos

11.1 Plano de Manejo

O Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha 24 e seus anexos 25 , elaborado em 2007, foi aprovado no ano seguinte pela Instrução Normativa $n^{\circ}08/2008$ do IEMA.

Seu principal referencial de uso, o zoneamento, é representado a seguir.

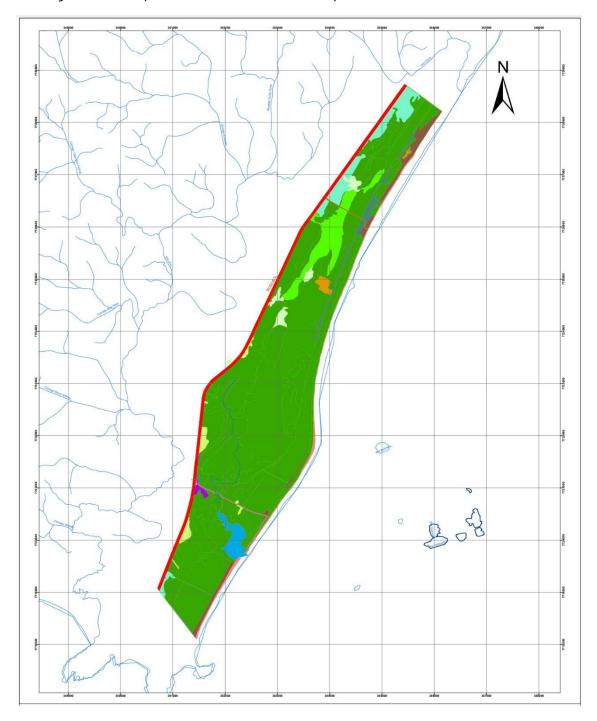
²⁴ Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha. Espírito Santo, 2007. Disponível em:

https://iema.es.gov.br/Media/iema/Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o/Plano%20de%20Manejo%20PEPCv.zip. Acesso em: 15 de abril de 2024.

²⁵ Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha. Espírito Santo, 2007. Disponível em: < https://iema.es.gov.br/Media/iema/Downloads/GRN/2016.12.08%20-%20PEPCV%20-%20Plano%20Manejo_Anexos.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2024.



Figura 24: Mapa de zoneamento do Parque Estadual Paulo César Vinha





Fonte: Anexo 4.2 do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha (2007).



11.2 ISO 18065

Tabela 1: Requisitos de avaliação segundo a ISO 18065

Requisitos	Avaliação
1. GESTÃO DA QUALIDADE	Availação
1.1 Cumprimento da legislação aplicável	Cumpre: Sim (X) Não () Comentários: No entanto, não
Se está de acordo com a legislação aplicável à gestão do uso público do espaço natural protegido (turismo, meio ambiente, proteção de dados, instalações elétricas etc.).	obtivemos acesso a cópia dos documentos.
Se possui uma cópia dos documentos que justificam o cumprimento da legislação conforme se aplique. No caso do tratamento de dados pessoais, os arquivos correspondentes são armazenados conforme a LGPD (incluindo arquivos de imagens, caso haja câmeras).	
1.2 Sistema de gestão de qualidade	Cumpre: Sim () Não (X)
a. Existe um manual de qualidade. Além disso, os diferentes processos e subprocessos necessários para a gestão do uso público do espaço natural protegido estão documentados através de procedimentos, instruções de trabalho, fluxogramas ou similares, e evidencia-se o controle sobre as edições destes documentos e dos registros resultantes dessas atividades (não foram identificados documentos obsoletos).	Comentários: Não obtivemos acesso aos materiais.
b. Foi definida e comunicada a política de qualidade da organização. Foram documentados os objetivos gerais, específicos, mensuráveis e temporais para a gestão do uso público da entidade gestora, abrangendo os processos mais relevantes.	
c. São estabelecidos indicadores de qualidade, vinculados ou não a esses objetivos, e é realizado um acompanhamento periódico dos mesmos (dependendo do tamanho e complexidade dos processos da entidade gestora, recomenda-se um acompanhamento trimestral, documentando pelo menos uma vez por ano na revisão do sistema. Esses indicadores cobrem pelo menos os principais processos e a satisfação do visitante.	
d. Existe um procedimento para a identificação, registro e correção (ação corretiva em relação à causa) de não conformidades (situações indesejadas, violações das normas de referência ou legais, reclamações de visitantes, etc.). Para isso, há um registro no qual os responsáveis pelos diferentes processos anotam as reclamações, sugestões, queixas de visitantes, etc. Essas incidências são tratadas e registradas na revisão pela direção.	
1.3 Auditorias internas	Cumpre: Sim () Não (X)
A entidade gestora realiza pelo menos uma auditoria interna por ano sobre o funcionamento de seus processos e prestação de serviços. Existe um registro dessa auditoria, e as não conformidades detectadas são tratadas para correção.	Comentários: Não obtivemos acesso aos materiais.
1.4 Revisão do sistema	Cumpre: Sim () Não (X) Comentários: Não obtivemos
Pelo menos uma vez por ano, realiza-se (e é registrada) uma revisão do funcionamento do sistema de qualidade, que inclui, no mínimo, (A) Resultados das auditorias internas, (B) Gestão de reclamações, queixas e elogios de clientes (ver seção 5.5), (C) Acompanhamento dos objetivos de qualidade e indicadores, (D) Mudanças que podem afetar o sistema, (E) Análise de não conformidades e seu tratamento, (F) Comparação com revisões anteriores do sistema, (G) Plano de melhoria, baseado nos dados coletados e em sua análise.	acesso aos materiais.
1.5 Acessibilidade	Cumpre: Sim () Não (X) Comentários: O PEPCV dispõe de
A organização realizou uma avaliação do grau de acessibilidade de suas instalações e serviços e está pronta para informar ao visitante sobre seu nível de acessibilidade, caso ele o solicite.	apenas uma cadeira de rodas e trajeto de areia até a praia, em conjunto ambos os fatores dificultam a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida.



2. GESTÃO DO USO PÚBLICO	
2.1 Plano de uso público Se cumpre com os seguintes pontos:	Cumpre: Sim (X) Não () Comentários: O PEPCV possui um Plano de Manejo mencionado
Se cumpre com os seguintes pontos.	acima nesse Relatório.
a. Existe um plano de uso público documentado que abrange: as zonas de uso público, acompanhamento dos impactos ambientais, capacidade de carga, lotação máxima das instalações, critérios de adequação das atividades turísticas, atividades permitidas e proibidas, códigos de conduta para o visitante, gestão de instalações e uso (inventário, incluindo sinalização indicando quais áreas devem ser equipadas com infraestruturas), informações e interpretação do perfil e experiência dos visitantes, informações sobre o nível de acessibilidade, segurança, resíduos, limpeza e manutenção, supervisão e acompanhamento de serviços subcontratados, informações e comunicação. Este plano de uso público inclui, em qualquer caso, a lista de ações do programa de educação ambiental e do programa de interpretação.	
b. A direção do espaço natural protegido mantém um registro dos serviços públicos oferecidos, identificando a entidade, regime de exploração, período de concessão e custo ou gratuidade do serviço oferecido ao visitante. Evidencia-se o acompanhamento do número e tipo de visitantes (quantificação e grau de ocupação do número de visitantes no centro de visitantes, rotas guiadas e atendimento em pontos de informação, origem, idioma, entre outros).	
Nota : Caso não haja um Plano de Uso Público formalmente aprovado pela autoridade competente, será necessário possuir um documento semelhante que contemple, pelo menos, os pontos mencionados nesta seção.	
2.2 Impactos do Plano de uso público	Cumpre: Sim (X) Não () Comentários: Por mais que tenha
Se cumpre com os seguintes pontos: a. O Gestor do Parque realiza um acompanhamento dos seguintes aspectos: consumo de energia, consumo de água, resíduos gerados, utilização de produtos nocivos (busca-se optar por produtos respeitosos ao meio ambiente), limpeza e manutenção, águas residuais dos equipamentos de uso público e número máximo de visitantes admitidos.	sido dito pela equipe técnica dos itens em questão, não obtivemos acesso aos materiais.
b. O Gestor do Parque identifica os potenciais impactos ambientais dos visitantes e desenvolve alternativas para mitigar os impactos negativos. O Gestor do Parque revisa o plano de uso público (ou documento similar) através dos resultados obtidos no acompanhamento e elabora um relatório anual de uso público que inclui os dados mais relevantes e ações para melhoria futura.	
2.3 Pessoal	Cumpre: Sim () Não (X) Comentários: Não obtivemos
Se dispõe de um organograma funcional de competências e responsabilidades, indicando as relações entre o pessoal. As responsabilidades e funções foram definidas documentalmente (incluindo as responsabilidades na ausência da direção) e os perfis para cada cargo foram estabelecidos. O pessoal da organização em contato com o público sempre aplica as fórmulas de cortesia definidas pela organização. O Gestor do Parque planeja, desenvolve e registra as atividades de formação para o pessoal e as entidades concessionárias. 3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	acesso aos materiais.
	a Cumana Sina (V) NS a ()
3.1 Acesso e recepção	a. Cumpre Sim (X) Não () b. Cumpre Sim (X) Não ()
O Gestor do Parque possui documentação e comunica as seguintes informações:	c. Cumpre Sim (X) Não () d. Cumpre Sim () Não () N.A (X) e. Cumpre Sim () Não (X)
a. Denominação do PARQUE e do Gestor do Parque.	f. Cumpre Sim () Não (X) g. Cumpre Sim () Não (X)
b. Horários e período do ano em que o PARQUE está aberto ao público.	h. Cumpre Sim () Não () i. Cumpre Sim () Não (X)
c. Características do PARQUE e mapas com a localização de instalações e serviços, bem como um folheto geral do PARQUE.	j. Cumpre Sim () Não (X) Comentários:
d. Tarifas (se aplicável, por pessoa e grupo) e recomendações gerais para o visitante, como códigos de conduta ou restrições (incluindo aquelas para grupos e informações sobre meios de transporte), além de informações sobre visitas guiadas.	



sendo detectadas situações de sobreocupação.

cada serviço, alterações e cancelamentos de reservas.

b. Evidencia-se que o Gestor do Parque informa aos visitantes sobre o

procedimento, formulários necessários, tarifas, cauções, permissões, equipamento técnico obrigatório, número máximo de visitantes admitidos para

e. Informações sobre os serviços de uso público oferecidos, segurança e práticas de menor impacto. Se alguma das instalações não estiver disponível, o visitante é informado, oferecendo uma alternativa, se possível.	
f. Número máximo de visitantes permitido para cada atividade.	
g. Informações prévias sobre qualquer modificação nas visitas guiadas, incluindo mudanças no tamanho dos grupos.	
h. Disponibilidade de água potável.	
i. Normativa de aplicação e dados de contato em caso de emergência.	
j. Essas informações são oferecidas nos idiomas mais demandados no PARQUE (>20% dos visitantes).	
3.2 Informação	Cumpre: Sim () Não (X Comentários: Não possui folheto:
a. Publicações: Além do folheto geral e mapa, o Gestor do Parque oferece as seguintes publicações: guia de visitantes, cadernos, revistas/boletim do espaço natural protegido, vídeos, cartões postais e informações em suporte digital, indicando seus preços, se aplicável, e separando fisicamente os folhetos comerciais dos que pertencem ao PARQUE.	à disposição dos visitantes, mas um mapa inicial do parque com baixa qualidade de resolução.
b. Sinalização: O Gestor do Parque possui um manual de sinalização que é seguido, sinalizando as instalações e orientando o usuário quando necessário. As placas de sinalização estão em bom estado de conservação. No caso de existirem fontes de água, deve-se sinalizar se a água é potável ou não.	
3.3 Interpretação e educação ambiental	a. Cumpre Sim (X) Não () b. Cumpre Sim (X) Não (
Se cumpre com os seguintes pontos:	c. Cumpre Sim () Não (X
a. O Gestor do Parque possui programas de educação e interpretação para os visitantes, com o objetivo de promover o conhecimento e compreensão do ambiente, patrimônio natural e valores naturais do PARQUE.	d. Cumpre Sim (X) Não (e. Cumpre Sim (X) Não (Comentários: Materiais de educação ambiental estão expostos na sede administrativa do PEPCV.
b. Esses programas incluem: objetivos, recursos necessários, destinatários, conteúdos, atividades e calendário de execução, sistemas para avaliação e acompanhamento.	
c. Os centros de visitantes oferecem atendimento com pessoal e fornecem informações, interpretação e serviços recreativos por meio de vídeos, projeções e outros recursos interpretativos. Os tamanhos máximos e mínimos, se aplicáveis, para grupos em oficinas de natureza estão definidos.	
d. As rotas interpretativas autoguiadas estão indicadas e são fornecidos materiais de interpretação. O Gestor do Parque informa sobre espécies observáveis a partir dos pontos de observação de fauna ou flora.	
e. As exposições botânicas e geológicas mostram as espécies características do PARQUE e as sinalizam, indicando seu nome científico, comum e local (composição e tipologia, se aplicável), bem como as áreas de distribuição das espécies no ecossistema do PARQUE.	
3.4 Reservas	Cumpre: Sim () Não () N.A (X) Comentários: Não há atualmente
Se cumpre com os seguintes pontos:	no PEPCV necessidade de reserva para entrada do Parque.
a. O Gestor do Parque definiu os serviços de uso público, instalações ou áreas do PARQUE que estão sujeitos a reservas, autorizações ou permissões. O procedimento de reserva e confirmação (se aplicável) está documentado, não	para critidad do Farque.



 3.5 Gestão de queixas e reclamações O Gestor do Parque estabelece e comunica os procedimentos para a gestão de queixas e reclamações, e estas são gerenciadas adequadamente. Anuncia-se a disponibilidade de formulários de reclamação. 	Cumpre: Sim () Não (X) Comentários: Não obtivemos acesso aos materiais.
4. INSTALAÇÕES	
4.1 Centro de visitantes Existe um centro de visitantes. O centro de visitantes possui informações para os visitantes e áreas de interpretação, água potável, kit de primeiros socorros e instalações para a gestão de resíduos. Conta com banheiros de uso público, estacionamento, lixeiras e sala/s de uso múltiplo. As áreas de acesso restrito são sinalizadas. Os horários estão expostos, incluindo os do audiovisual, se houver.	Cumpre: Sim (X) Não () Comentários: Não obtivemos acesso às salas de uso múltiplo.
4.2 Trilhas	Cumpre: Sim (X) Não ()
Se cumpre com os seguintes pontos: a. O Gestor do Parque tem rotas autoguiadas projetadas para diferentes níveis de experiência e duração. Os trilhos sinalizados são projetados levando em	Comentários: As trilhas não possuem abrigos durante seu curso, a única sinalização é de metragem percorrida desde a sede administrativa em alguns
b. As placas fornecem as seguintes informações: início e fim da trilha, identificação e esboço da rota, conexão com outros trilhos e indicadores de direção em cruzamentos e trechos confusos, tipo de trilha (linear ou circular), comprimento/tempo médio (a pé, de bicicleta, a cavalo), equipamento mínimo necessário, informações de contato de emergência e localização de referência, disponibilidade de abrigos e tipo de uso recomendado. No caso de trilhas autoguiadas ou aquelas com folhetos, a sinalização do trilho coincide com a descrição que aparece no material de apoio.	pontos em específico.
4.3 Mirantes Os mirantes estão sinalizados e não apresentam riscos para o visitante. Eles estão localizados em áreas de especial interesse.	Cumpre: Sim () Não (X) Comentários: O Mirante próximo a Lagoa de Caraís não tem sinalização próxima e o acesso até o local depende de um trajeto sobre pedras, o que apresenta riscos ao visitante com mobilidade reduzida, por exemplo.
4.4 Áreas recreativas Existem áreas para atividades de lazer e tempo livre, e não são observados riscos para o visitante nessas áreas. Se houver equipamentos, eles estão em bom estado de conservação.	Cumpre: Sim (X) Não () Comentários: Próximo a entrada do PEPCV e ao estacionamento existe um espaço com mesas e cadeiras de madeira. No entanto, o Parque não dispõe de estruturas para o lazer.
4.5 Zonas e áreas de acampamento controlado Se houver zonas e áreas de acampamento controlado, são atendidos os seguintes pontos:	a. Cumpre Sim () Não () N.A (X) b. Cumpre Sim () Não () N.A (X) c. Cumpre Sim () Não () N.A (X) d. Cumpre Sim () Não () N.A (X) Comentários: O PEPCV não dispõe
a. O perímetro de locais adequados para acampar está devidamente sinalizado, e o limite de capacidade da área é respeitado. O uso destas áreas é feito com autorização, se necessária.	de espaços para acampamentos.
b. Não são observadas áreas excessivamente inclinadas e/ou encharcadas, e essas áreas possuem sombra natural ou artificial.	
c. As áreas de acampamento controlado têm um kit de primeiros socorros e banheiros de uso público. Elas contam com contêiner de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).	
d. As zonas e áreas de acampamento controlado sem serviços possuem um painel informativo.	



4.6 Refúgio de Montanha Os refúgios de montanha, com ou sem pessoal, contam com instalações seguras. Aqueles que possuem pessoal dispõem de um kit de primeiros socorros e uma área comum de descanso. São realizadas limpezas profundas após as saídas de grupos, e o lixo é recolhido periodicamente.	Cumpre: Sim () Não () N.A (X) Comentários: O PEPCV não está situado em um espaço de montanha.
4.7 Educação ambiental No caso de existir uma aula de natureza, esta possui uma área de informação,	Cumpre: Sim (X) Não () Comentários:
água potável, kit de primeiros socorros e banheiros de uso público.	
4.8 Estacionamentos Os equipamentos acessíveis por veículo contam com uma área de estacionamento (a menos que as características físicas da área o impeçam). Existem vagas para veículos de serviço e, quando aplicável, para ônibus. Quando estão lotados ou fechados, a informação é fornecida por meio de um cartaz informativo. Os estacionamentos são sinalizados, e as vagas para pessoas com mobilidade reduzida também são devidamente sinalizadas (horizontal e verticalmente).	Cumpre: Sim (X) Não () Comentários: No entanto, o espaço é insuficiente para períodos de alta temporada fazendo com que os visitantes estacionem os carros na rodovia, conferindo risco aos mesmos.
4.9 Outras Instalações para Interpretação e Educação Ambiental No caso de outras instalações não contempladas anteriormente, como observatório de fauna, parque de fauna silvestre, jardim botânico, pontos de interpretação, etc., estas são devidamente sinalizadas e estão em bom estado de conservação e limpeza.	Cumpre: Sim () Não () N.A (X) Comentários: O PEPCV não dispõe de espaços adicionais nesse sentido.
5. SUBCONTRATAÇÃO	
Se cumprem os seguintes pontos: a. Se a entidade gestora subcontratar algum dos serviços, há um procedimento documentado para subcontratação e avaliação das entidades subcontratadas. Além disso, deve haver um contrato correspondente que especifique o nível de qualidade aceito pela parte contratante (incluindo requisitos mínimos ambientais). Igualmente, são tratadas as queixas e reclamações dos usuários dos diferentes serviços subcontratados, caso ocorram. b. Evidencia-se que o pessoal subcontratado, quando aplicável, conhece os procedimentos de trabalho e instruções, incluindo aquelas relacionadas ao atendimento ao cliente. Evidencia-se que o cumprimento do plano de uso público é controlado pelas organizações subcontratadas. c. A organização supervisiona periodicamente esses serviços subcontratados e registra os resultados obtidos para estabelecer medidas corretivas, se necessário. O Gestor do Parque mantém os registros dos serviços de uso público subcontratados e indica o sistema operacional e a duração. d. A informação fornecida pelas subcontratadas que comercializam as instalações de uso público é precisa.	a. Cumpre Sim () Não (x) b. Cumpre Sim () Não (x) c. Cumpre Sim () Não (x) d. Cumpre Sim () Não (x) Comentários: Não obtivemos acesso aos materiais.
6. SEGURANÇA	
6.1 Segurança Se cumpre com os seguintes pontos: a. O Gestor do Parque tem documentado e implementado um procedimento de gestão de riscos direcionado aos visitantes e a equipe, contemplando, em todo caso, a capacidade de carga do PARQUE e medidas de prevenção de riscos revisadas periodicamente (pelo menos uma vez ao ano). b. A equipe conhece os riscos identificados e as medidas de gestão a serem	a. Cumpre Sim () Não (X) b. Cumpre Sim (X) Não () c. Cumpre Sim () Não (X) d. Cumpre Sim () Não (X) Comentários: Não obtivemos acesso aos materiais.
tomadas. Também se evidencia o conhecimento em primeiros socorros e procedimentos de emergência. c. O Gestor do Parque comunica aos visitantes os riscos identificados mais relevantes e os recursos de emergência disponíveis. d. Informa como os visitantes podem se registrar antes de realizar atividades de aventura ou pesquisa, assim como as restrições de uso e circulação de visitantes por razões de segurança.	



7. GESTÃO DE RESÍDUOS, LIMPEZA E MANUTENÇÃO	
1. GESTAU DE RESIDUOS, LIMPEZA E MANUTENÇAU	
7.1 Gestão de resíduos, limpeza e manutenção	a. Cumpre Sim () Não (X) b. Cumpre Sim () Não (X)
Se cumpre com os seguintes pontos:	c. Cumpre Sim () Não (X)
a. Existe um procedimento documentado de gestão de resíduos (incluindo	d. Cumpre Sim () Não (X)
equipamentos de separação e coleta seletiva) e se informa aos visitantes e aos	Comentários: Não obtivemos
prestadores de serviços de uso público sobre o que se aplica a eles.	acesso aos materiais.
b. São mantidos registros das coletas de resíduos perigosos por um gestor autorizado.	
c. Existe um procedimento documentado de limpeza (com frequências	
definidas e registros associados) e observa-se que as instalações de uso	
público estão limpas. Evita-se o uso de produtos de limpeza e substâncias	
nocivas.	
d. Existe um procedimento documentado de manutenção (com tarefas de	
manutenção preventiva definidas e, quando necessário, corretiva) e observa-	
se que as instalações de uso público estão em condições adequadas.	

Fonte: EY/ Asociación Española de Normalización (Tradução Livre)

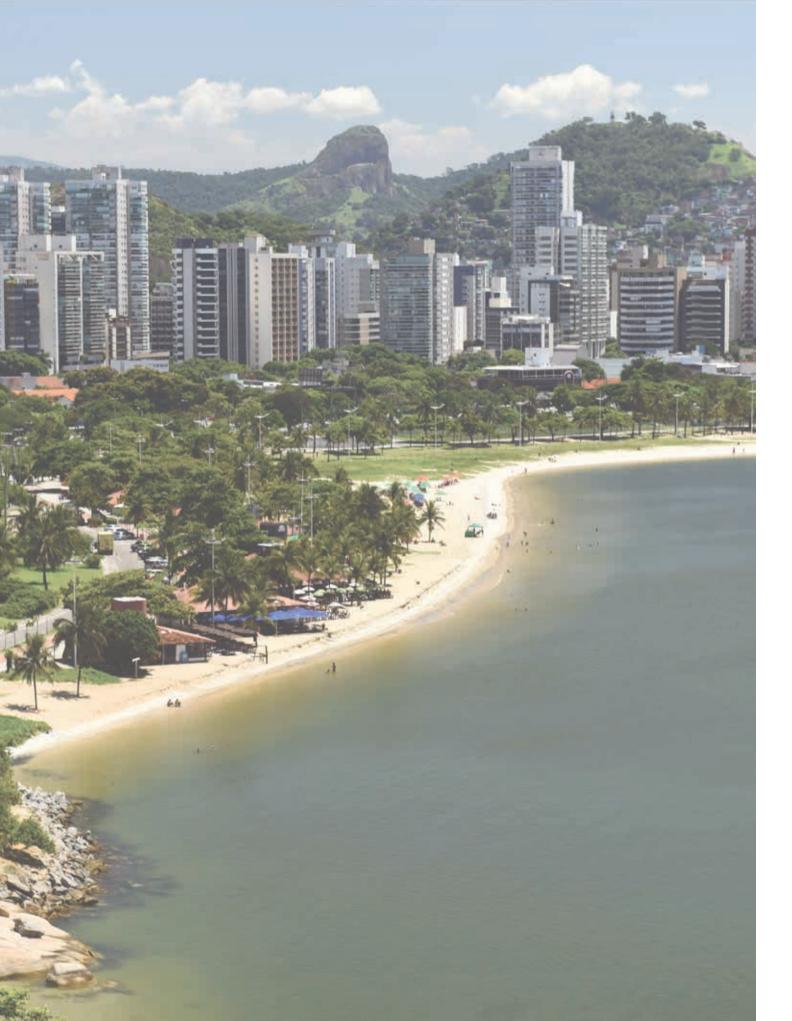
11.3 Programa de Desenvolvimento Sustentável das Unidades de Conservação



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO





1. introdução /espírito santo e parques estaduais







entorno imediato

comparação econômica

%

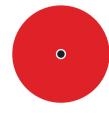
População I IBGE 2022





21,87 44.411.238

minas gerais



10,11 20.539.989

rio de janeiro



7,91 16.055.174

bahia



6,96

14.141.626

espírito santo



1,89 3.833.712

PIB Per Capita (2021)

+/- %

Média nacional + 4,8



58.302

+ 4,7



40.052

+ 5,7



54.360

+ 4,4



23.531

+3,0





%

PIB



30,2

2.719.751.231



9,5

857.593.214



10,5

949.300.770

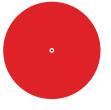


3,9

352.617.852



+ 6,0



2,1

186.336.505



localização parques estaduais

Legenda

parques estaduais

- 1. Parque Estadual Itaúnas
- 2. Parque Estadual Paulo César Vinha
- 3. Parque Estadual Pedra Azul
- 4. Parque Estadual Mata das Flores
- 5. Parque Estadual Forno Grande
- 6. Parque Estadual Cachoeira da

Fumaça

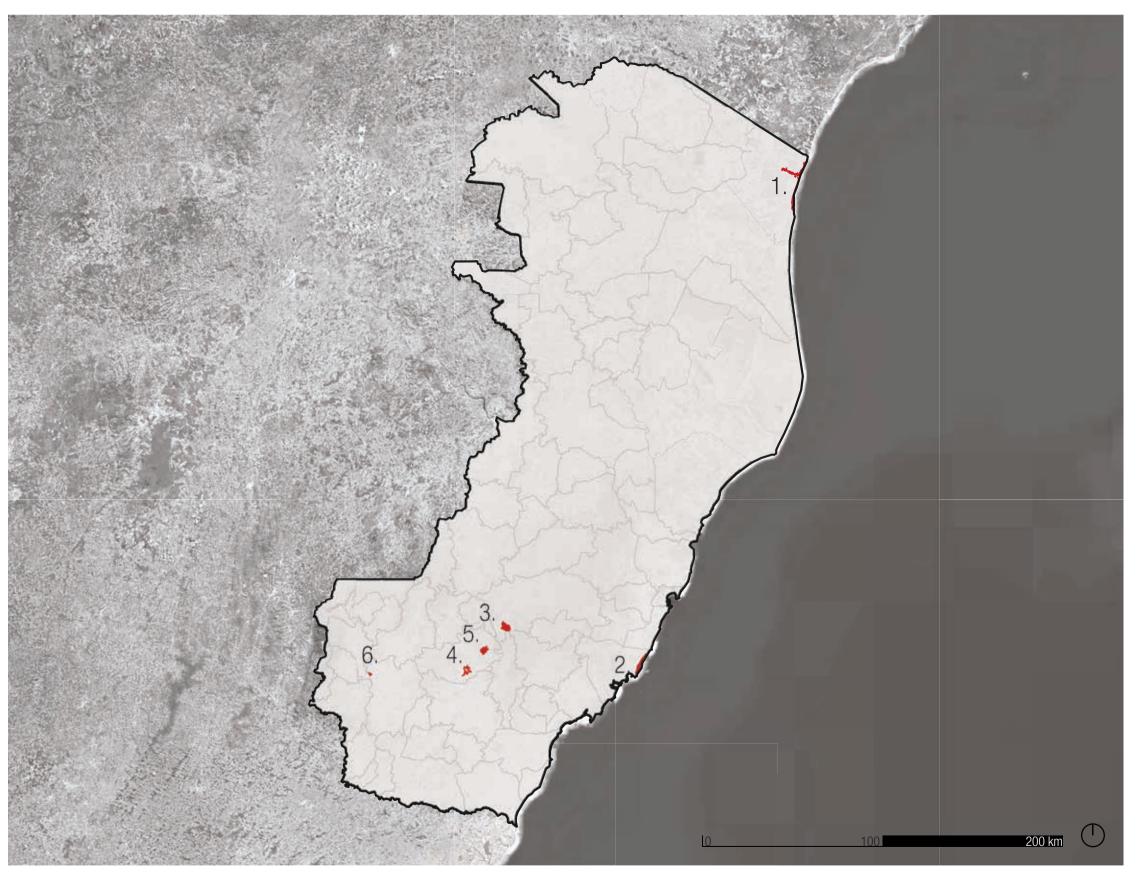
aspectos físicos

Unidade de Conservação

Municípios do Espírito Santo

Limite do Espírito Santo





localização parques estaduais /levantamento do entorno

Legenda

serviços





O Equipamentos culturais



Hotéis e Pousadas



Universidades

aspectos físicos

Limite da Unidade de Conservação

Zona de amortecimento

Município de Vitória

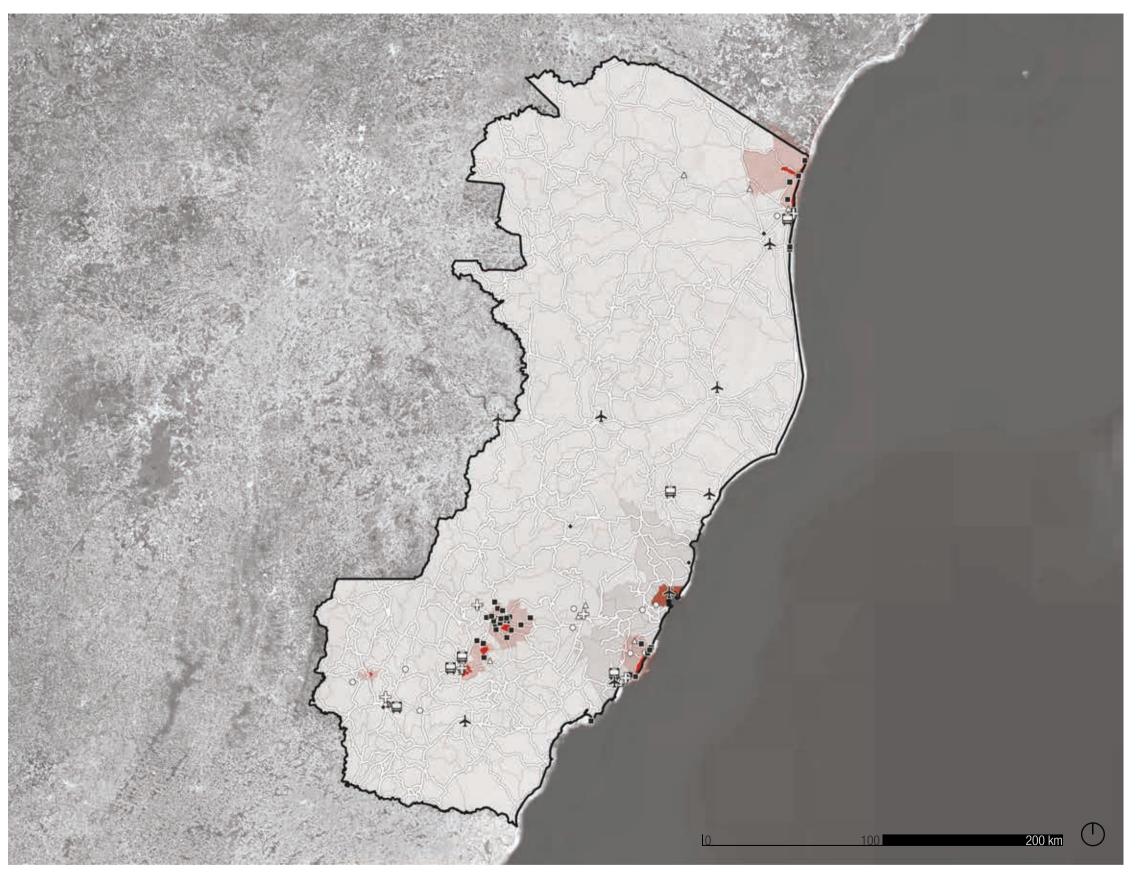
Região Metropolitana I RMGV

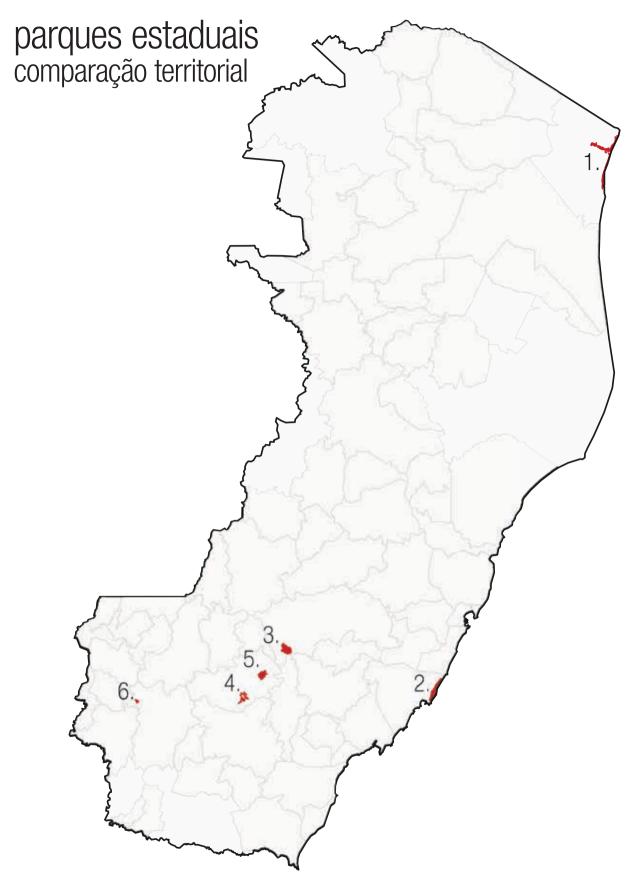
Municípios do Espírito Santo

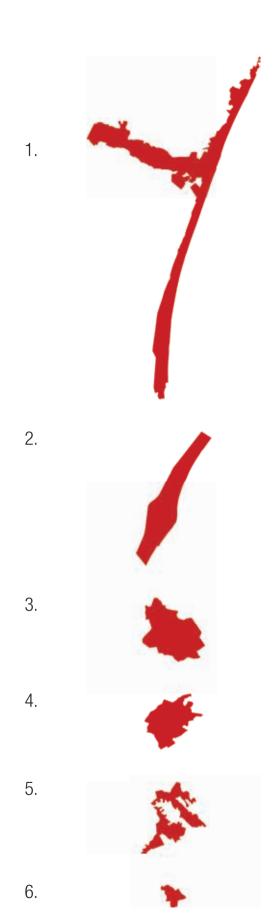
=== Rodovias

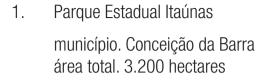
Limite do Espírito Santo

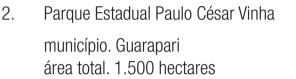






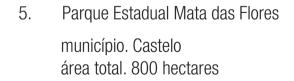












6. Parque Estadual Cachoeira da Fumaça município. Alegre área total. 162,5 hectares







2. vocações /parques estaduais



VOCAÇÕES parques estaduais

O Espírito Santo abriga o conjunto de parques estaduais objeto desse trabalho, cada um com sua própria vocação turística e importância para a conservação da natureza. Ao longo da costa e no interior do estado, destacam-se o Parque Estadual Paulo César Vinha (PEPCV) e o Parque Estadual Itaúnas (PEI), localizados no litoral, e o Parque Estadual Pedra Azul (PEPAZ), o Parque Estadual Cachoeira da Fumaça (PECF), o Parque Estadual Forno Grande (PEFG) e o Parque Estadual Mata das Flores (PEMF).

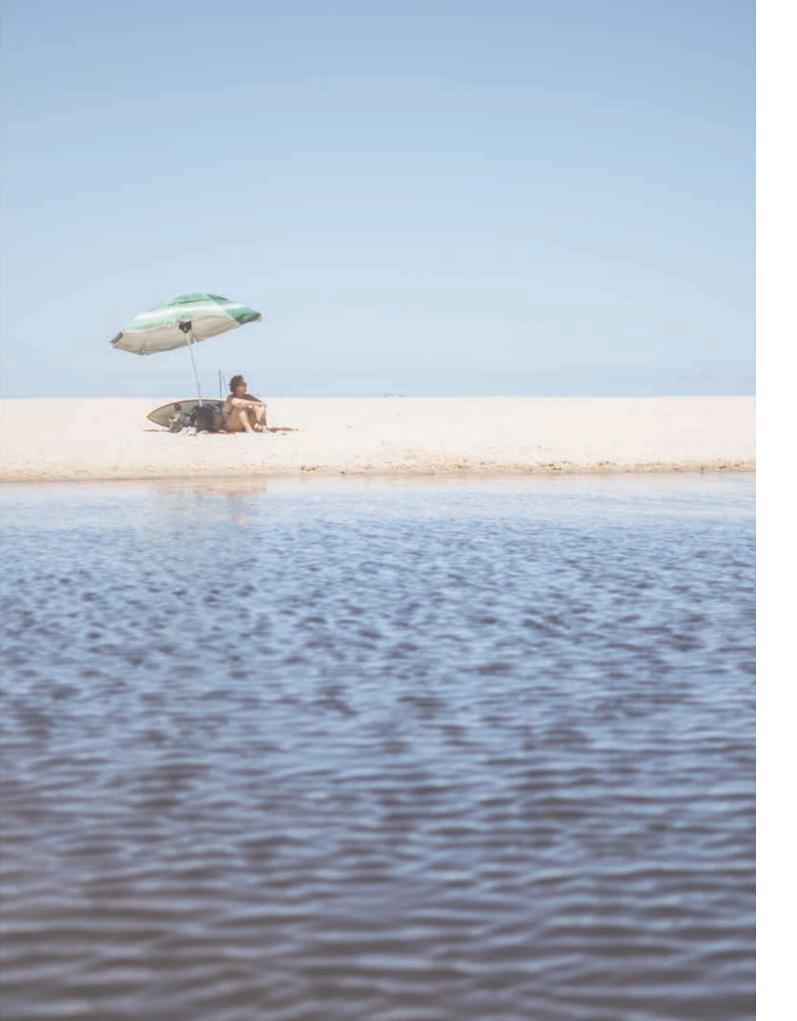
Cada um desses parques possui características únicas que atraem diferentes tipos de visitantes, desde amantes de praias intocadas e dunas até entusiastas de trilhas na montanha e observadores de aves. No entanto, todos compartilham a mesma necessidade essencial: a conservação da natureza. Esses espaços naturais desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade e na proteção de ecossistemas frágeis.

Além disso, é importante destacar que esses parques apresentam estruturas existentes em diferentes níveis de qualidade. Enquanto alguns contam com infraestrutura turística melhor desenvolvida, como trilhas bem sinalizadas e centros de visitantes informativos, outros podem apresentar desafios referentes a condição atual de suas estruturas.

Nos próximos textos, exploraremos mais detalhadamente as características, atrativos e desafios de cada um desses seis parques, destacando sua importância para o turismo sustentável e para a preservação da natureza no Espírito Santo.







2.1. vocações /parque estadual paulo césar vinha



VOCAÇÕES p.e. paulo césar vinha

Próximo de grandes centros urbanos e localizado em uma região de notável diversidade biológica e paisagens de grande beleza, o Parque Estadual Paulo César Vinha — PEPCV pode se configurar como um polo turístico especializado em ecoturismo e educação ambiental, oferecendo uma extensa variedade de atividades que convergem lazer, aventura e consciência ambiental.

A configuração linear e o vasto território do parque, com grandes extensões de vegetação que se sucedem, possibilitam uma ampla gama de atividades que fazem com que o parque seja uma opção para turistas da região que tenham como objetivo passar o dia no parque ou para visitantes que pretendam se hospedar e desfrutar de atividades variadas ao longo dos dias.

Para os adeptos do turismo ecológico, o Parque Estadual Paulo César Vinha — PEPCV pode proporcionar imersões na flora e fauna locais através de trilhas interpretativas, mirantes e observatórios de vida selvagem. Durante determinadas épocas do ano, visitantes podem ter a oportunidade de testemunhar o fenômeno da desova de tartarugas marinhas, contribuindo para a sensibilização e preservação dessas espécies ameaçadas.

Para complementar essa experiência e promover a conscientização ambiental, o PEPCV pode prever a criação de um centro de educação ambiental na praia. Esse centro serviria como um ponto focal para atividades educativas sobre a conservação marinha e o ciclo de vida das tartarugas, oferecendo programas educativos para visitantes de todas as idades.

As opções de lazer podem oferecer contato com a natureza de forma diversificada, através da exploração do potencial das praias e lagoas, onde os visitantes podem desfrutar de atividades recreativas como natação, caiaque, stand up paddle, entre outros esportes aquáticos.

O parque possui enorme apelo visual visto do alto, tirolesas e teleféricos assim como os já citados mirantes, proporcionarão essa dimensão ao turista que poderá desfrutar da belíssima paisagem e compreender de forma ampla, as formações vegetais que visitou no solo. Restaurantes e cafés, podem explorar essa perspectiva se localizados em pontos estratégico com vistas para o parque.

Para a estadia, uma hospedagem que integra conforto e sustentabilidade, pode ser oferecida através do conceito de glamping, com tendas equipadas com modernas comodidades, em perfeita harmonia com o ambiente natural circundante. Para o público que busca privacidade, bangalôs em áreas mais isoladas, podem oferecer uma estadia exclusiva, com vistas panorâmicas e serviços personalizados.



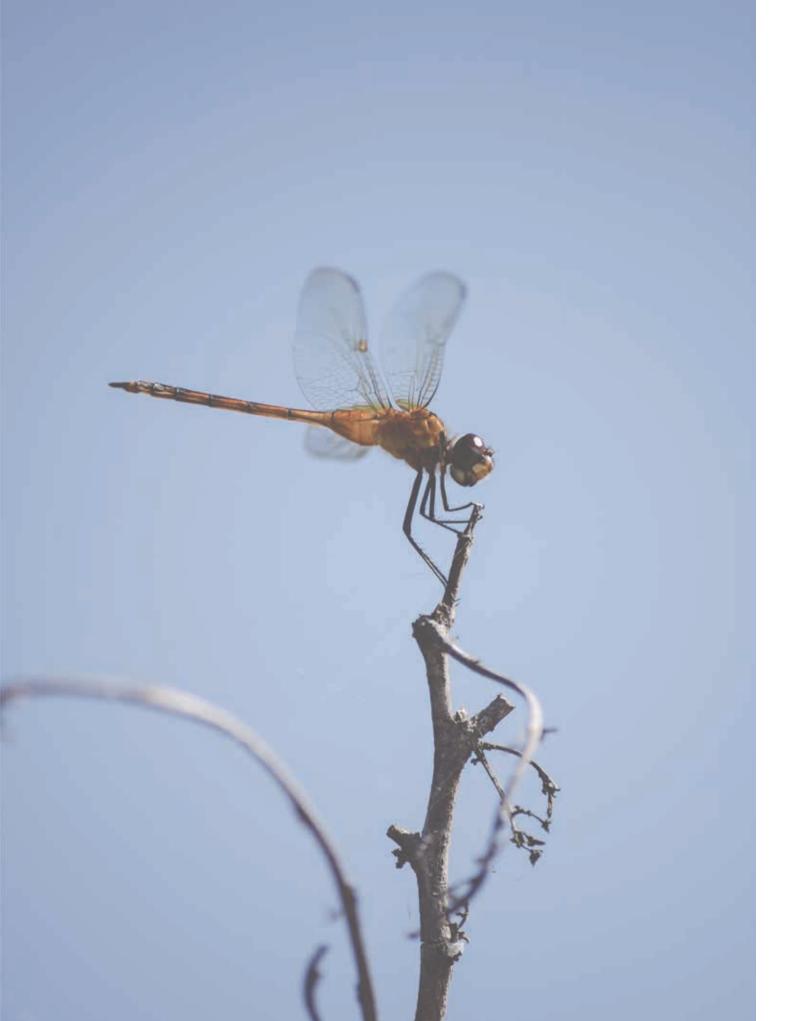


vocações p.e. paulo césar vinha

O Parque Estadual Paulo César Vinha — PEPCV pode se destacar como um modelo exemplar de turismo sustentável, onde a preservação ambiental e a educação ocupam posições de destaque. Ao oferecer uma experiência enriquecedora que valoriza a natureza e promove a conscientização ambiental, ele se coloca como um paradigma de como o turismo pode desempenhar um papel fundamental na conservação do meio ambiente.

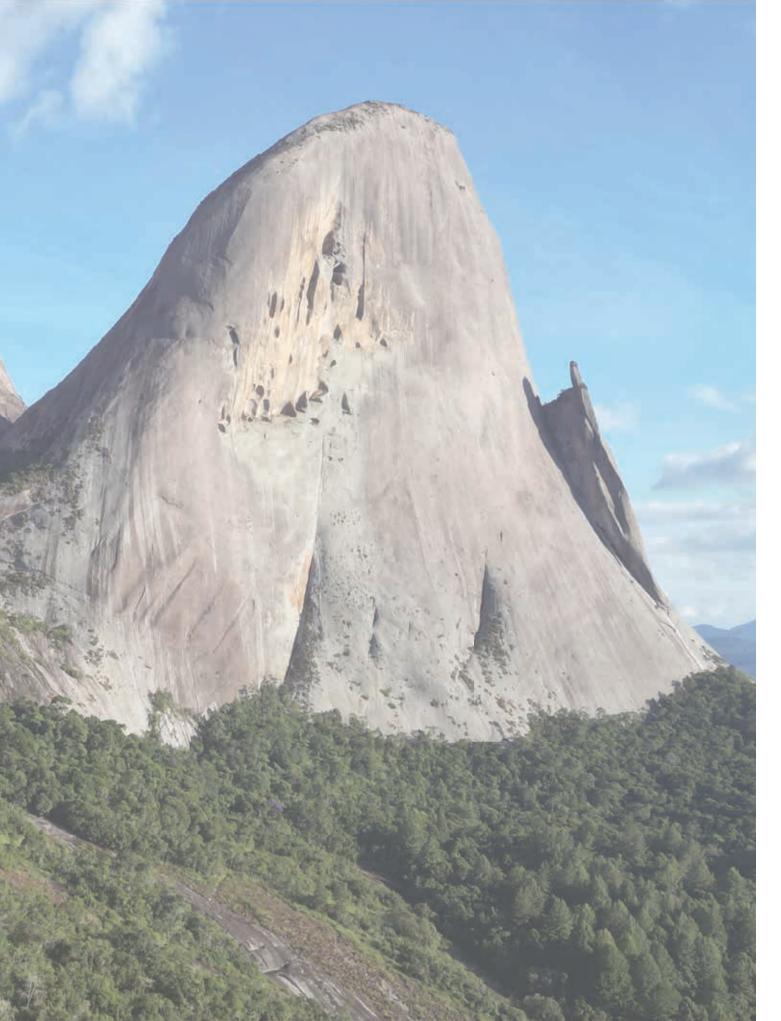






3. leituras /parques estaduais



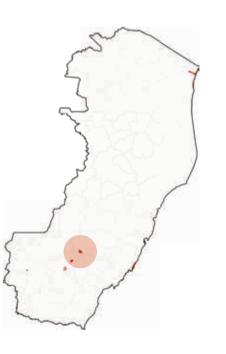


3.3. leituras /parque estadual da pedra azul

área. 1.240 ha número de visitantes. 9.600

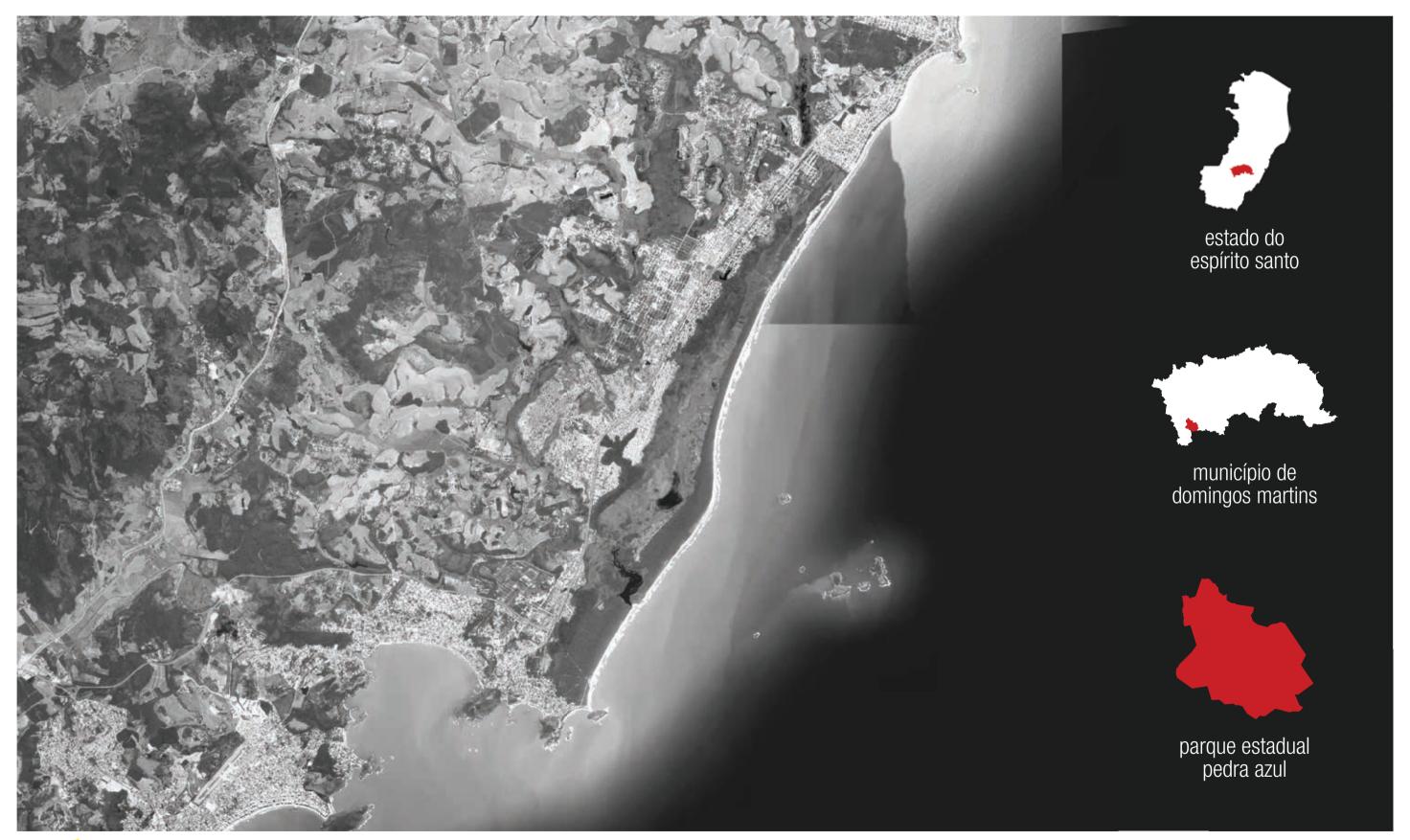
acesso. 98 km de rodovia até vitória paisagens. altimontana, floresta ombrófila densa montana e vegetação rupestre condição da área natural. bem preservada condição das instalações. razoável situação fundiária. 100% regularizado

avaliação geral. boa localização e enorme potencial, requer investimento











rota de acesso de vitória a domingos martins

A BR-262 é uma rodovia transversal que liga os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul, atendendo áreas de agropecuária e indústria de mineração. Essa é a principal rota entre Belo Horizonte e Vitória, essencial para o transporte ao complexo portuário de Vitória.

Apesar de ser apelidada de "rodovia da morte" por sua alta taxa de acidentes, ela tem 195 km no Espírito Santo, com 8 km compartilhado com a BR-101, mais 180 km de pistas simples e 15 km de duplas. Suas curvas acentuadas em áreas montanhosas limitam a velocidade a 60 km/h.

estrada. BR 262 tempo. 2h percurso. 98 km postos de Gasolina. 10 pedágio. não há pavimentação. bom sinalização. bom segurança. ruim acessibilidade. bom





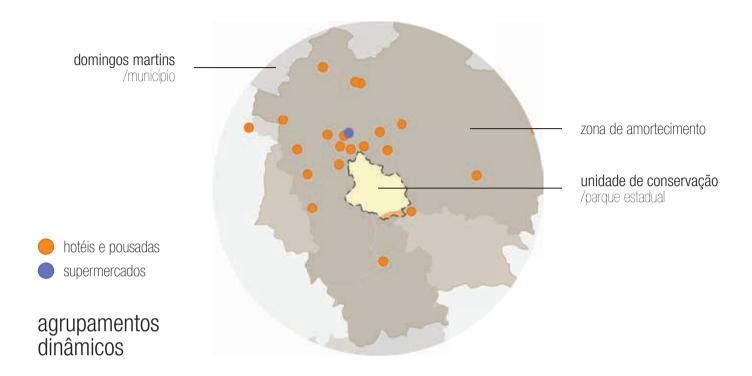
leitura do sítio temas de levantamento

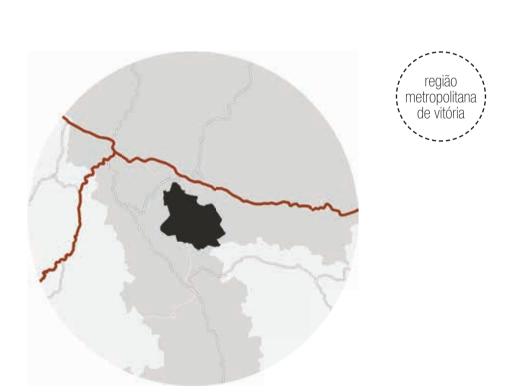
estado de

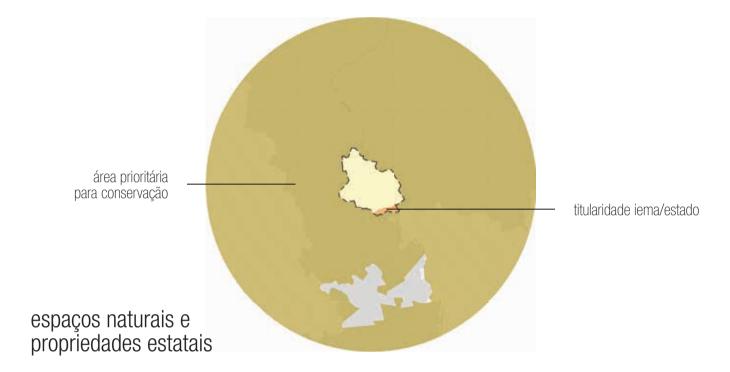
minas gerais,

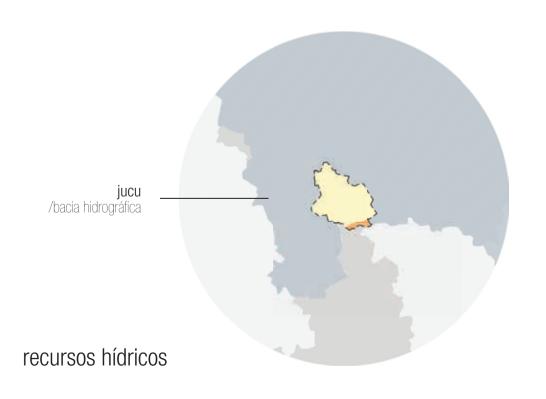
parque estadual de forno grande

percursos de conexão









leitura do sítio entorno imediato

Legenda

serviços

★ Aeroporto

Rodoviária

Equipamentos culturais

Hospitais públicos
Hotéis e Pousadas

∆ Supermercados

Universidades

aspectos físicos

Limite da Unidade de Conservação

Zona de amortecimento

Área prioritária para conservação

Bacia hidrográfica

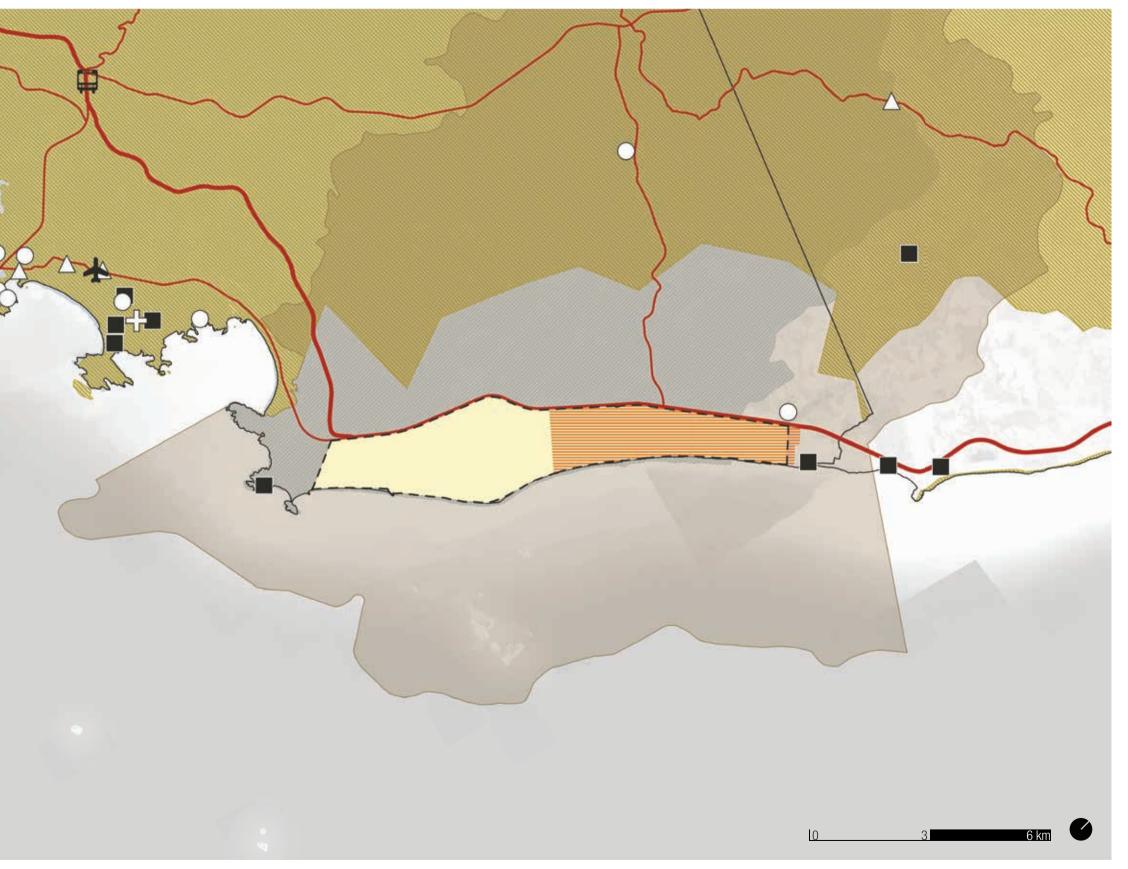
Titularidade IEMA/Estado

Rodovia

Rodovia de acesso direto

Limite do município





leitura do sítio acesso principal e secundário

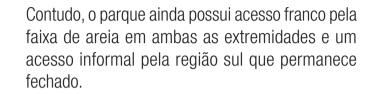
O Parque Estadual Paulo César Vinha — PEPCV, possui hoje, dois acessos principais, sendo o primeiro o acesso oficial do parque e o segundo, um acesso de serviço utilizado pelo IEMA.

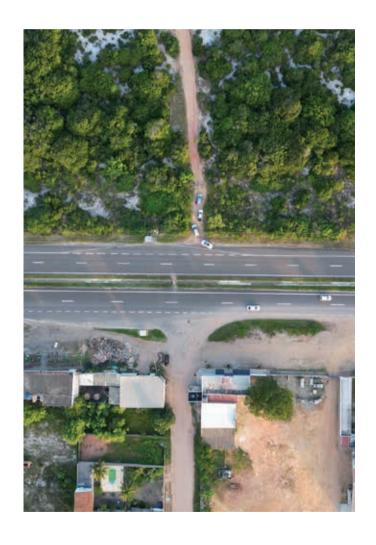


Portaria principal Acesso através da Rodovia do Sol



Portaria principal Percurso partindo da Portaria até a praia





Acesso secundário (próximo à Lagoa Feia) Portão de entrada através da Rodovia do Sol



Acesso secundário (próximo à Lagoa Feia) Percurso partindo do portão de entrada até a praia



leitura do sítio acesso principal e secundário

área antropizada área natural bem preservada área antropizada

Legenda

aspectos físicos



Acessos



Parque Estadual



■ ■ Rodovia para acesso

núcleos de visitação

- 1. Lagoa de Caraís
- 2. Lagoa Feia
- 3. Duna de areia

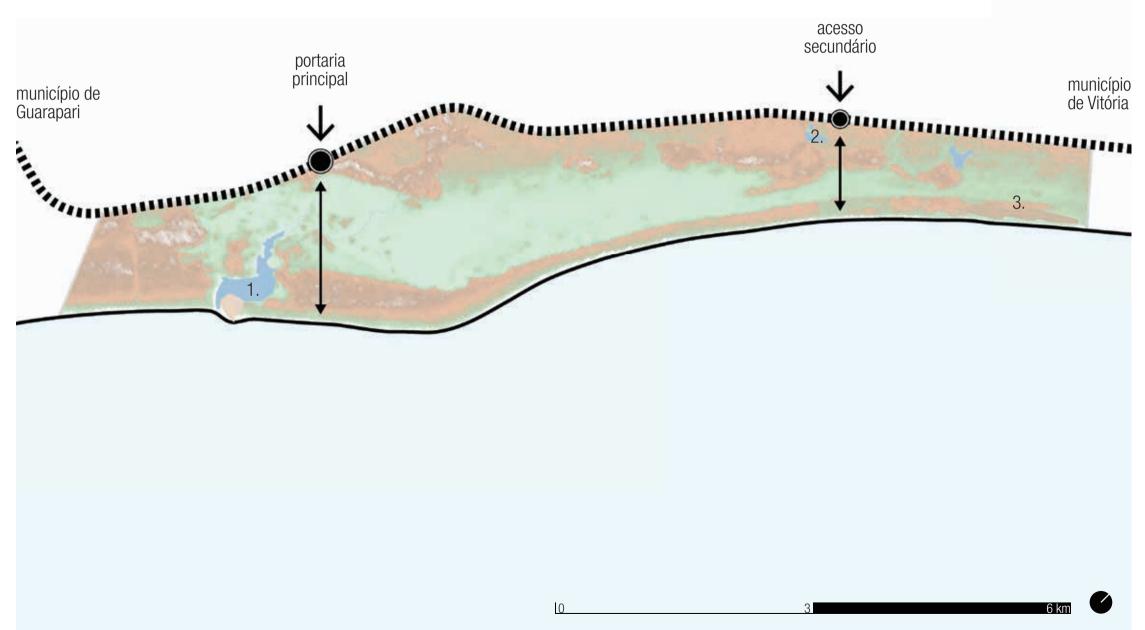
dados da altitude

20,43 m

10,47 m

0,50 m







Conexão inexistente entre as áreas antropizadas Vista aérea com a Lagoa Feia enfocada



Trilha Tropical Vista aérea do caminho até a orla da praia

O Parque é ineficiente no aspecto da conectividade no sentido norte-sul. Devido às sua características físicas o deslocamento nesse sentido ocorre apenas pela faixa de areia, ou pela rodovia, ficando o trabalho de guardas e pesquisadores, dificultados pelo isolamento de alguns pontos.



Trilha da Restinga Conexão com a praia

leitura do sítio acessos informais e conexões

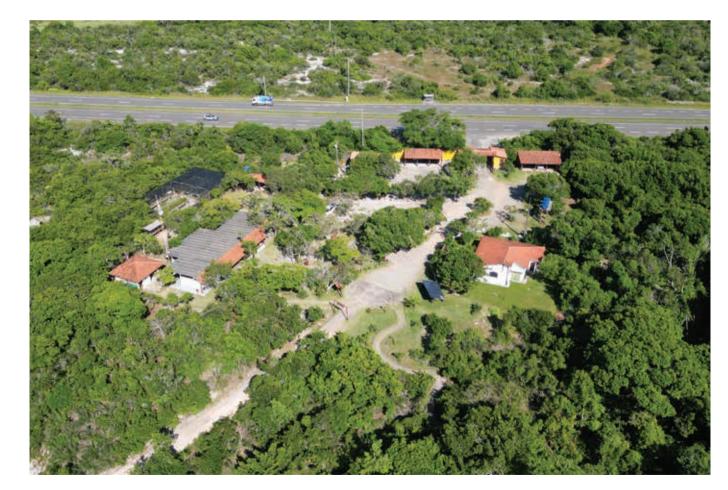
Os dois pontos distintos (acesso da sede e acesso norte) coincidem com duas áreas antropizadas do parque, onde nota-se impacto maior no trecho norte por conta do antigo loteamento que ainda conserva parte de seu arruamento marcado na vegetação.

Arruamento marcado na vegetação Vista aérea do trecho norte I antigo loteamento

Essa configuração, pode sugerir a existência de possíveis dois polos diferentes de visitação, o primeiro junto do acesso principal que se estende até a lagoa de Caraís, área onde a presença de visitantes é maior, e o segundo no acesso secundário.

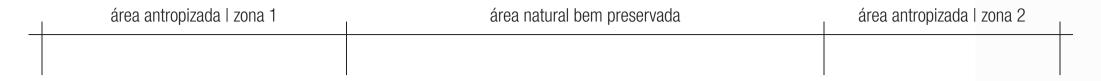
Trecho de maior utilização turística Vista aérea do acesso principal e trilha que leva à Lagoa de Caraís

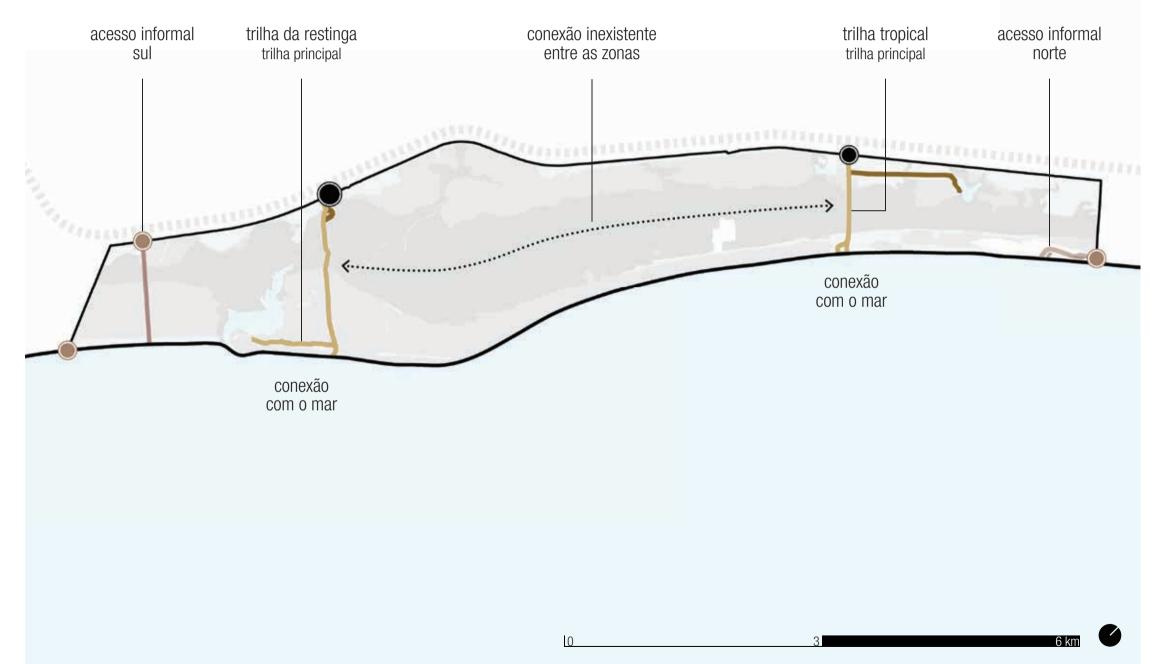






leitura do sítio acessos informais e conexões





Legenda

aspectos físicos



Acesso informal

Parque Estadual

Oceano

Rodovia para acesso

caminhos existentes

Trilhas principais

Trilha da Clúsia I antiga sede

Trilha em desuso Lagoa Vermelha



leitura do sítio barreiras existentes

Importante destacar o efeito de barreira causado pela Rodovia do Sol para o trânsito de animais da região que se deslocam entre o parque as zonas vegetadas na zona de amortecimento, além disso, a presença do pedágio, hoje desativado, pode gerar uma barreia aos visitantes da região norte em caso de reativação.

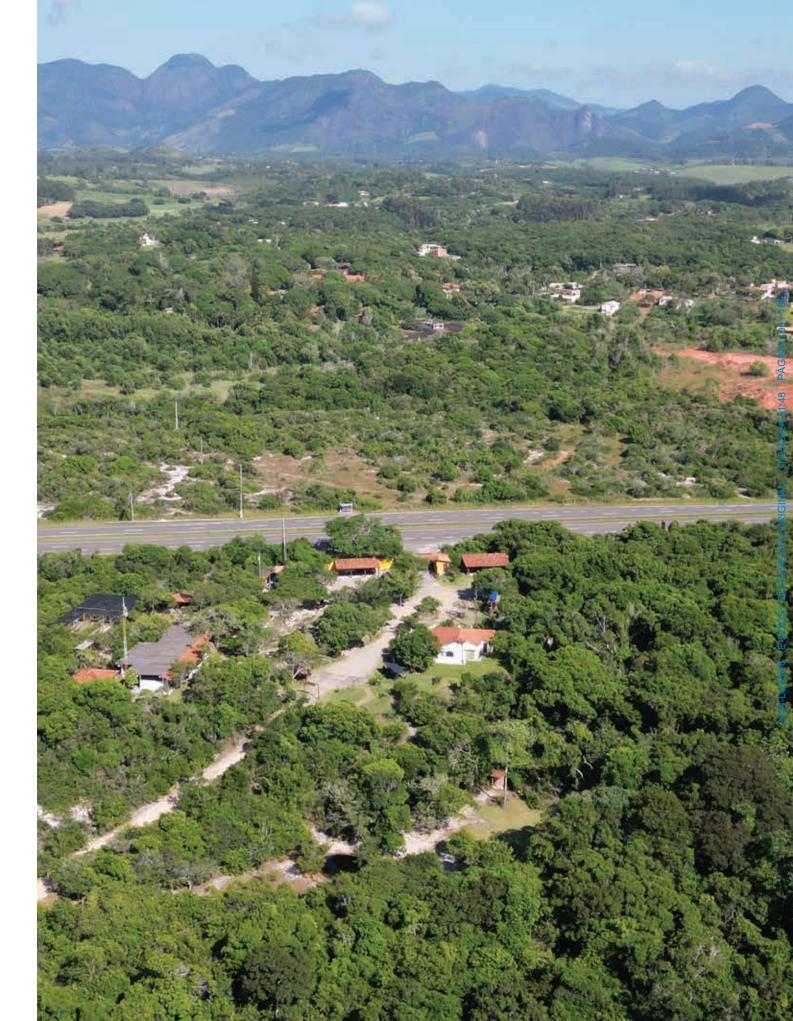
Observa-se ainda, como efeito desse isolamento, a sensação de insegurança em alguns trechos por parte dos visitantes, principalmente no trecho do acesso norte.



Efeito de barreira causado pelo pedágio Trecho norte I pedágio e loteamentos no plano de fundo

> Efeito de barreira causado pela rodovia Trecho sul I portaria principal



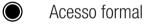


leitura do sítio barreiras existentes

área antropizada I zona 1 área natural bem preservada área antropizada I zona 2

Legenda

aspectos físicos



Acesso informal



Oceano

Rodovia para acesso

caminhos existentes

Trilhas principais

Trilha da Clúsia

Acesso informal Lagoa Feia e Vermelha

barreiras existentes

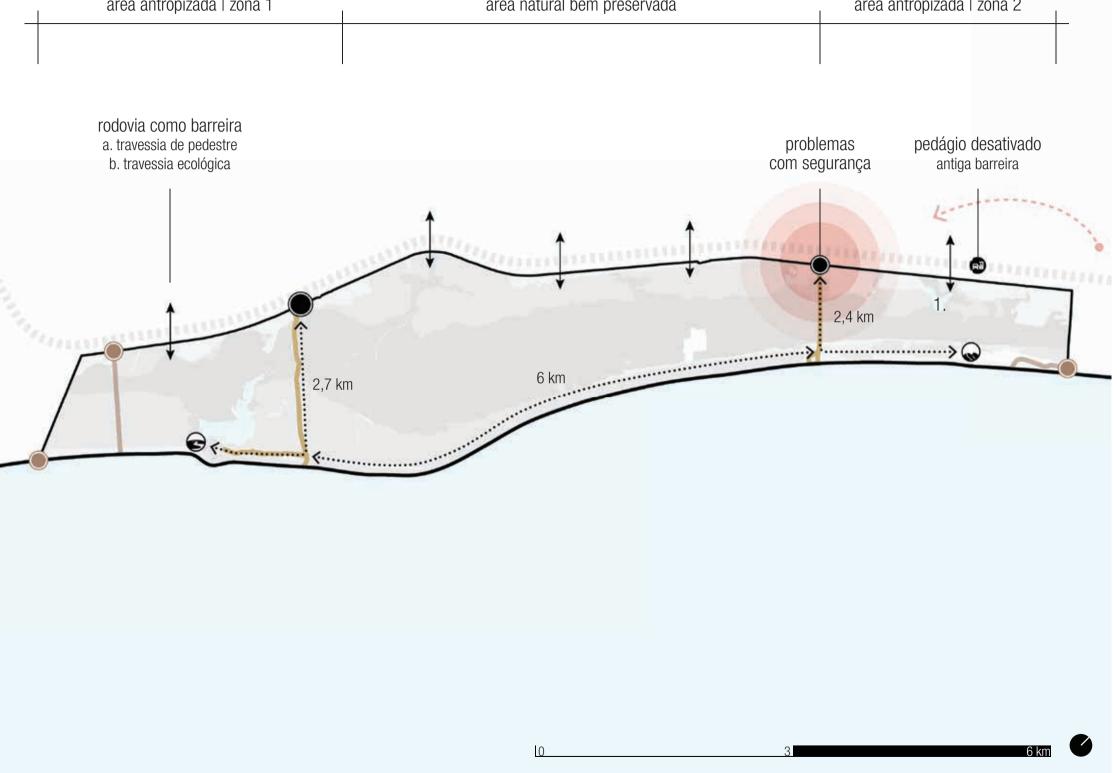
Problemas com segurança

Distâncias percorridas

Proposta de travessias

Antigo loteamento Ruas de terra ainda existem





leitura do sítio formações vegetais

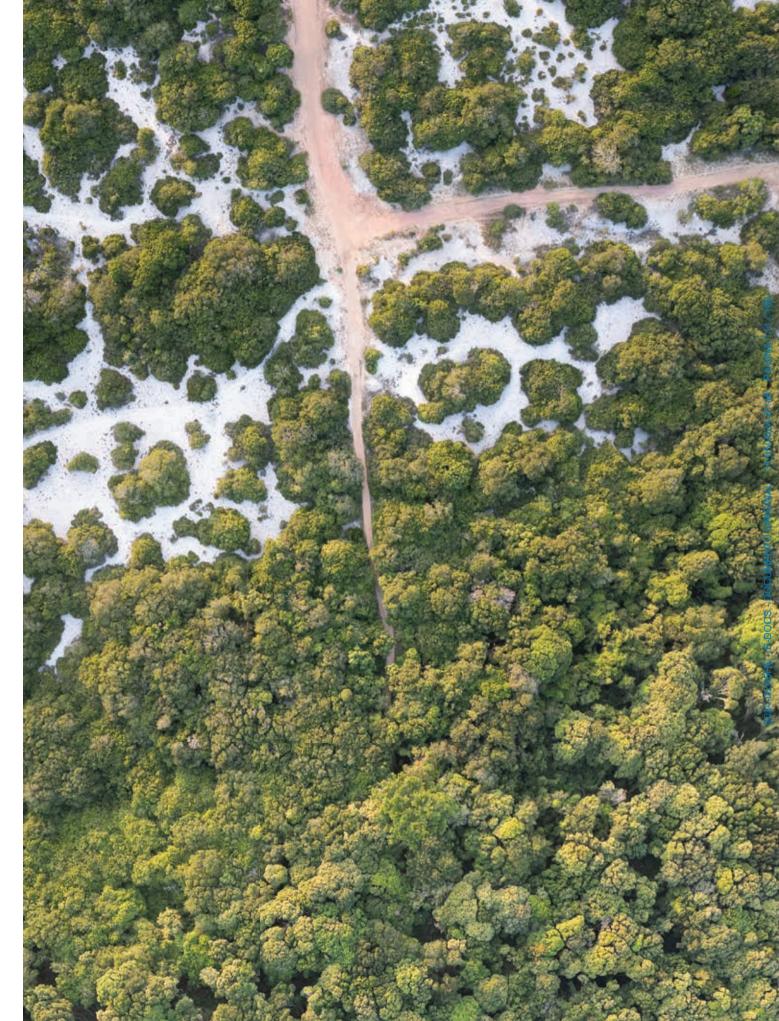
A flora do Parque Estadual Paulo César Vinha — PEPCV é formada por diferentes elementos vegetais como a formação aberta de clúsia, brejo herbáceo em área alagada, vegetação de restinga em área com estrato arbustivo-arbóreo, e vegetação de restinga em área com estrato herbáceo, além de toda a riqueza ambiental promovida por essa variedade, o efeito visual dessas sucessivas camadas que partem do interior em direção ao mar é belíssimo e se torna um grande ativo do conjunto.



Área alagada Vista aérea do trecho norte

Área aberta de clúsia para restinga Vista aérea próxima ao acesso secundário





leitura do sítio formações vegetais

área antropizada | zona 1 área natural bem preservada área antropizada | zona 2

Legenda

aspectos físicos



Parque Estadual

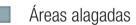


Rodovia para acesso

núcleos de visitação

- 1. Lagoa de Caraís
- 2. Lagoa Feia
- 3. Duna de areia

formações vegetais



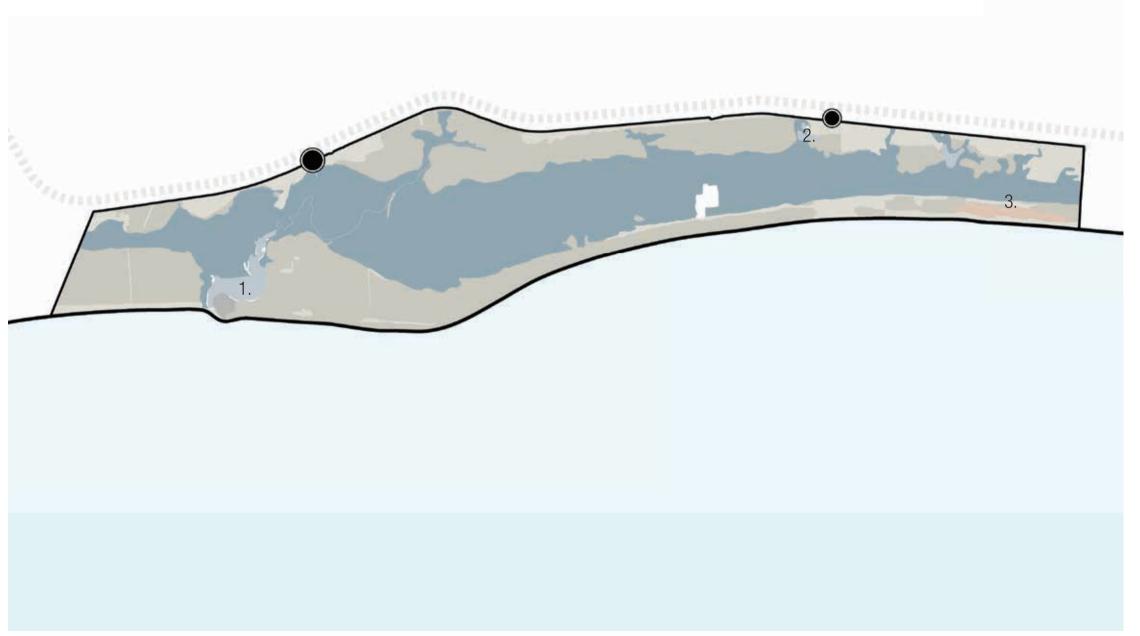
Áreas em regeneração | Clúsia

Vegetação nativa | Restinga

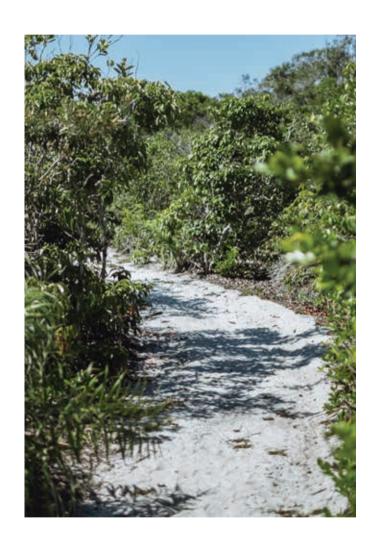
Maciço costeiro

Dunas de areia





leitura do sítio formações vegetais



Formação aberta de Clúsia Área em processo de regeneração



Brejo herbáceo Área alagada



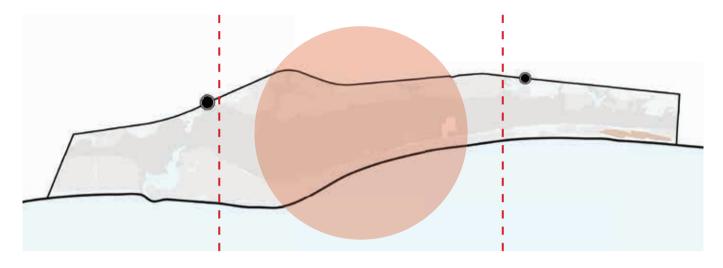
Vegetação nativa | Restinga Área com strato arbustivo-arbóreo



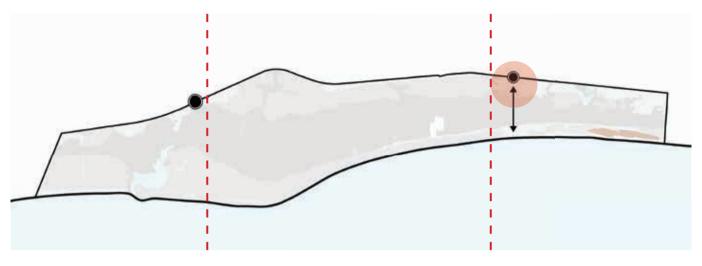
Vegetação nativa I Restinga Área com estrato herbáceo



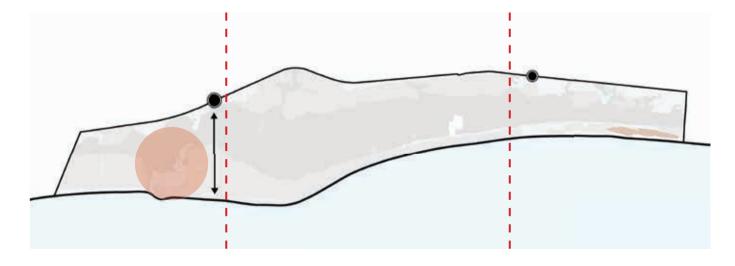
leitura do sítio diagramas síntese



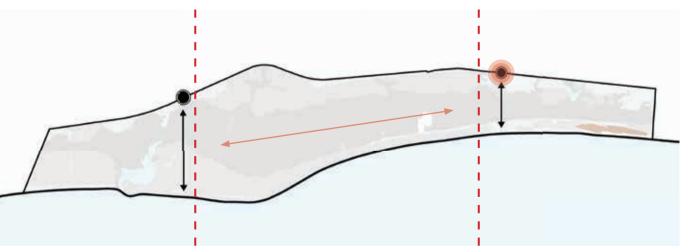
Área natural bem preservada l Alagado Zona sem intervenção



Acesso secundário I Área da Lagoa Feia Antropizada com resquícios de loteamento



Portaria principal I Área da Lagoa de Caraís Maior utilização turística do parque



Acessos formais e barreiras existentes

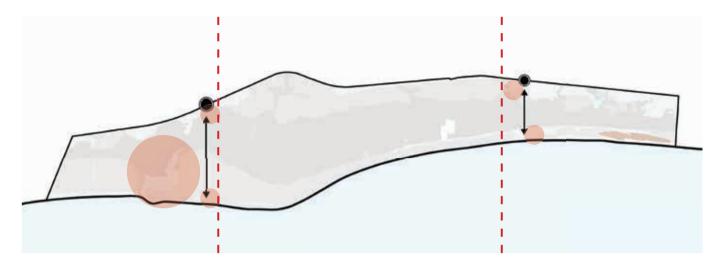




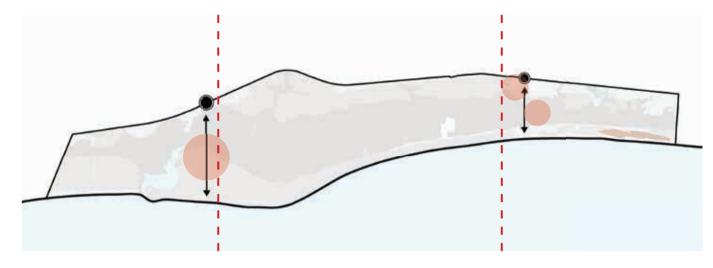
4.1. diretrizes /parque estadual paulo césar vinha



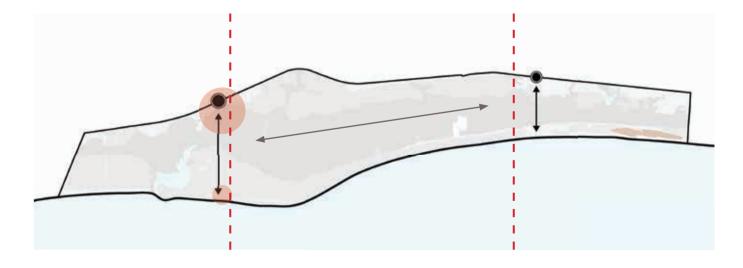
diretrizes diagramas síntese



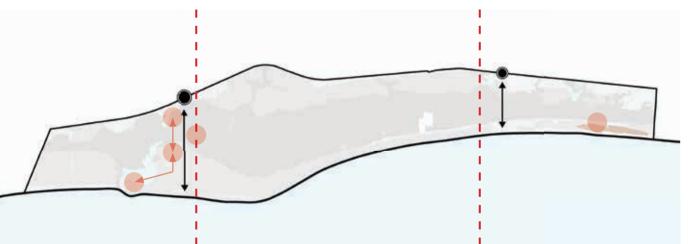
Área de entretenimento café; esportes aquáticos; piscina flutuante; quiosque; restaurante



Área de acomodação glamping; bangalô



Área educacional pavilhão; ponto de informação; trilha ecológica



Ponto de vista teleférico; tirolesa; torre de observação





preservação da natureza

01. edifícios implantados em áreas já degradadas
02. garantir a preservação das fronteiras da biodiversidade intocada
03. proporcionar ao IEMA ambiente de trabalho adequado
04. identificar e impulsionar corredores verdes



lucratividade

05. multifuncionalidade e flexibilidade que garantem operações durante todo o

06. respondendo às necessidades do perfil atual dos visitantes da área

07. planejamento e faseamento que garanta o ajuste às necessidades

08. estabelecer uma direção comercial duradoura



melhorando comunidades

09. artesanato e serviços locais

10. salvaguardar/melhorar a atmosfera e as tradições locais
11. promoção de iniciativas ascendentes
12. criando uma plataforma para interações abertas e igualitárias



design sustentável

13. autossuficiência de edifícios | off grid, fossas sépticas, captação de águas pluviais

14. utilização ou reciclagem de estruturas e recursos existentes
15. materiais locais e práticas vernáculas
16. design robusto e fácil de manter



educação ambiental

17. arquitetura que responde à natureza | tamanho, materiais, funcionamento passivo

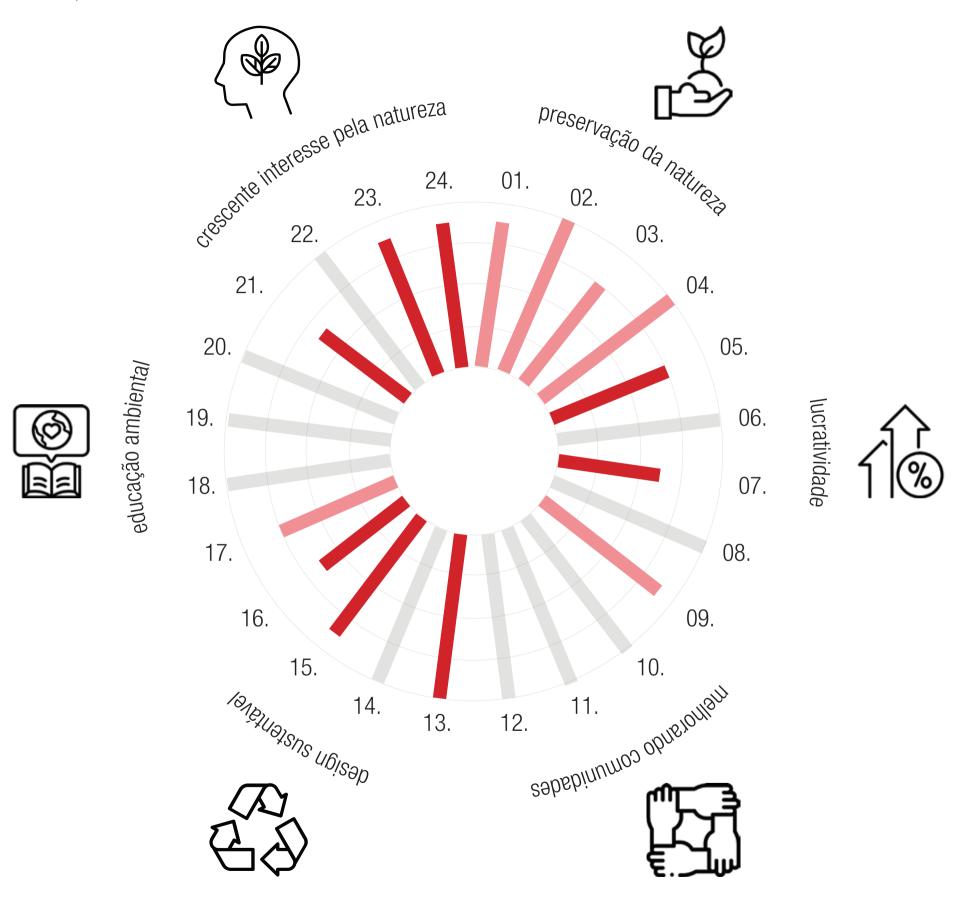
18. sistema de informação integrado19. fornecer condições adequadas para pesquisa20. conscientização crescente por meio de operações cotidianas



crescente interesse pela natureza

21. destacando a identidade dos parques
22. implementação de ações e programas voluntários
23. melhorar `a acessibilidade
24. criar experiências únicas com a natureza







diretrizes intervenções

Em todos os parques visitados é clara a demanda por novas estruturas que não apenas aprimorem a experiência dos visitantes, mas também atendam às necessidades dos funcionários, pesquisadores e demais envolvidos na gestão dessas áreas naturais. No contexto do Parque Estadual Paulo César Vinha — PEPCV, essa carência se apresenta como uma oportunidade única de implementar intervenções que elevem o padrão de qualidade do ambiente e das atividades oferecidas aos seus diversos usuários.

A metodologia adotada com o fim de categorizar as intervenções possíveis nos parques baseia-se na compreensão da vocação única de cada área natural. A realização dessa categorização minuciosa em quatro áreas distintas, isto é, infraestrutura e fiscalização, conservação e educação, hospedagem e entretenimento, é justificada pela necessidade de abordar as diversas dimensões envolvidas na gestão e no uso sustentável desses espaços.

Ao estabelecer cinco variáveis que medem qualitativamente o tipo de intervenção proposta (impacto no ambiente natural e entorno, aporte financeiro, infraestrutura requerida, valor social adquirido e valor cultural adquirido), buscamos garantir uma avaliação abrangente e holística das propostas. Isso permite uma análise cuidadosa dos potenciais impactos positivos e negativos das intervenções em cada uma das categorias identificadas.

Essa metodologia se justifica pela necessidade de garantir que as intervenções planejadas não apenas atendam às demandas imediatas dos usuários e gestores, mas também contribuam para a conservação ambiental, a educação pública, o desenvolvimento social e cultural e a sustentabilidade financeira a longo prazo dos parques. Ao considerar esses aspectos multidimensionais, podemos tomar decisões informadas e responsáveis sobre como melhor gerir e aprimorar esses valiosos recursos naturais.





diretrizes intervenções



infraestrutura e fiscalização

portal
estacionamento
caminhos elevados
trilhas
sanitários
escritório administrativo

centro de visitantes

controle de incêndio

equip. de monitoração



conservação e educação

museu memorial
centro educacional
viveiro
torre de observação
ponto de informação



acomodação

bangalô glamping



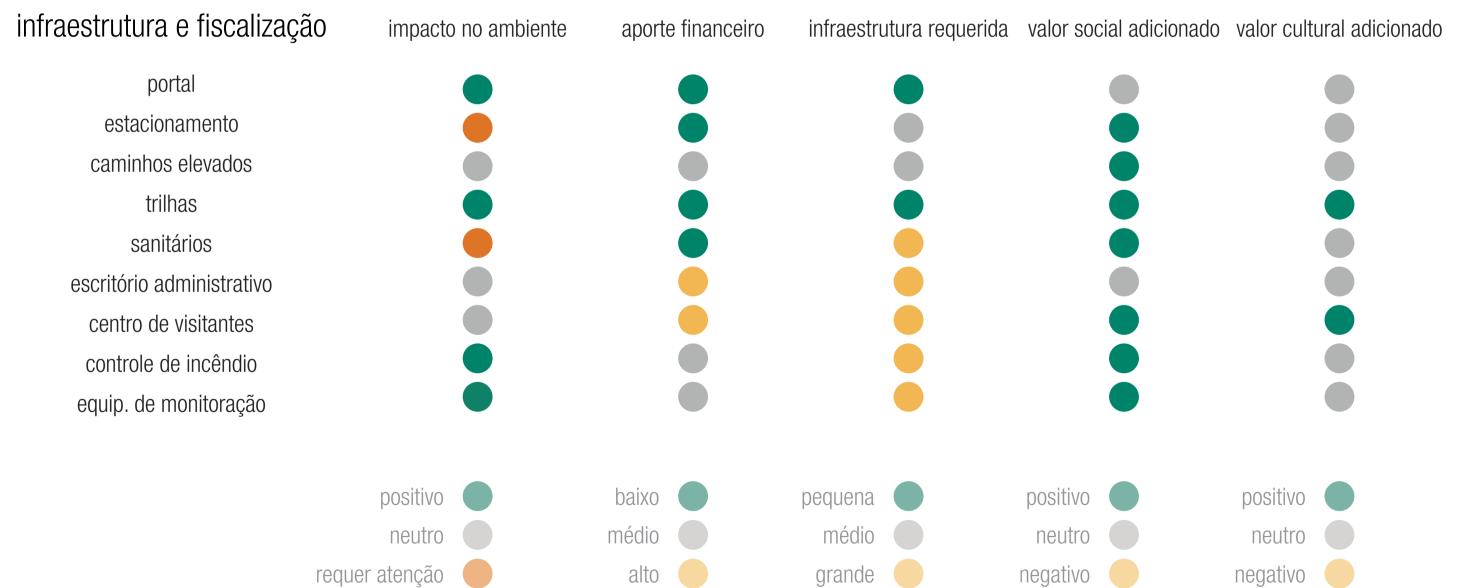
entretenimento

café e restaurante
quiosque
loja
local de evento
tirolesa
teleférico
esportes aquáticos
piscina flutuante



diretrizes intervenções







diretrizes intervenções



conservação e educação

museu memorial centro educacional viveiro torre de observação

ponto de informação

impacto no ambiente

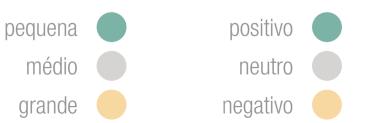


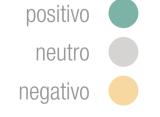














diretrizes intervenções



acomodação

bangalô glamping impacto no ambiente

aporte financeiro



infraestrutura requerida valor social adicionado valor cultural adicionado





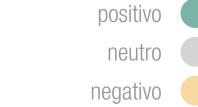














diretrizes intervenções



entretenimento

café e restaurante quiosque loja local de evento

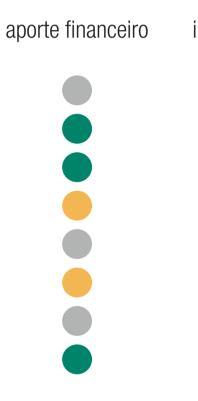
teleférico

tirolesa

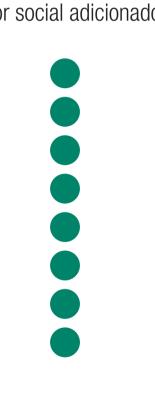
esportes aquáticos

piscina flutuante























745HC - E-DOCS - DOCHMENTO OBIGINAL 31/05/2024 21:48 PÁGINA 125 / 180

diretrizes análise do programa existente



infraestrutura e fiscalização

- portal
- estacionamento
- caminhos elevados
 - trilhas
 - sanitários
- escritório administrativo
- centro de visitantes
- controle de incêndio
- 👽 equip. de monitoração



conservação e educação

- museu memorial
- centro educacional
 - viveiro
- torre de observação
- ponto de informação



acomodação

- **bangalô**
- glamping



entretenimento

- café e restaurante
 - quiosque
 - **V** loja
 - local de evento
 - tirolesa
 - teleférico
- esportes aquáticos
- piscina flutuante



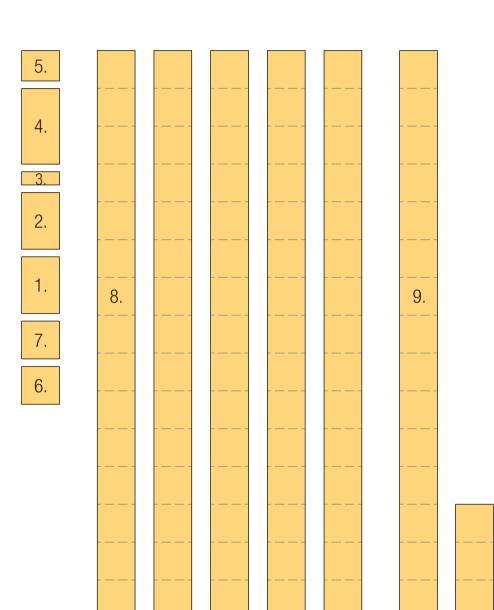
boas condições

requer investimento



diretrizes área por ambiente

infraestrutura e fiscalização		área em m²
1. portaria principal	zona 1	150
2. portaria secundária	zona 2	150
3. sanitários	zona 1	35
4. centro de visitantes	zona 1	200
5. escritório administrativo	zona 1	80
6. alojamento I iema	zona 1	100
7. escritório l iema	zona 1	100
8. estacionamento zona 1 410 un.	zona 1	7.500
9. estacionamento zona 2 96 un.	zona 2	1.800
total		10.115
intervenção no parque em %		0,067





escala. 1/1000

diretrizes área por ambiente

conservação e educação		área em m²	
 centro de educação ambiental 1 centro de educação ambiental 2 memorial paulo césar vinha 	zona 1 zona 1 zona 1	200 200 150	3. 4.
total		550	1. 3.
intervenção no parque em %		0,0036	2.
acamadação			
acomodação		área em m²	
1. bangalô lagoa feia 20 cabanas	zona 2	área em m² 800	
3	zona 2 zona 1		
1. bangalô lagoa feia l 20 cabanas		800	
 bangalô lagoa feia 20 cabanas bangalô alagado 10 cabanas 	zona 1	800 400	
 bangalô lagoa feia 20 cabanas bangalô alagado 10 cabanas glamping 28 cabanas 	zona 1 zona 1	800 400 40	



diretrizes área por ambiente

entretenimento		área em m²		14.			18.
1. café sede	zona 1	15					
2. loja I sede	zona 1	15			13.	17.	
3. chegada tirolesa na lagoa	zona 1	15					
4. chegada tirolesa na praia	zona 1	15					
5. quiosque bangalôs	zona 2	20		12.			
6.1° ponto teleférico I glamping	zona 1	15			11.		
7. parque de arvorismo	zona 1	600			10.	4.0	
8. chegada teleférico na lagoa	zona 1	15			10.	16.	
9. mirante 1 + teleférico sede	zona 1	100			9.		
10. mirante 2 alagado zona 1	zona 1	100		8.			
11. piscina flutuante lagoa feia	zona 2	150					
12. torre tirolesa I praia lagoa feia	zona 2	10					
13. piscina flutuante lagoa caraís	zona 1	325				15.	
14. estrutura pedalinho I lagoa feia	zona 2	20			7.		
15. restaurante lagoa feia	zona 2	400					
16. restaurante bangalôs	zona 2	400					6.
17. restaurante café lagoa de caraís	zona 1	400					6. 5. 4.
18. estrutura para caiaque	zona 1	20					3. 2. 1.
total		2.235					
intervenção no parque em %		0,0149	*percurso de teleférico.895 m **percurso de cada tirolesa. 65 i	m			
			porouros do sada tirolosa. Os i				



escala. 1/1000



5.1. masterplan /parque estadual paulo césar vinha



masterplan esquemático

Legenda

- Áreas em regeneração I Clúsia
- Acessos | Portarias
- Receptivo
- Posto de segurança
- Centro de visitantes
- Restaurante
- Quiosque
- Café
- Arborismo sob as copas
- Caminhos elevados
- Memorial do parque
- Torre de observação
- Torre de teleférico
- Torre de tirolesa
- W Esporte aquático
- A Glamping (zona 1) e bangalô (zona 2)
- Estacionamento
- IEMA office e acomodação
- P Piscina flutuante
- **S** Sanitário
- Caminho principal
- Caminho secundário
- trilha ecológica proposta
- Rota do teleférico





masterplan humanizado

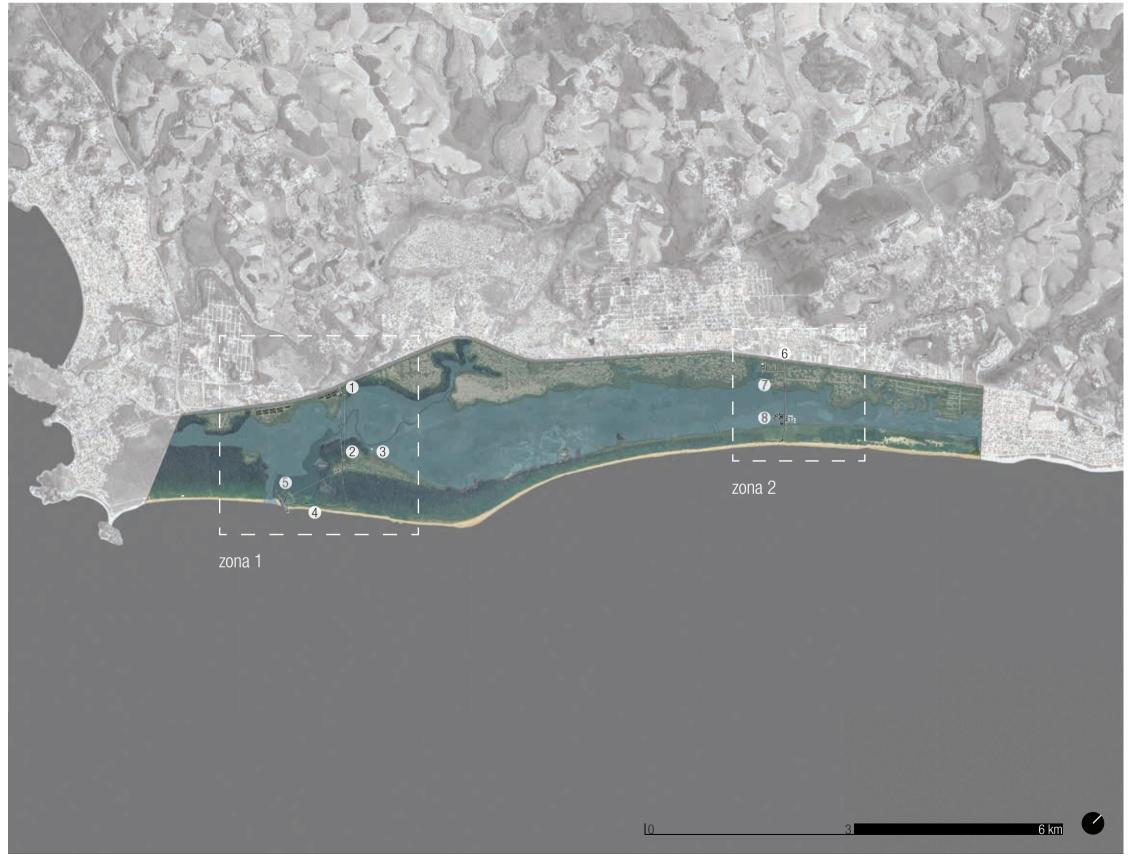
Legenda

núcleos de intervenção I zona 1

- 1. Portaria principal | Sede
- 2. Mirante do alagado
- 3. Acomodação | Glamping e apoio
- 4. Centro educacional
- 5. Lagoa de Caraís

núcleos de intervenção I zona 2

- 6. Acesso secundário
- 7. Lagoa Feia
- 8. Alagado





masterplan esquemático I zona 1

núcleo 1 I portaria principal - sede

reestruturação do portal de entrada

criação de novos bolsões de estacionamento | aproximadamente quinhentas vagas pavilhão programático | cafeteria; centro de visitantes; iema; memorial do parque e receptivo serviços I bilheteira para atrações; ponto de informação; sanitários iema | escritório e alojamento para vinte funcionários

auditório educacional multifuncional

mirante com estação de teleférico I altura máxima a consultar

Trilha portaria principal - praia

trajeto com trilha suspensa

núcleo 2 I mirante do alagado

criação para estruturas de arvorismo reestruturação do mirante pré-existente

núcleo 3 I glamping

glamping 28 cabanas estrutura de apoio ao Glamping torre como miradouro e estação de teleférico I altura máxima a consultar

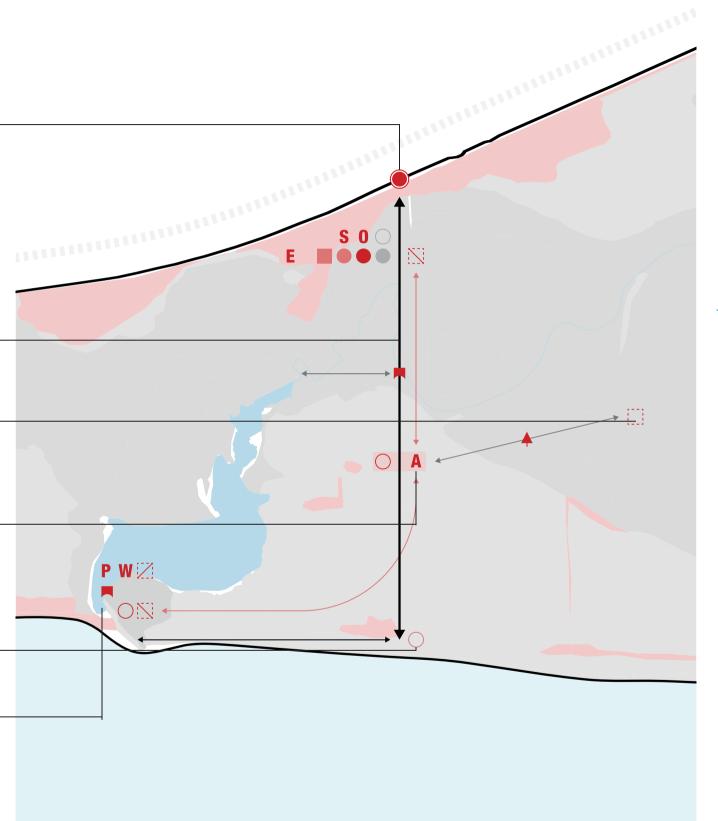
núcleo 4 I centro de educação ambiental

centro de educação ambiental com café e loja

núcleo 5 I lagoa de caraís

pier de saída para passeio de caiaque e stand up paddle piscina flutuante e ponte seca torre de tirolesa para a lagoa e praia queda de tirolesa para a lagoa e praia restaurante na rocha torre com estação de teleférico





zona 1 núcleo 1 I portaria principal

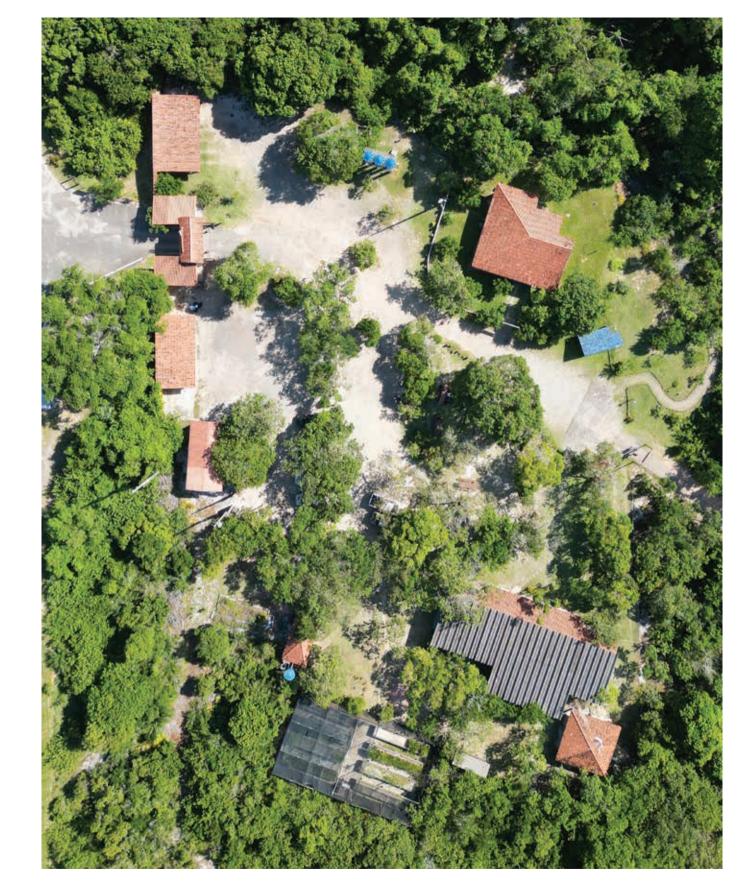
O acesso principal ao parque requer a construção de um portal de entrada adequado, que transmita ao visitante a sensação de adentrar em uma área de conservação ambiental. Este espaço será o local das primeiras instalações de apoio, incluindo centro de recepção, instalações sanitárias, vestiários, café, loja de souvenirs, entre outros. Além de garantir o conforto dos visitantes, esses ambientes também servirão de suporte para as operações dos funcionários do parque.

Os bolsões de estacionamento serão situados em áreas onde a vegetação ainda está em processo de recuperação, minimizando assim o impacto ambiental. Esses bolsões poderão formar pequenos núcleos, de modo a reduzir ao máximo sua interferência na paisagem.

Outros elementos do programa do parque, como um memorial em homenagem a Paulo César Vinha, um auditório e viveiros de plantas, serão implantados nessa mesma área de chegada. Essas instalações complementares enriquecerão a experiência dos visitantes e contribuirão para a preservação e divulgação dos valores do parque.

A sede do parque representa o ponto de partida da jornada dos visitantes, a partir do qual serão disponibilizadas estruturas de apoio essenciais para a exploração do parque, como locação de bicicletas e o acesso ao teleférico. Essas facilidades facilitarão o deslocamento alternativo dentro do parque, promovendo uma experiência mais completa e acessível aos visitantes.



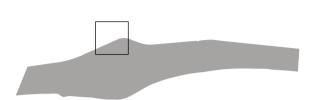


zona 1 vista aérea atual





zona 1 núcleo 1 I portaria principal

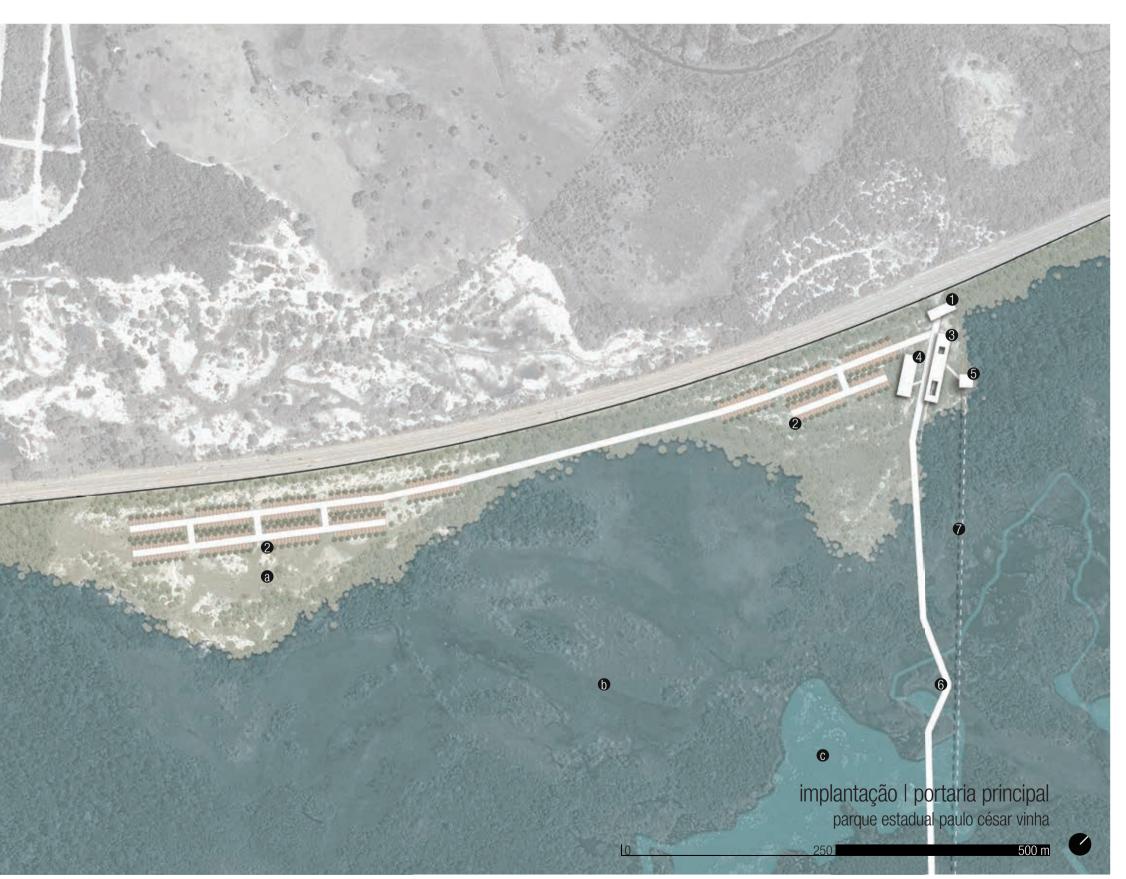


Legenda

intervenções

- Portaria
- Bolsões de estacionamento

- Pavilhão programático café; centro de visitantes; lojas; memorial e sanitários
- IEMA I alojamento e escritório
- Mirante com estação de teleférico
- Caminho com trilha suspensa
- rota do teleférico aspectos físicos
- Áreas em regeneração | Clúsia
- Áreas alagadas
- Lagoa de Caraís





zona 1 núcleo 1 | portaria principal /fotomontagem ilustrativa









zona 1 núcleo 1 - portaria principal /pavilhão integrado

nome. Pavilhão Guaju / YVA Arquitetura localização. Guajuvira, Brasil ano. 2023 área. 74 m²

imagens ilutrativas









zona 1 núcleo 1 - portaria principal

/pavilhão integrado

nome. Casa na Mata / Nitsche Arquitetos localização. São Paulo, Brasil ano. 2005 área. 65 m²

imagens ilutrativas

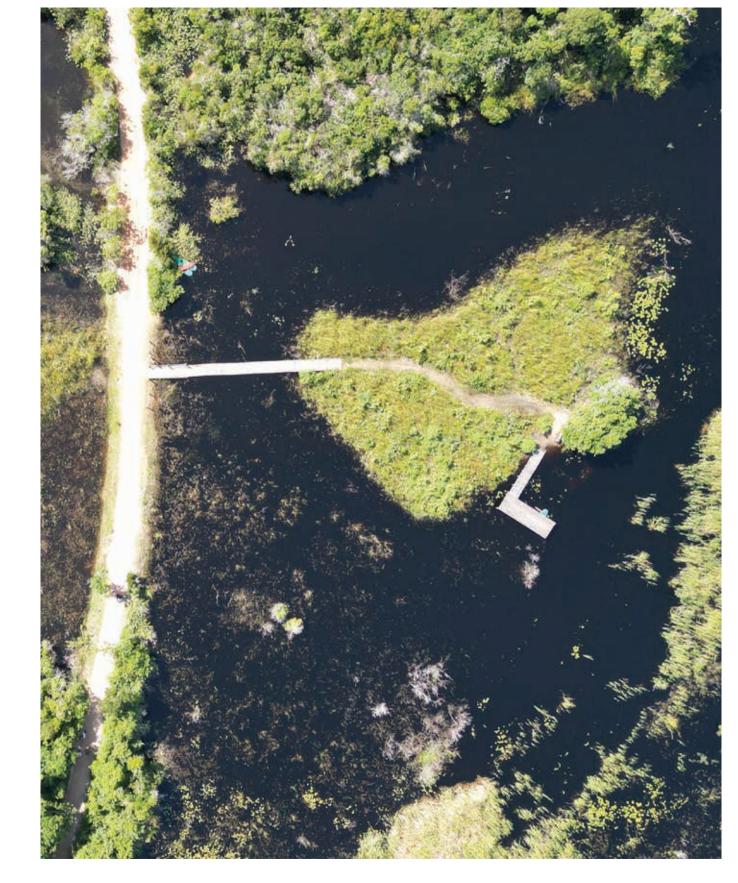






zona 1 núcleo 1 - lagoa com pier

Na estrada que segue da sede em direção ao mar, a primeira parada do usuário se dá na chegada ao píer que adentra a Lagoa de Caraís, a adequação dessa estrutura pode gerar um importante primeiro contato do visitante com o alagado e a lagoa. Além disso, o píer pode ser considerado importante ponto de parada para esportes como caiaque e stand up paddle.





zona 1 núcleo 1 - lagoa com pier /fotomontagem ilustrativa



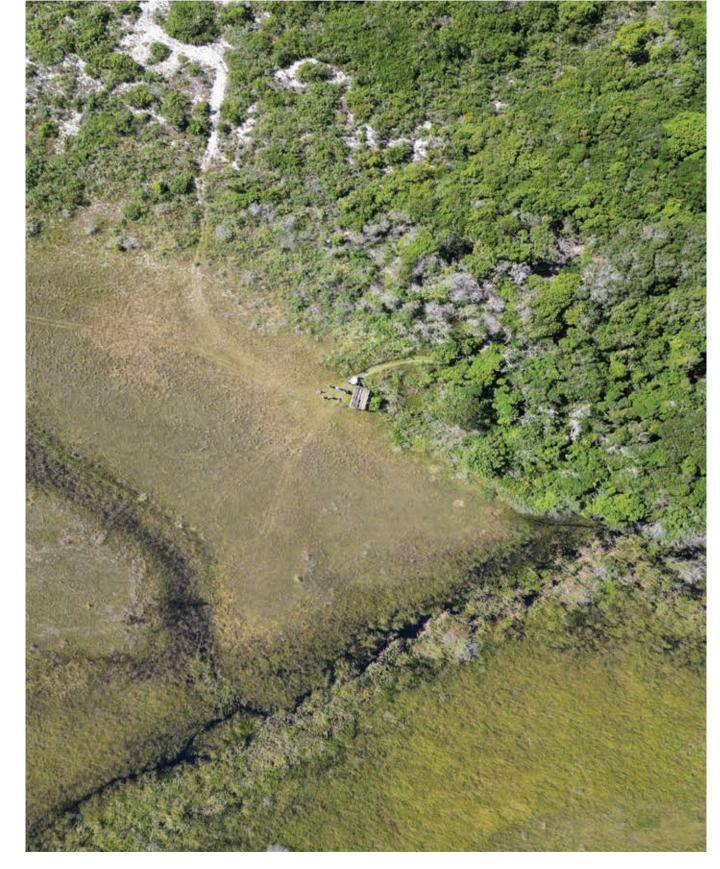


as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.

zona 1 núcleo 2 - mirante do alagado

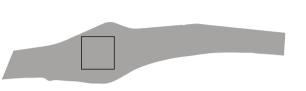
A Trilha do Alagado conduz os visitantes a uma área de potencial contemplativo excepcional. Nesse ponto, onde o alagado se revela em toda a sua grandiosidade, a construção de um mirante ofereceria aos visitantes uma vista panorâmica única de todo o parque.

Ao término da trilha, estruturas de lazer com baixo impacto ambiental podem se tornar um atrativo significativo, especialmente para famílias com crianças. Essas instalações proporcionariam momentos de descanso e entretenimento, enriquecendo a experiência dos visitantes e incentivando a conexão com a natureza de forma responsável.





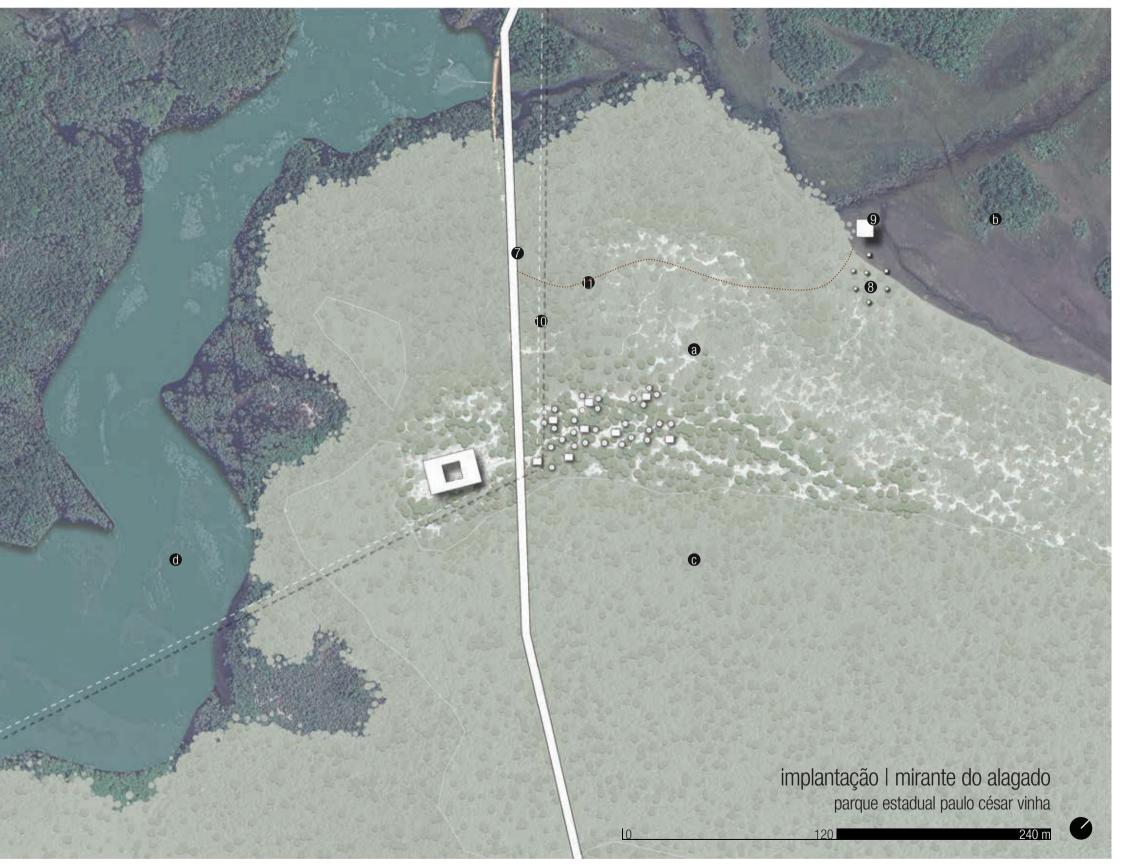
zona 1 núcleo 2 - mirante do alagado



Legenda

intervenções

- 7. Caminho de trilha suspensa
- 8. Arvorismo
- 9. Torre de observação
- 10. Rota do teleféroco
- 11. Trilha aspectos físicos
- a. Áreas em regeneração | Clúsia
- b. Áreas alagadas
- c. Vegetação nativa | Restinga
- d. Lagoa de Caraís



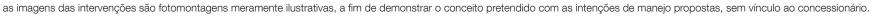


zona 1 núcleo 2 - mirante do alagado

/torre de observação /fotomontagem ilustrativa









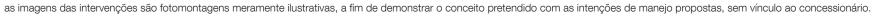
zona 1 núcleo 2 - mirante do alagado

/teleférico

/fotomontagem ilustrativa









zona 1 núcleo 2 - mirante do alagado

/torre de observação

nome. Torre de vigia / Álvaro Siza localização. Serra das Talhadas, Portugal ano. 2021 altura. 16 m



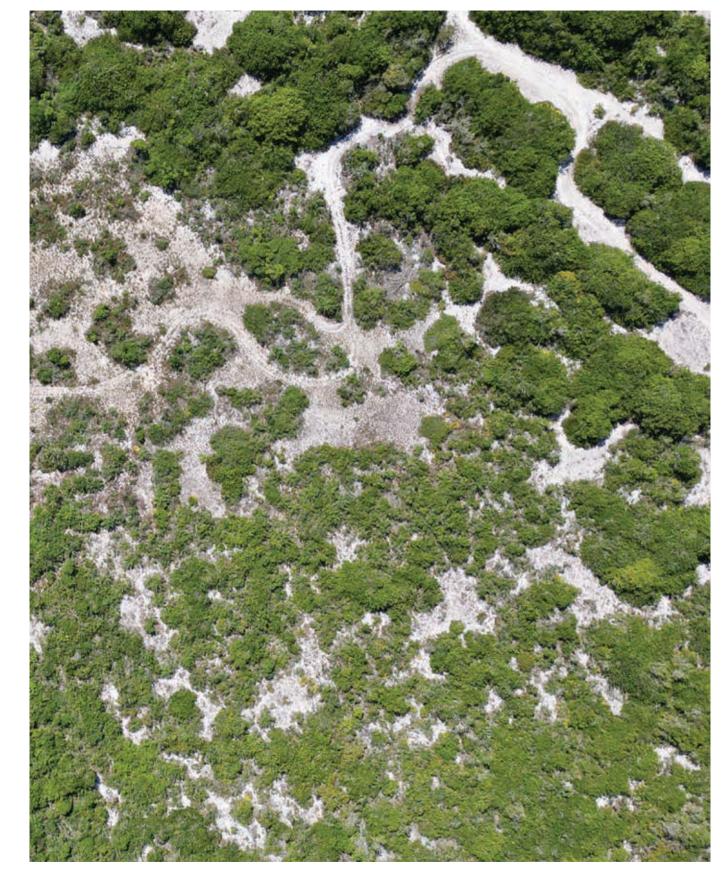




zona 1 núcleo 3 - glamping

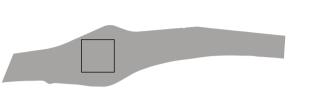
A área do parque, onde a presença de clusias cria um arquipélago de vegetação, apresenta-se como o cenário ideal para a implantação de uma estrutura de glamping. Esta forma de hospedagem não apenas ofereceria aos visitantes uma experiência imersiva na natureza, mas também estaria alinhada com os princípios do turismo sustentável.

Ao integrar-se harmoniosamente ao ambiente natural, o glamping promoveria práticas de baixo impacto ambiental, contribuindo para a conservação do ecossistema local e para o desenvolvimento sustentável da região.





zona 1 núcleo 3 - glamping



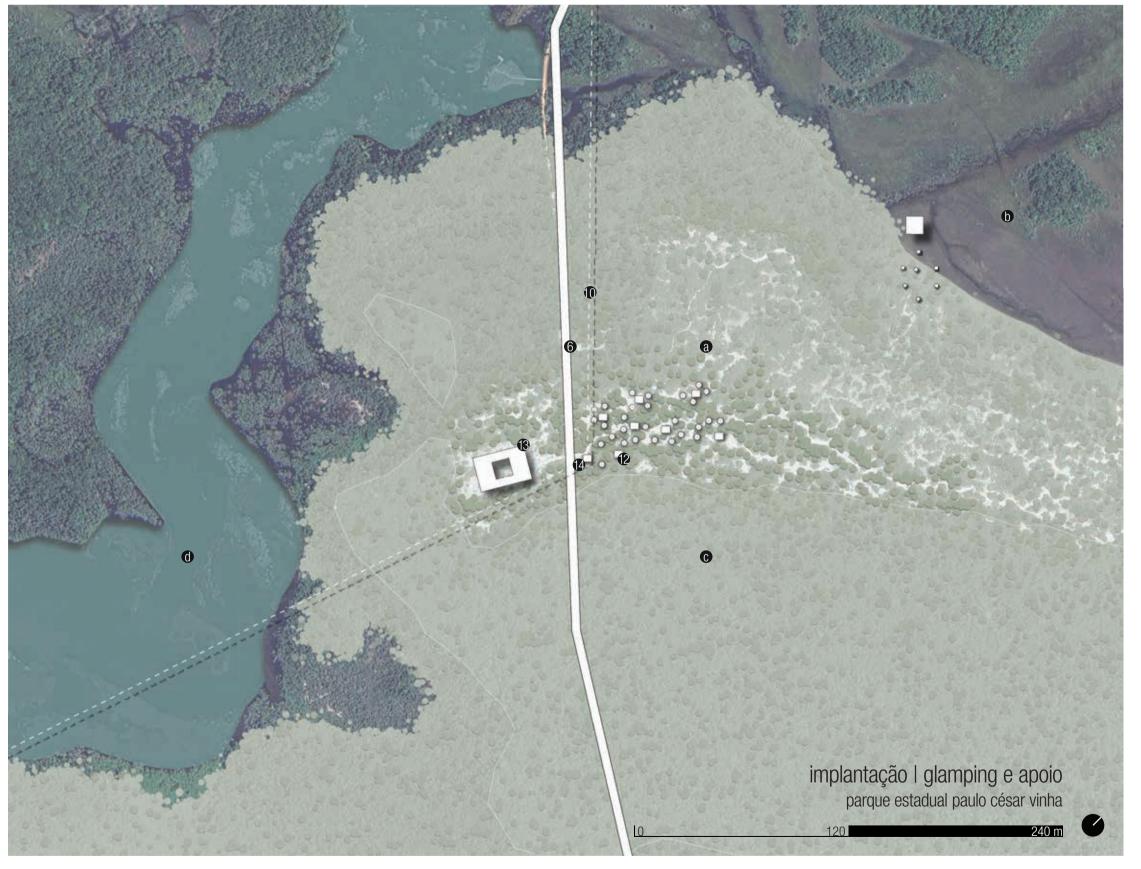
Legenda

intervenções

- 7. Caminho com trilha suspensa
- 10. Rota do teleférico
- 12. Tendas do glamping
- 13. Estrutura de apoio restaurante; sanitários
- 14. Mirante e estação de teleférico

aspectos físicos

- a. Áreas em regeneração | Clúsia
- b. Áreas alagadas
- c. Vegetação nativa | Restinga
- d. Lagoa de Caraís





zona 1 núcleo 3 - glamping /cabanas do glamping /fotomontagem ilustrativa







as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.

zona 1 núcleo 3 - glamping /cabanas do glamping /fotomontagem ilustrativa







as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.

zona 1 núcleo 3 - glamping /edifício de apoio /fotomontagem ilustrativa







as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de maneio propostas, sem vínculo ao concessionário

zona 1 núcleo 3 - glamping

/cabanas do glamping











zona 1 núcleo 3 - glamping

/cabanas do glamping

nome. Patagonia Eco Domes localização. Santa Cruz, Argentina área. 32 m²



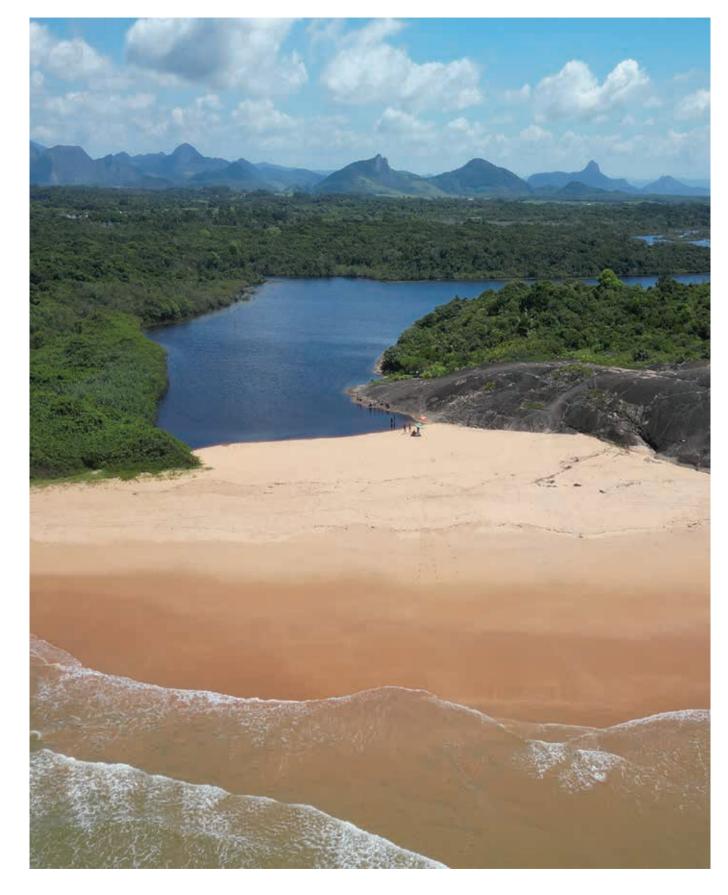




zona 1 núcleo 4 - centro de educação ambiental e núcleo 5 - lagoa de caraís

Atualmente, a Lagoa de Caraís (Coca-Cola) é o principal atrativo do parque e figura como o destino da grande maioria dos visitantes. Contudo a lagoa não possui nenhuma infraestrutura de apoio.

Decks flutuantes podem fomentar a prática de esportes aquáticos de baixo impacto, café e restaurante com sanitários podem usufruir de vistas privilegiadas para a lago e para o mar, fazendo o papel de mirante.





zona 1 núcleo 4 - centro de educação ambiental e núcleo 5 - lagoa de caraís



Legenda

intervenções

- 6. Caminho com trilha suspensa
- 15. Centro de educação ambiental café e loja
- 16. Restaurante
- 17. mirante e estação de teleférico
- 18. Tirolesa com queda para a lagoa e praia
- 19. Piscina flutuante e ponte seca
- 20. Estrutura de saída para passeio de caiaque e stand up paddle

aspectos físicos

- a. Vegetação nativa | Restinga
- b. Lagoa de Caraís





zona 1 núcleo 4 - centro de educação ambiental e /centro de educação ambiental /fotomontagem ilustrativa





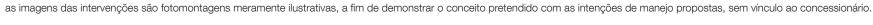


as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de maneio propostas, sem vínculo ao concessionário

ZONA 1 núcleo 5 - lagoa de caraís /restaurante /fotomontagem ilustrativa









zona 1 núcleo 5 - lagoa de caraís /tiroleza /fotomontagem ilustrativa







as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.

ZONA 1 núcleo 5 - lagoa de caraís /piscina flutuante /fotomontagem ilustrativa







as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.

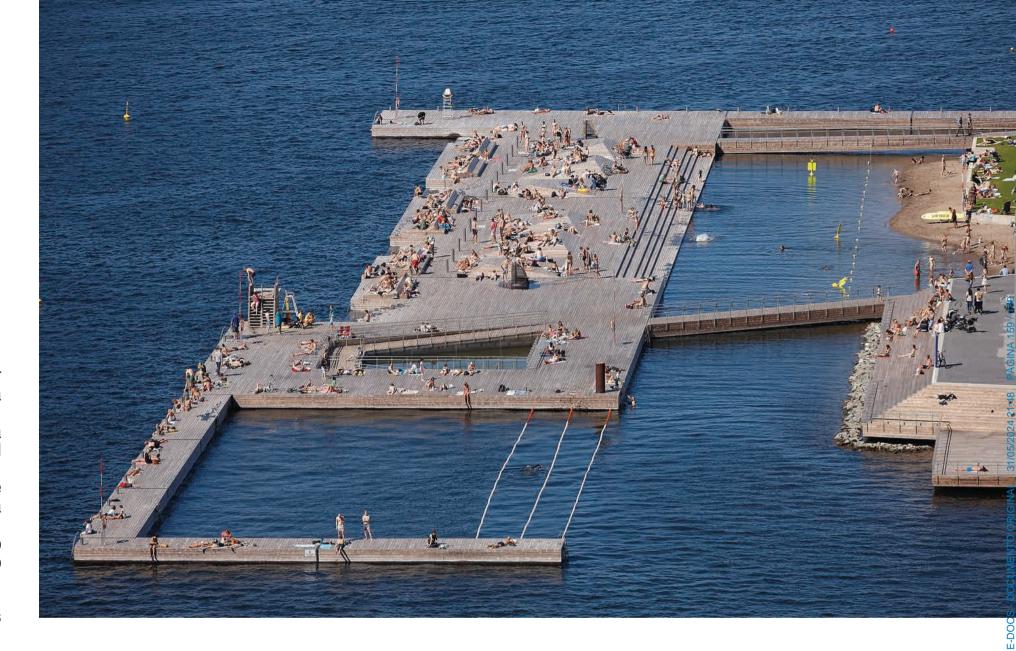
zona 1 núcleo 5 - lagoa de caraís /piscina flutuante

nome. Sørenga Sjøbad / LPO arkitekter localização. Oslo, Noruega

nome. JLeça Swimming Pools / Álvaro Siza localização. Matosinhos, Portugal

nome. Hasle Harbour Bath / White localização. Bornholm, Dinamarca

nome. Carpa Oliveira / Coletivo Urbano localização. Mazatlan, México









zona 1 núcleo 5 - lagoa de caraís /tirolesa

nome. Voo da Serra / Caminhos do Mar localização. São Bernardo do Campo, Brasil

imagens ilutrativas



nome. Lagoa de Jacumã / Marazul Receptivo localização. Rio Grande do Norte, Brasil



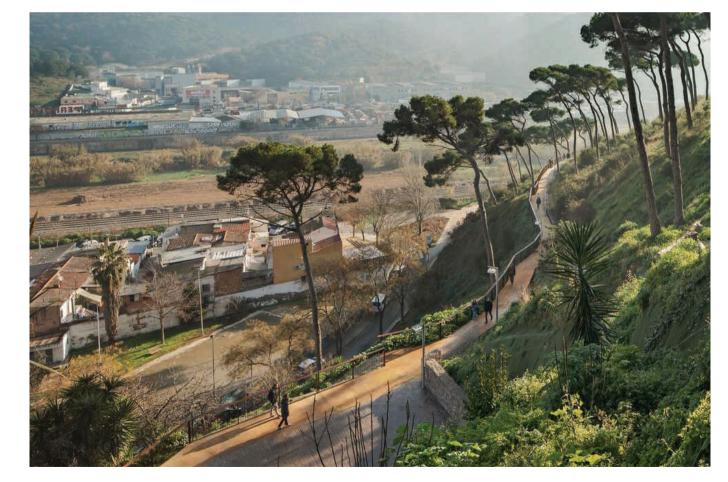


zona 1 núcleo 5 - lagoa de caraís

/passarela engastada

nome. Conexão para pedestres entre Barcelona e Montcada i Reixac / Batlleiroig localização. Montcada i Reixac, Espanha ano. 2020 área. 7.608 m²

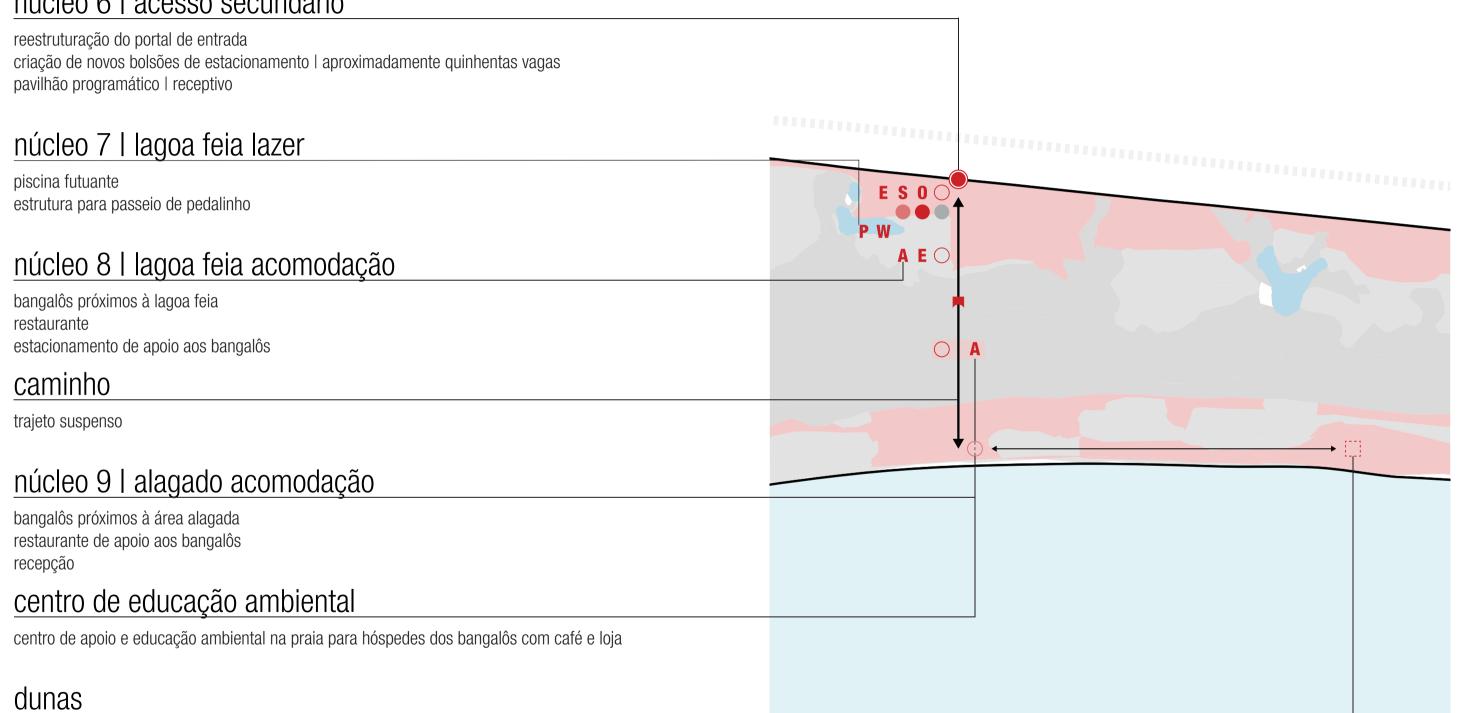






masterplan esquemático I zona 2

núcleo 6 l acesso secundário

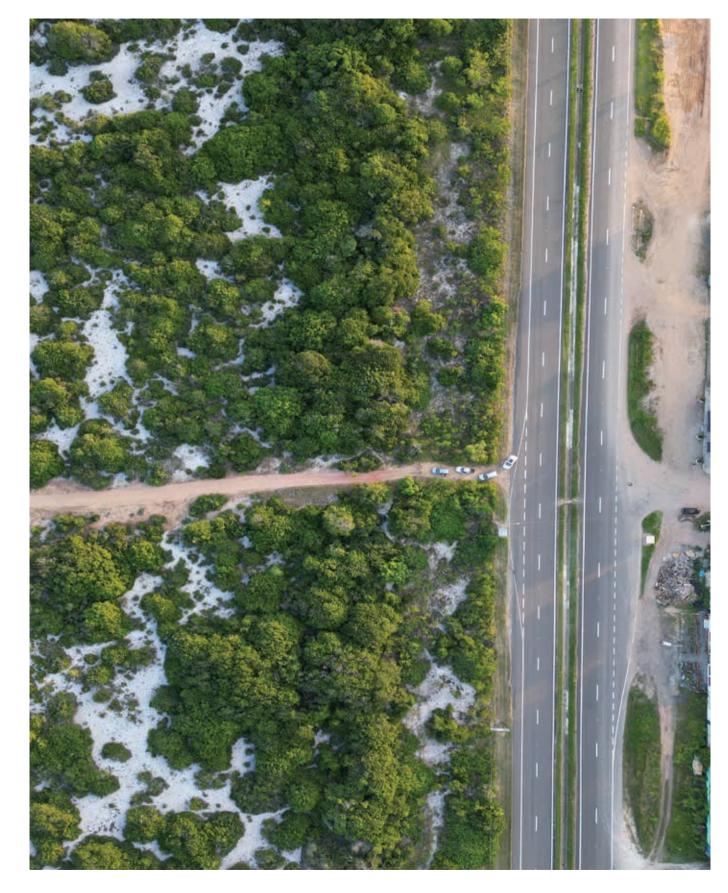




zona 2 acesso secundário

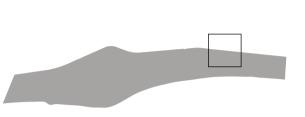
O segundo acesso do parque, hoje fechado ao público, tem potencial para se tornar o ponto de chegada para o visitante que, pela rodovia, procura a área da lagoa feia. Esse acesso tornase fundamental para o desenvolvimento desse segundo setor onde diversos atrativos são esperados, dada a notória dificuldade de acesso no sentido norte-sul, causada pelas características naturais do parque.

É esperado que o deslocamento pela Rodovia do Sol seja bastante utilizado, demandando bolsões de estacionamento e infraestrutura de chegada para o turista que busca as opções de hospedagem que podem se configurar nesse setor.





zona 2 núcleo 6 l acesso secundário



Legenda

intervenções

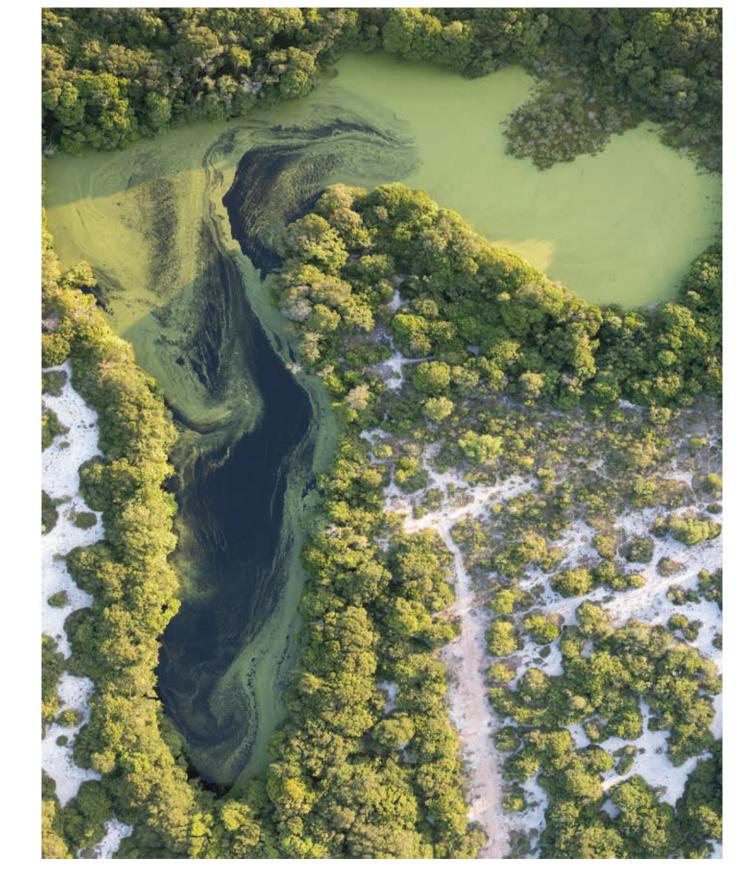
- 21. Portaria
- 22. Bolsões de estacionamento
- 23. Pavilhão programático centro de recepção
- 24. Restaurante
- 25. Caminho com estrutura suspensa
- 26. bangalôs aspectos físicos
- a. Áreas em regeneração | Clúsia
- b. Vegetação nativa | Restinga
- c. Lagoa Feia





zona 2 núcleo 7 l lagoa feia lazer

Completamente subutilizada até o momento, a região da Lagoa Feia desponta como um espaço potencialmente valioso para contemplação e lazer aquático. Atualmente, a área encontrase antropizada, com áreas sem vegetação, o que a torna propícia para o desenvolvimento de construções de baixo impacto ambiental, especialmente voltadas para a estruturação de empreendimentos hoteleiros sustentáveis.





zona 2 núcleo 7 l lagoa feia lazer



Legenda

intervenções

- 24. Restaurante
- 26. Bangalôs
- 27. Piscina flutuante
- 28. Estrutura de saída para passeio de pedalinho aspectos físicos
- a. Áreas em regeneração | Clúsia
- b. Vegetação nativa | Restinga
- c. Lagoa Feia





zona 1 núcleo 7 | lagoa feia lazer /fotomontagem ilustrativa







as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.

zona 1 núcleo 8 I lagoa feia acomodação /bangalôs /fotomontagem ilustrativa







as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.

zona 2 núcleo 7 | lagoa feia lazer /piscina flutuante

nome. Juma Amazon Lodge localização. Manaus, Brasil

imagens ilutrativas





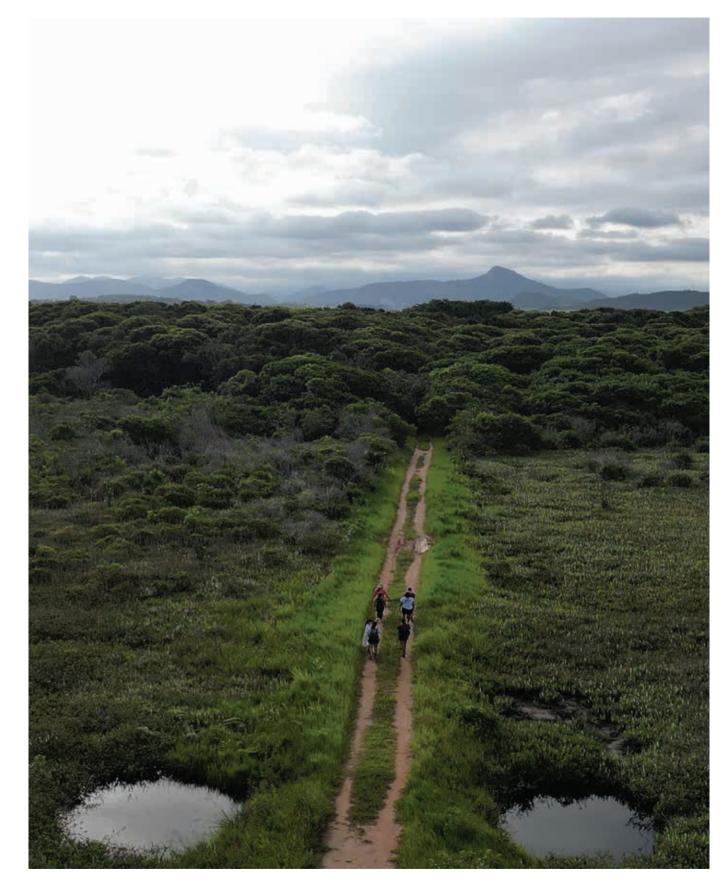


Parque Estadual Paulo César Vinha

zona 2 núcleo 8 l alagado acomodação

Esse setor do parque apresenta um imenso potencial para o desenvolvimento de hospedagens no formato de pequenos bangalôs, cuidadosamente integrados ao ambiente natural. Uma abordagem interessante seria a construção desses bangalôs de forma elevada, descolados do solo e conectados por caminhos suspensos, minimizando o impacto sobre a fauna e a flora. Essa configuração permitiria aos visitantes desfrutar de uma experiência única, oferecendo vistas panorâmicas dos diversos cenários da vegetação e das águas circundantes.

Ao andar pelas passarelas suspensas, os hóspedes testemunhariam a beleza em constante transformação da natureza ao seu redor. Esse contato com o ambiente incentivaria uma conexão mais profunda e significativa com o meio ambiente.





zona 2 núcleo 8 l alagado acomodação



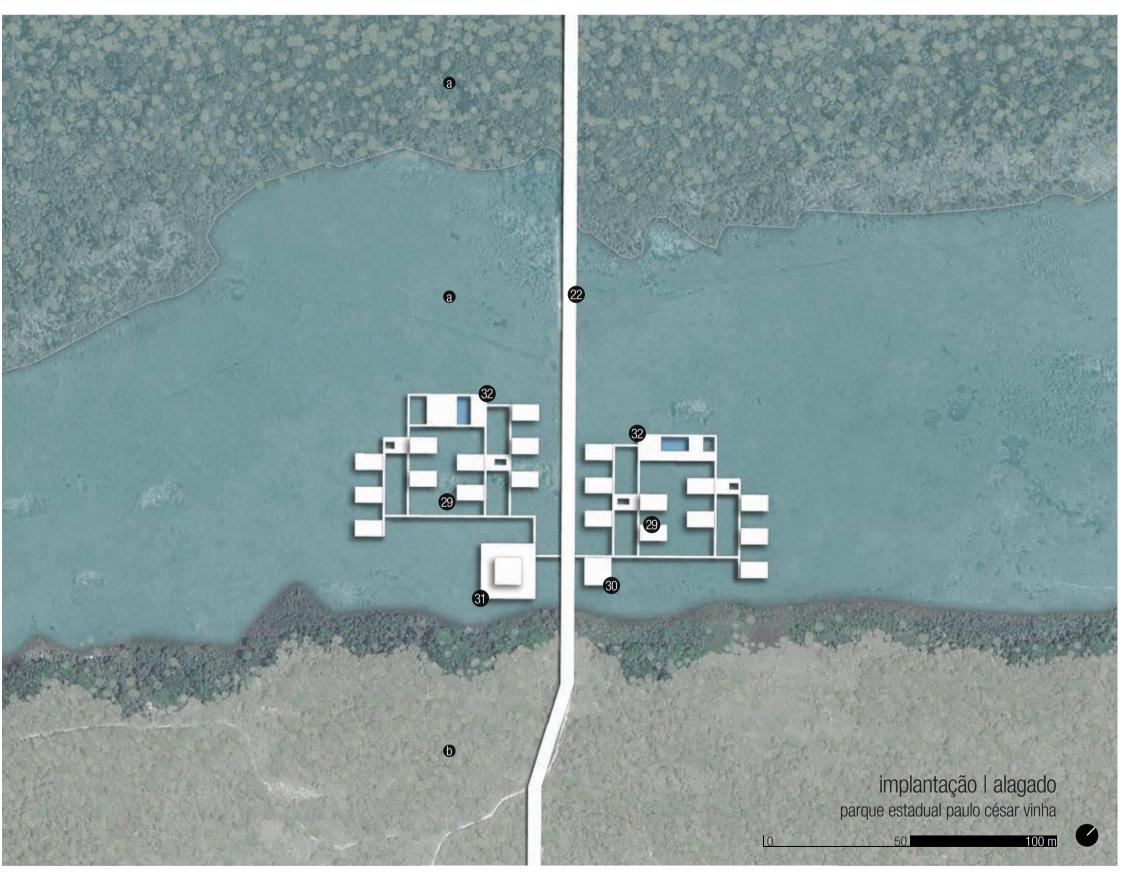
Legenda

intervenções

- 22. Caminho com estrutura suspensa
- 29. Bangalôs
- 30. Pavilhão programático apoio hoteleiro
- 31. Restaurante de apoio
- 32. Deck com piscina

aspectos físicos

- a. Áreas alagadas
- b. Vegetação nativa | Restinga





zona 2 núcleo 8 l alagado acomodação /bangalôs /fotomontagem ilustrativa







as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.

zona 2 núcleo 8 l alagado acomodação /bangalôs





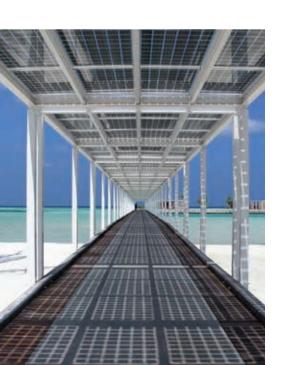


as imagens das intervenções são fotomontagens meramente ilustrativas, a fim de demonstrar o conceito pretendido com as intenções de manejo propostas, sem vínculo ao concessionário.

zona 2 núcleo 8 l alagado acomodação /bangalôs

nome. Villas Finolhu / Yuji Yamazaki Architecture localização. Ilhas Maldivas ano. 2015 área. 150 m²









zona 2 núcleo 8 l alagado acomodação /bangalôs

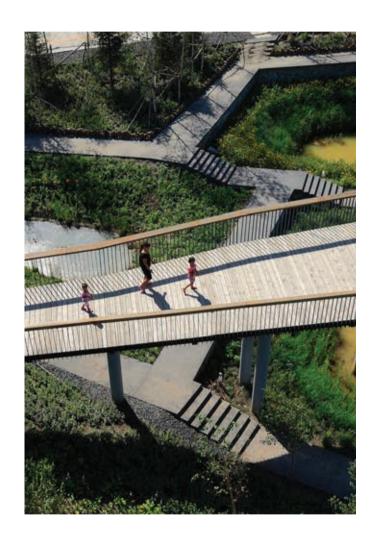
nome. Juma Amazon Lodge localização. Manaus, Brasil



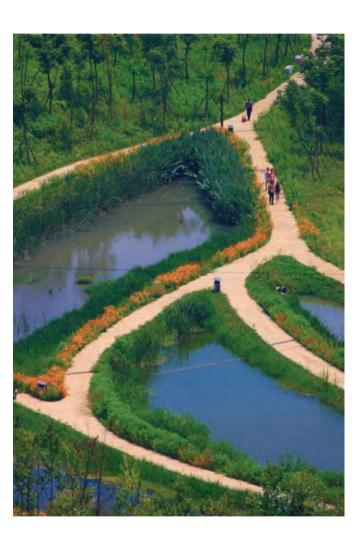




zona 2 alagado /caminhos elevados



nome. Qunli Wetland Park / Turenscape localização. Haerbin, China ano. 2010 área. 30 ha



nome. Minghu Wetland Park / Turenscape localização. Lupanshui, China ano. 2012 área. 90 ha



nome. Laurance S. Rockefeller Preserve localização. Jackson, Estados Unid ano. 2001 área. 448 ha



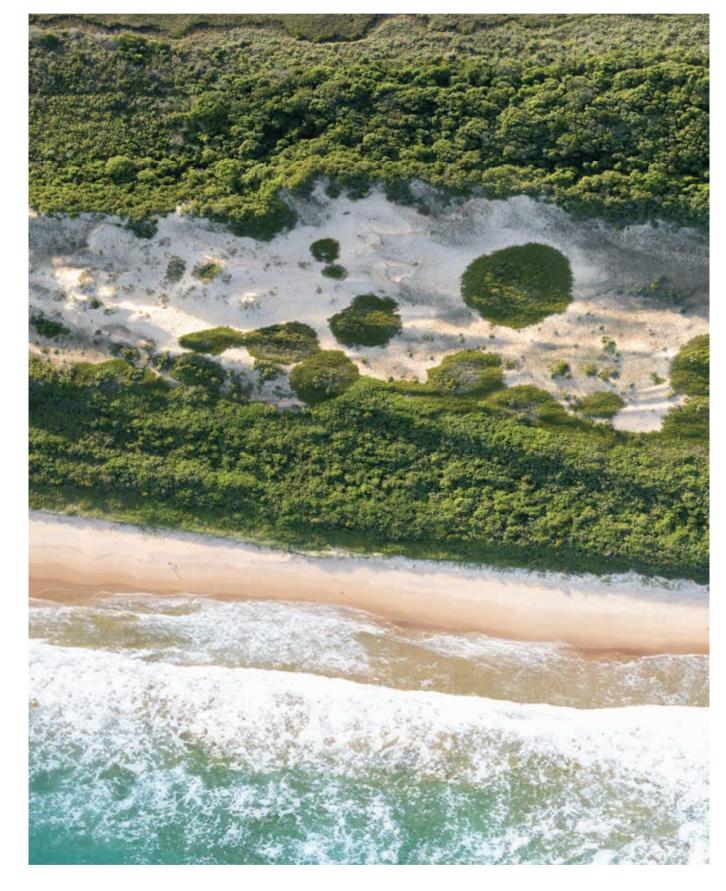
nome. Ecoparque Bacalar / Colectivo C733 localização. Bacalar, México ano. 2023 área. 1.900 m²



zona 2 duna de areia

Na porção norte do parque, situada em meio a área da restinga, a formação de dunas emerge como mais um atrativo natural para os visitantes explorarem. Essas dunas oferecem uma vista privilegiada do conjunto natural, proporcionando uma perspectiva única que abrange tanto a vastidão do alagado quanto a costa marinha adjacente.

No entanto, é importante ressaltar a fragilidade desse ecossistema e a presença valiosa da vegetação de restinga, que desempenha um papel crucial na proteção da biodiversidade local. Por essa razão, recomenda-se evitar o uso das dunas para atividades esportivas como o Sand Board, a fim de preservar sua integridade e minimizar possíveis impactos negativos ao ambiente. Em vez disso, os visitantes são encorajados a apreciar a beleza das dunas de uma maneira mais contemplativa e respeitosa.





zona 2 duna de areia









Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

DIOGO MAC CORD DE FARIA

CIDADÃO assinado em 31/05/2024 21:48:48 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 31/05/2024 21:48:48 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por DIOGO MAC CORD DE FARIA (CIDADÃO)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2024-DZ45HC